

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**A LEI 12.711/2012 E OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DA UFMG, UFOP e
UFRRJ – SIMILARIDADES, SINGULARIDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE
CONSOLIDAÇÃO**

RICARDO DIAS DA COSTA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A LEI 12.711/2012 E OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DA
UFMG, UFOP e UFRRJ – SIMILARIDADES, SINGULARIDADES E
DESAFIOS NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO**

RICARDO DIAS DA COSTA

Sob a orientação do Professor
Dr. Ahyas Siss

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica /Nova Iguaçu, RJ
Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CB371 Costa, Ricardo Dias da, 1957-
A lei 12.711/2012 e os cursos de graduação em
Turismo da UFMG, UPOP E UPRRJ: similaridades,
singularidades e desafios no processo de consolidação
/ Ricardo Dias da Costa. - Seropédica/Nova Iguaçu,
2019.
218 f. : il.

Orientador: Ahyas Siss. Tese (Doutorado). --
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares, 2019.

1. Avaliação de Políticas públicas. 2. Políticas de
ação afirmativa. 3. Educação;. 4. Turismo. 5. Relações
étnico-raciais. I. Siss, Ahyas, 1963-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

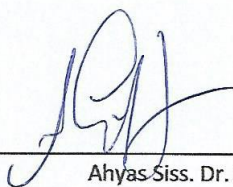
"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) Finance Code 001"

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

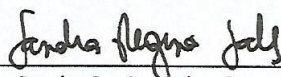
RICARDO DIAS DA COSTA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

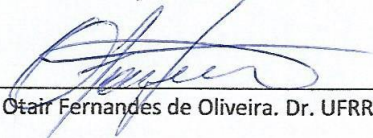
TESE APROVADA EM 10/12/2019.



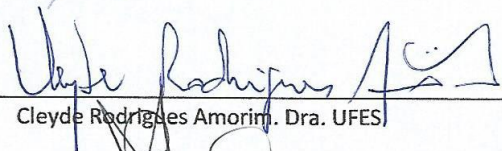
Ahyas Siss. Dr. UFRRJ
(Orientador)



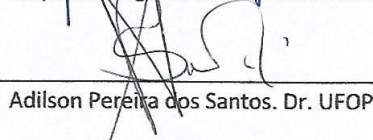
Sandra Regina Sales. Dra. UFRRJ



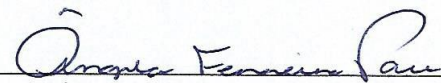
Otair Fernandes de Oliveira. Dr. UFRRJ



Cleyde Rodrigues Amorim. Dra. UFES



Adilson Pereira dos Santos. Dr. UFOP



Angela Ferreira Pace. Dra. UFRRJ

DEDICATÓRIA

À minha esposa

Maria de Lourdes P. Costa

Às minhas filhas

Fernanda e Vanuza

Aos meus pais

Esther (*in memorian*) e Jerônimo (*in memorian*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade de realizar mais esse sonho.

À minha família que sempre me apoiou e que tem acompanhado de perto toda minha trajetória, em especial à minha esposa, guerreira, pois sem ela esta caminhada não seria possível.

Às minhas filhas, netas e genros que sempre acreditaram em mim.

Aos colegas do colegiado de Turismo da UFRRJ que me apoiaram e incentivaram não só neste período de afastamento do curso.

Aos colegas da turma 2016-1 do Doutorado do Ppgeduc pelo companheirismo e debates que muito me enriqueceram.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares por ter oportunizado o aprendizado que tanto contribuiu para minha pesquisa.

Agradeço, especialmente, ao Pof.: Ahyas Siss, que além de um grande amigo, mostrou-se um orientador competente com quem aprendi e continuo aprendendo muito.

Sejamos cada vez mais
irresponsavelmente
responsáveis e a vida nos será
mais leve.

COSTA, Ricardo Dias da. **A lei 12.711/2012 e os cursos de graduação em Turismo da UFMG, UFOP e UFRRJ: Similaridades, singularidades e desafios no processo de consolidação.** 2019. 218p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica /Nova Iguaçu, RJ, 2019

RESUMO

A Lei Federal 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, ainda está em processo de consolidação em todas as IES's do Brasil e a sua avaliação já desperta interesse em vários pesquisadores. Esta política de ação afirmativa está possibilitando que um contingente de pretos, pardos e indígenas, antes parcialmente excluídos do sistema de ensino superior público federal, tenha acesso a uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A Lei de Cotas flexibilizou que as IES's implementassem no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da reserva de vagas prevista nesta Lei, a cada ano, chegando a 100% (cem por cento) no prazo de 4 (quatro) anos. O fato de este pesquisador ser Turismólogo e professor do curso de graduação em Turismo da UFRRJ foi um dos motivos da escolha do curso como referência desta pesquisa. As lentes analíticas desta tese estão voltadas para dar respostas ao seguinte problema: Dentro do contexto das políticas de ação afirmativa, Lei Federal 12.711/2012, podemos identificar quais foram os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no processo de consolidação da Lei de Cotas? Neste sentido ao investigar esta interface estabelecida entre estas três universidades federais destaca-se que a amplitude deste estudo é dada pela composição dos participantes escolhidos, gestores, egressos e concluintes afro-brasileiros que acessaram a universidade por intermédio da Lei de Cotas e as suas percepções sobre a temática. A forma escolhida para desenvolver esta pesquisa foi a integração entre os métodos quantitativo e qualitativo, pois para analisar com fidedignidade uma situação dada é possível a utilização de dados quantitativos e também uma análise qualitativa dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos, entre outros cuidados metodológicos, visando evitar distorções frutos da subjetividade que encerra uma pesquisa e que podem influenciar este pesquisador. O fato de ser professor de um dos cursos investigados e estar na coordenação, quando da implantação da Lei de Cotas, propiciou a utilização da pesquisa-ação, pois, segundo Thiollent (1985, p. 14), concebe-se uma estreita relação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com os gestores da área acadêmica de cada IES, com os coordenadores de curso e egressos e concluintes. Tendo o suporte teórico como pano de fundo bem como o material coletado o resultado da pesquisa demonstrou que há mais similaridades do que singularidades no processo de consolidação da Lei de Cotas nas IES's estudadas. Entre as similaridades estão a falta de preparo da comunidade acadêmica para recepção dos cotistas, desconhecimento da Lei de Cotas, implantação das comissões de heteroidentificação, pouca discussão e PPC's em desalinhamento com a temática. As singularidades ficam por conta da publicação, pela UFRRJ, do Portal do egresso e adoção inicial do percentual de 50% de vagas para os cotistas desde 2013.

Palavras chave – Avaliação de Políticas públicas; Políticas de ação afirmativa; Educação; Turismo; relações étnico-raciais.

COSTA, Ricardo Dias da. **The law 12.711/2012 and the Tourism undergraduate courses from UFMG, UFOP e UFRRJ – Similarities, singularities, challenges in the consolidation process.** 2019. 218p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education / Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2019.

ABSTRACT

Federal Law 12.711 / 2012, better known as the Quota Law, is still in the process of being consolidated in all Higher Education Institutions (HEI's) in Brazil and its evaluation is already of interest to several researchers. This affirmative action policy is enabling a contingent of blacks, mulattos and indigenous people, previously partially excluded from the federal public higher education system, to have access to a high standard, free public university. The Quota Law made it easier for HEI's to implement at least 25% (twenty-five percent) admissions foreseen in such Law each year, reaching 100% (one hundred percent) within four (4) years. The fact that the researcher is a Turismologist and professor of the undergraduate course in Tourism at UFRRJ was one of the reasons for this course to be the reference of this research. The analytical lenses of this thesis is aimed at answering the following problem: Within the context of affirmative action policies, Federal Law 12.711 / 2012, is it possible to identify what were the challenges faced by the Federal University of Minas Gerais (UFMG), Ouro Preto (UFOP), and Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Tourism courses, in the process of consolidation of the quota law? In this sense, when investigating this interface established between these three federal universities, it is emphasized that the scope of this study is given by the composition of the chosen participants, African-Brazilian managers, graduates and graduating students who accessed the university through the quota law and their perceptions about such theme. The method chosen to develop this research was the integration between quantitative and qualitative methods, since to reliably analyze a given situation it is possible to use quantitative data and qualitative analysis of data obtained through quantitative instruments, among other methodological concerns, aiming to avoid distortions resulting from the subjectivity that terminates a research and that may influence the researcher. As a teacher of one of the courses investigated and being in charge of the course when the Quota Law was implemented, led to the use of action-research, because according to Thiollent (1985, p. 14), action-research conceives a close relationship to an action or the resolution of a collective problem in which researchers and participants representative of the situation or problem are involved in a cooperative or participative way. Semi-structured interviews were conducted with managers of the academic area of each HEI, course coordinators graduates and graduating students. Having the theoretical support as background and the material collected, the research results showed that there are more similarities than singularities in the process of consolidation of the quota law in the studied HEI's. Among the similarities are the lack of preparation of the academic community for the reception of quota holders, lack of knowledge of the quota law, implementation of hetero-identification committees, little discussion and PPC's in disagreement with the theme. The singularities are due to the publication, by UFRRJ, of the egress Portal and the initial adoption of the percentage of 50% of vacancies for quota holders since 2013.

Keywords - Public Policy Evaluation; Affirmative action policies; Education; Tourism; ethnic-racial relationships.

COSTA, Ricardo Dias da. **Ley 12.711/2012 y cursos de pregrado en Turismo por UFMG, UFOP e UFRRJ – Similitudes, singularidades y desafíos en el proceso de consolidación.** 2019. 218p. Tesis (Doctorado en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares). Instituto de Educación / Instituto Multidisciplinario, Federal Rural Universidad de Rio de Janeiro, Seropédica /Nova Iguaçu, RJ, 2019.

RESUMEN

La Ley Federal 12.711 / 2012, mejor conocida como la Ley de Cuotas, todavía está en proceso de consolidación en todas las IES en Brasil y su evaluación ya es de interés para varios investigadores. Esta política de acción afirmativa está permitiendo que un contingente de negros, mulatos y pueblos indígenas, previamente parcialmente excluidos del sistema público federal de educación superior, tenga acceso a una universidad pública gratuita y de calidad. La Ley de Cuotas facilitó que las IES implementen al menos el 25% (veinticinco por ciento) de la reserva de vacantes prevista en esta Ley cada año, alcanzando el 100% (cien por ciento) en cuatro (4) años. . El hecho de que este investigador sea un turismólogo y profesor del curso de pregrado en Turismo en la UFRRJ fue una de las razones de este curso como referencia de esta investigación. La lente analítica de esta tesis tiene como objetivo responder al siguiente problema: en el contexto de las políticas de acción afirmativa, la Ley Federal 12.711 / 2012, podemos identificar cuáles fueron los desafíos que enfrentaron los cursos de turismo de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP) y Rural Rio de Janeiro (UFRRJ) en proceso de consolidación de la ley de cuotas? En este sentido, cuando se investiga esta interfaz establecida entre estas tres universidades federales, se enfatiza que el alcance de este estudio está dado por la composición de los participantes elegidos, gerentes afroamericanos, graduados y graduados que accedieron a la universidad a través de la ley de cuotas y sus percepciones. sobre el tema La forma elegida para desarrollar esta investigación fue la integración entre métodos cuantitativos y cualitativos, porque para analizar de manera confiable una situación dada es posible utilizar datos cuantitativos y también un análisis cualitativo de los datos obtenidos a través de instrumentos cuantitativos, entre otros cuidados metodológicos. , con el objetivo de evitar distorsiones resultantes de la subjetividad que termina una investigación y que puede influir en este investigador. Ser profesor de uno de los cursos investigados y estar a cargo del curso cuando se implementó la Ley de Cuotas, condujo al uso de la investigación de acción, porque según Thiollent (1985, p. 14), la investigación de acción concibe un cierre relación con una acción o la resolución de un problema colectivo en el que investigadores y participantes representativos de la situación o problema están involucrados de manera cooperativa o participativa. Se realizaron entrevistas semiestructuradas con los gerentes del área académica de cada IES, con los coordinadores de cursos y graduados y estudiantes graduados. Teniendo el respaldo teórico como antecedentes y el material recopilado, el resultado de la investigación mostró que hay más similitudes que singularidades en el proceso de consolidación de la ley de cuotas en las IES estudiadas. Entre las similitudes están la falta de preparación de la comunidad académica para la recepción de los titulares de cuotas, la falta de conocimiento de la ley de cuotas, la implementación de comités de heteroidentificación y poca discusión y PPC en desacuerdo con el tema. Las singularidades se deben a la publicación, por parte de UFRRJ, del Portal de salida y la adopción inicial del porcentaje del 50% de las vacantes para los titulares de cuotas desde 2013.

Palabras clave - Evaluación de políticas públicas; Políticas de acción afirmativa; Educación; Turismo; relaciones étnico-raciales.

Lista de quadros

Quadro 1 - Ocupação formal.....	38
Quadro 2 - Ocupação informal.....	38
Quadro 3- Propostas de avaliação da educação superior no Brasil.....	46
Quadro 4– Cronologia de atos normativos federais sobre ação afirmativa.....	58
Quadro 5 - Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República.....	63
Quadro 6 - Relação de atos normativos estaduais que instituem programas de ação afirmativa no ensino superior público e respectivas universidades.....	67
Quadro 7 – Oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu.....	76
Quadro 8 - Tipologia para estudo dos sistemas de proteção social.....	96
Quadro 9 – Configuração dos cursos de graduação em Turismo oferecidos no Brasil	113
Quadro 10 - Configuração dos cursos stricto sensu na área da Administração e Turismo	114
Quadro 11 – Características dos cursos.....	128
Quadro 12 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa.....	147
Quadro 13 – Perfil dos/as gestores/as entrevistados/as.....	147
Quadro 14 - Espaços de realização das entrevistas	149

Lista de Figuras

Figura 1 – Pirâmide de Maslow – Hierarquia das necessidades de Maslow.....	41
Figura 2 - Modelo explicativo, em percentuais, da aplicação da lei 12.711/2012	70
Figura 3 - Modelo explicativo, em números absolutos, da aplicação da Lei 12.711/2012 no estado do Rio de Janeiro.....	71
Figura 4 - Modelo explicativo, em percentuais, da aplicação da lei Federal 13.409/2016.	73
Figura 5 - Modelo explicativo, em números absolutos, da aplicação da lei Federal 13.409/2016 no estado de Minas Gerais	74
Figura 6 – Ciclo de políticas	86
Figura 7 – Ciclo de políticas	87
Figura 8 – Ciclo de políticas	89
Figura 9 – Situação ideal da participação da atividade turística na balança comercial	100
Figura 10 - Situação real da participação da atividade turística na balança comercial	102
Figura 11 - Número de ocupações em turismo	121
Figura 12- Formalidade das ocupações em turismo.....	122

Lista de Tabelas

Tabela 1- Distribuição percentual do total de estudantes por sexo, segundo a cor/etnia - Enade/2015 - Turismo	48
Tabela 2- Receita e despesa cambial turística, e variação percentual, segundo os meses - Janeiro a julho - 2017/2018	101
Tabela 3 - Distribuição percentual do total de estudantes por Indicação de Ingresso por Política de Ação Afirmativa.....	127
Tabela 4- Censo Matrículas Ensino Superior 2015.....	131
Tabela 5 - Censo Matrículas Ensino Superior 2017.....	132

Lista de Apêndices e anexos

Apêndice 1 - Cronologia do desenvolvimento do turismo no Brasil	195
Apêndice 2- Atividades permitidas a um Turismólogo	197
Apêndice 3- Questões norteadoras da pesquisa – Coordenação	200
Apêndice 4- Questões norteadoras da pesquisa - Egressos/as	201
Apêndice 5- Questionário orientador para entrevista com Egressos/as dos cursos de Turismo ..	202
Apêndice 6 - Respostas do questionário aplicado aos ex-cotistas e estudantes	203
Apêndice 7- Questões norteadoras da entrevista com Pró-reitores	207
Anexo 1- Componentes curriculares UFRRJ	208
Anexo 2- Componentes curriculares UFOP	210
Anexo 3- Componentes curriculares UFMG	211
Anexo 4 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	212
Anexo 5 - Tela inicial do Portal do egresso UFRRJ	217
Anexo 6 - Portal do egresso UFMG	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens

ABBTUR – Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo

ABEOC - Associação Brasileira de Empresas de Eventos

ABLA - Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

ABREDI - Associação de Bares e Restaurantes Diferenciados

ABRESI - Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo

ACT'S – Atividades Características do Turismo

ADPF - Arguição de descumprimento de preceito fundamental

AHT – Associação dos Hoteleiros de Tiradentes

BRAZTOA – *Brasilian Tour Operator Association* - Associação Brasileira das Operadoras de Turismo

CA's – Centros Acadêmicos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CI – Conceito Institucional

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNPIR - Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial

CNTUR – Confederação Nacional do Turismo

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

COPENE- Congresso de Pesquisadoras (es) Negras (os)

DEAS - Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DCE's – Diretório Central dos Estudantes

DEM- Partido político Democratas

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DOU – Diário Oficial da União

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ENA – Escola Nacional de Agronomia

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENC – Exame Nacional de Cursos

ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária

ENV – Escola Nacional de Veterinária

FNB – Frente Negra Brasileira

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

GPESURER - Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais

GERES - Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFRR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

IFESERTÃO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

IME – Instituto Militar de Engenharia

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

KLM - *Koninklijke Luchtvaart Maatschappij* – Companhia Real de Aviação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEAFRO – Laboratório de Estudos Afro-brasileiros

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MPOG- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTUR – Ministério do Turismo

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

NEPET – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo

OMT – Organização Mundial de Turismo

OPAA - Observatório das Políticas de Ação Afirmativa
OPAAS– Observatório das Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste
PAA's – Políticas de Ação afirmativa
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU - Programa de. Avaliação da Reforma Universitária
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PENESB – Programa de Educação sobre Negros na Sociedade Brasileira
PB - Paraíba
PL – Projeto de Lei
PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNT - Plano Nacional de Turismo
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPGEDUC – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
PPI - Pretos, pardos e indígenas
PRODETUR - Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PUC – Pontifícia Universidade Católica
REPECULT – Revista de Ensaios e Pesquisa em Educação e Cultura
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SC – Santa Catarina
SM – Salário mínimo
SIMT – Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no setor de Turismo SEPPIR –
Secretaria de Política e Promoção da Igualdade Racial
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDETUR – Sindicato das Empresas de Turismo
STF - Supremo Tribunal Federal do Trabalho

STJ – Superior Tribunal de Justiça
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN – Teatro Experimental do Negro
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UIB - *Universitat de Les Illes Balears*
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNB- Universidade de Brasília
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNIAFRO - Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior
UWI - *The University of the West Indies*
VARIG – Viação aérea Rio-Grandense
VASP - Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1 – CURSOS DE TURISMO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÃO AFIRMATIVA – UMA RELAÇÃO POSSÍVEL	32
1.1 - Relações Raciais Brasileiras: apontamentos	32
CAPÍTULO 2 – AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR: DEMANDAS HISTÓRICAS	50
2.1 - Ação afirmativa no mundo - breve histórico e seus desdobramentos.....	50
2.2 - Ação afirmativa étnico-racialmente referenciada e movimentos negros no Brasil – deslocamentos no ensino superior.....	57
2.3 - Políticas públicas, ensino superior e a Lei de Cotas no Brasil	80
2.4 - Educação como política pública.....	93
CAPÍTULO 3 – TURISMO ENQUANTO ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATIVIDADE PROFISSIONAL – UMA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL	98
3.1 - Questões de definição e breve histórico.....	98
3.2 - Educação e Turismo.....	109
3.3 - Os cursos de Turismo da UFMG, UFOP e UFRRJ	125
CAPÍTULO 4 – CAMINHOS METODOLÓGICOS E EMPÍRICOS DA PESQUISA, E SEUS SUJEITOS: O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	174
Apêndices	195
Apêndice 1 - Cronologia do desenvolvimento do turismo no Brasil	195
Apêndice 2- Atividades permitidas a um Turismólogo	197
Apêndice 3- Questões norteadoras da pesquisa – Coordenação	200
Apêndice 4- Questões norteadoras da pesquisa - Egressos.....	201
Apêndice 5- Questionário orientador para entrevista com Egressos dos cursos de Turismo	202
Apêndice 6 - Respostas do questionário aplicado aos ex-cotistas e estudantes	203
Apêndice 7- Questões norteadoras da entrevista com Pró-reitores.....	207

Anexos	208
Anexo 1- Componentes curriculares UFRRJ	208
Anexo 2- Componentes curriculares UFOP	210
Anexo 3- Componentes curriculares UFMG	211
Anexo 4 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	212
Anexo 5 - Tela inicial do Portal do egresso UFRRJ	217
Anexo 6 - Portal do Egresso UFMG.....	218

INTRODUÇÃO

Alguns trabalhos acadêmicos visam o simples cumprimento de exigências para a obtenção de título profissional ou para uma publicação, configurando-se em exercícios elegantes, metodologicamente corretos. Outros são construídos a partir de necessidades efetivas dos pesquisadores de compreender recortes da realidade em que se inserem, objetivando transformá-los em instrumentos eficazes para a interferência sobre a mesma realidade. Para estes, os discursos devem partir das próprias vivências, o lugar onde a vida se dá e às quais a ciência deve servir. Essa postura inclui preocupações éticas e políticas, pois tenhamos consciência ou não, as ações científicas, mesmo aquelas decorrentes das denominadas “ciências puras”, além de nos constituírem como indivíduos, participam da formação da cultura em que estamos inseridos.
Ricardo Ferreira Franklin¹.

A discussão e a realização de pesquisas sobre as políticas de ação afirmativa para o acesso de negros ao ensino superior, enquanto objeto de estudo tem sido significativa a partir das últimas décadas no século XX. De acordo com Walters e Skidmore (1997) há uma relevante produção científica abordando esta temática, e tão importante quanto estes estudos e pesquisas é o olhar para os deslocamentos causados por estas políticas de ação afirmativa na vida social e profissional de seus beneficiários. A utilização do termo deslocamento nesta tese tem o intuito de chamar a atenção para as possibilidades de mudanças de um dado *status quo*², ou seja, mudanças de condições atuais.

Os desafios acadêmicos e pessoais enfrentados ao se escrever uma tese na área de Educação ou em qualquer outra área de conhecimento não excluem a relação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. Para além das dificuldades de qualquer investigação científica, uma pesquisa que envolve educação, turismo, políticas públicas, relações étnico-raciais e ação afirmativa, e que ainda tem como característica peculiar o envolvimento étnico e profissional do

¹ Cf. FERREIRA, 2000, p. 42. Professor adjunto de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão e autor do livro Afro descendente – Identidade em Construção (2000)

² O *status quo* está relacionado ao estado dos fatos, das situações e das coisas, independente do momento. O termo *status quo* é geralmente acompanhado por outras palavras como manter, defender, mudar e etc.

pesquisador, produz uma dinâmica particular, qual seja, se ver, em vários momentos, retratado na pesquisa. Como uma pesquisa surge inicialmente dentro de nós, apresento a seguir um pouco de quem é este pesquisador.

Conhecendo o “autor” – familiar, social, profissional e acadêmico.

Nascido em Belo Horizonte e apesar de até então nunca ter entendido o porquê, fui registrado como pardo, e lá cresci como preto, pois era assim que o meio social no qual vivia me via e fazia sentir. Primogênito de uma família com cinco filhos, cresci em um ambiente saudável onde souberam nos preparar para fazer parte de uma sociedade racialmente dividida. Convivi e convivo com pessoas que até hoje se valem de eufemismos, que entendem manter viva uma característica que consideram ser da nossa sociedade, qual seja, a existência de uma democracia racial no Brasil.

Faz-se necessário salientar, que muito me honro de ter tido, como pano de fundo de trajetória de vida pessoal e profissional, uma estrutura familiar sólida com mãe e pai pretos, que me faziam ver, a todo o momento, como era visto pelo mundo e qual era o lugar, aos olhos deles, que deveria ocupar. A educação vinda de berço aliada a uma boa formação escolar e ao diálogo sobre a realidade social eram vistas por eles como um dos caminhos para se vencer o racismo e as desigualdades sociais a que eu e meus irmãos estávamos sujeitos. Apesar de meus pais não terem concluído o que hoje é o ensino médio, possibilitaram que eu estudasse em uma das mais conceituadas instituições de ensino do Brasil, o Colégio Militar de Belo Horizonte. Lá chegando em 1970 e constatando que éramos poucos estudantes pretos, aprendi que podia sonhar grande e acreditar que era possível ser o que quisesse ser e que este mundo também era para as pessoas pretas como eu. Os valores morais e éticos passados dentro dos muros desta instituição, juntamente com as referências familiares foram os sustentáculos para que eu terminasse o ensino médio com condições de ingressar em uma universidade e ser o primeiro da família a concluir um curso superior.

Durante o período de graduação, no curso de Turismo do Instituto Mineiro de Ciências Administrativas (IMCAT)³ em Belo Horizonte, iniciado em 1979, além do envolvimento com o movimento estudantil exerci a presidência do Diretório Acadêmico do curso de Turismo. Em atividade fora da faculdade, participei também de um grupo de estudos sobre Cultura Negra chamado Grupo de Estudos José Bonifácio, onde tive o primeiro contato com autores e pesquisadores que estudavam a temática racial, tais como Raimundo Nina Rodrigues, Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, dentre outros. Após a conclusão do curso em 1982 atuei em vários segmentos do *trade* turístico⁴: meios de hospedagem, órgãos públicos, consultoria e pesquisa, mas foi no segmento de agências de Turismo onde concentrei minhas energias tendo atuado na área por 28 anos. Neste período as atividades desenvolvidas foram como atendente nacional e internacional, guia de turismo nacional e internacional, gerente comercial e geral, e por último como sócio-diretor. Nesta trajetória trabalhei em várias empresas: BBtur Viagens e Turismo (empresa do grupo do Banco do Brasil), Unitour Turismo Ltda., Catas Altas Turismo, BW Turismo e Virtualtour Viagens e Turismo Ltda. (as duas últimas como sócio-diretor), dentre outras. Em paralelo a estas atividades, desde 1998 o exercício da docência em cursos superiores de Turismo foi uma constante e em diferentes instituições, tais como: Fundação Educacional Comunitária Formiguense (atual Centro Universitário de Formiga), Centro Cultural Newton Paiva, Faculdades Promove e Universidade Salgado de Oliveira, todas localizadas em Minas Gerais.

Procurando dar foco à carreira acadêmica e na busca por uma oportunidade de lecionar em uma universidade pública, fiz o primeiro mestrado em *Gestión de Actividades y Recursos Turísticos* na *Universitat de Les Illes Balears (UIB)* em Palma de Mallorca, Espanha, concluído em 2004 e o segundo⁵ em Turismo e Meio Ambiente no Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte, concluído em 2009 cujo título da dissertação foi “O vapor Benjamim Guimarães e o desenvolvimento do Turismo em Pirapora – MG”. Em 2010 prestei concurso para lecionar a disciplina de Agenciamento e Operacionalização de Roteiros no curso de Turismo Universidade

³ O IMCAT foi adquirido em 1985 pelo então Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, hoje Centro Universitário Newton Paiva

⁴ Conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e prestadores de serviços turísticos. Programa de Regionalização do Turismo: módulo operacional 7 (MTur, 2007)

⁵ Por questões burocráticas não consegui revalidar o primeiro mestrado.

Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, tendo sido aprovado em primeiro lugar e em março de 2011 iniciei minhas atividades como docente do curso nas modalidades presencial (Bacharelado) e no ensino semipresencial (Licenciatura).

A dinâmica acadêmica proporcionou o contato com o NEABI/UFRRJ⁶ - Laboratório de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - LEAFRO, onde atualmente estou como coordenador pró-tempore. O LEAFRO é um espaço de pesquisas acadêmicas com características multiculturais, integrado por grupos de pesquisa e pesquisadores pertencentes a diferentes cores, etnias, raças, culturas, gerações, gêneros, classe social e credos religiosos, provenientes de diferentes áreas do conhecimento, que convergem para um ponto em comum: A luta antirracista contra as desigualdades étnico-raciais em todas as suas dimensões. O laboratório foi criado em 2006, no âmbito do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Campus Nova Iguaçu⁷, na cidade do mesmo nome. Neste espaço são desenvolvidas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão aprofundando análises das articulações estabelecidas entre as dimensões raciais e étnicas, de classe, cultura, gênero e crença religiosa. Neste ambiente retomei a dedicação aos estudos sobre a temática étnico-racial, especialmente voltados para os desdobramentos e implicações no setor do Turismo brasileiro. Atualmente faço parte do Conselho consultivo e científico da Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura – Repecul e atuo também como pesquisador do Grupo de Pesquisa Educação Superior e Relações Étnico-Raciais–GPESURER e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Turismo – NEPET.

Além disso, participei também da criação do Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior (OPAA), como um programa de extensão para concorrer ao edital PROEXT 2014, abrigado institucionalmente no LEAFRO. O OPAA era ligado diretamente aos cursos de graduação da UFRRJ (licenciaturas em História, Letras, Matemática, Pedagogia e bacharelado em Turismo), suas ações abrangiam três projetos distintos, mas complementares: (1) Políticas de democratização de acesso e permanência na educação superior em universidades federais da região sudeste; (2) Turismo e relações étnico-

⁶ Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Existem núcleos que se dedicam somente aos Estudos Afro-brasileiros - NEAB

⁷ Inaugurado em 17 de abril de 2006, o Instituto Multidisciplinar, localizado em Nova Iguaçu, surgiu como resultado da inclusão da UFRRJ na primeira etapa do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI.

raciais; e (3) Democratizando o espaço universitário e afirmando diferenças. Ao final deste programa foi acordado entre os pesquisadores que o OPAA seria transformado em um Observatório permanente da região sudeste, passando sua denominação para Observatório de Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste (OPAAS) (COSTA e FERNANDES, 2015, p. 07-14)

O OPAAS – “Observatório das Políticas de Ações Afirmativas da Região Sudeste” – é um Programa Interinstitucional que se localiza nas fronteiras estabelecidas entre a Educação, a Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, a Sociologia Política e o Turismo. Ele compreende um conjunto articulado de projetos e outras ações de caráter multidisciplinar integrando atividades de pesquisa, de ensino e de extensão voltadas para a identificação, comparação e análise da implantação de políticas de democratização de acesso e de permanência com sucesso no ensino superior em cinco Instituições federais de ensino superior (Ifes) da Região Sudeste, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a universidade Federal São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nestas universidades, os pesquisadores que integram o OPAAS desenvolvem suas atividades interessados, ainda, em identificar, analisar e comparar os investimentos, recursos mobilizados, custos e impactos institucionais advindos da implantação dessas políticas, bem como suas avaliações institucionais, dando respostas efetivas a essa que é uma das questões mais atuais e importantes da educação superior brasileira⁸. A transformação do Observatório das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em OPAA Sudeste pode ser visto como um avanço na institucionalização das políticas de ação afirmativa das universidades brasileiras.

Atualmente integro a equipe de pesquisadores do projeto: As comissões de heteroidentificação étnico-racial de autodeclaração no sistema de cotas no acesso às instituições de ensino superior públicas federais: implementação e atuação. Este projeto, que está ativo, é fruto da chamada Universal 2018, tratando-se de pesquisa interinstitucional, que visa dar prosseguimento à linha de investigação que a equipe integrante do projeto vem desenvolvendo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Todo o desenvolvimento é feito por

⁸ Disponível em <http://r1.ufrrj.br/opaas/quem-somos/> Acesso em 18 jun 2018.

intermédio do Observatório das Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste – Opaas, na interface dos campos das relações étnico-raciais e da educação.

Desde então tenho participado de várias atividades ligadas à temática desta pesquisa tais como organização do I Congresso de pesquisadoras/es Negras/os do Sudeste – Copene Sudeste (2015), do I Fórum Internacional de Estudantes: Diálogos da diáspora africana nas Américas, evento organizado pelo LEAFRO em parceria com *The University of the West Indies* (UWI) de Barbados (2016). Durante o período de 2014 a 2016 foram desenvolvidas atividades como vice-coordenador e docente dos cursos de aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-Raciais e Pós-Graduação Lato Sensu UNIAFRO – Política de promoção da igualdade racial na escola.

Além destes breves apontamentos destaco a colaboração com capítulos nos seguintes livros: Licenciatura à distância em Turismo – novos rumos da formação profissional (2013), Bacharelado em Turismo – teoria, prática e expectativas (2016), Diferenças étnico-raciais e formação docente: um diálogo necessário (2016) e Educação, relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas no Brasil (2016) e a elaboração dos livros Planejamento e Organização Turística e Administração de serviços Turísticos, ambos em 2010.

Após o término do período como coordenador do curso de Turismo em 2013 (12/2011 a 12/2013), iniciei a busca por um programa de Doutorado onde poderia realizar uma pesquisa que abarcasse minhas inquietudes sobre a relação entre os cursos e as políticas de acesso ao ensino superior em instituições públicas de ensino e a consequente discussão sobre relações étnico-raciais e turismo. Tendo em vista as dificuldades que passei para me firmar profissionalmente, em função da minha cor de pele e da percepção de que os egressos negros, não só do curso de Turismo, ainda hoje passam por dificuldades semelhantes, encontrei no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ – Ppgeduc o espaço para desenvolver minha pesquisa, especificamente na linha de pesquisa 3 - Educação e Diversidade Étnico-racial cuja ementa é:

Para esta linha convergem estudos, pesquisas e temáticas localizadas nos campos da Educação das Relações Étnico-Raciais tensionadas pelas suas relações com o Estado, com os Movimentos Sociais Negros e Indígenas, considerando as Desigualdades Étnicas, Culturais, de Classe, de Raça e de Gênero, com a educação sendo percebida como uma das múltiplas dimensões da realidade social

impactada pela ação entre estrutura e atores sociais em uma perspectiva histórica mais ampla. Afro-Brasileiros, indígenas, cidadania, identidades de gênero-raciais e diaspóricas, políticas de ações afirmativas, educação quilombola, religiosidades afro-indígenas, culturas, literaturas negras, memórias, cultura digital, mídias e suas, linguagens constituem-se como eixos analíticos relevantes dessa linha de pesquisa (Site do Ppgeduc – UFRRJ).⁹

Elementos da pesquisa

Nesta trajetória de vida senti, por muitas vezes, o que pode ser chamado de “racismo brasileiro”, que não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como nos mostra Santos, S. (2002),

[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum. (SANTOS, S. 2002, p. 13)

A afirmação do Prof. Sales foi uma importante leitura da situação dos pretos e pardos no início do século XXI, mas cabe destacar que passados 13 anos desta publicação, em função principalmente da intensificação da luta de combate à desigualdade social e a implantação de políticas de ações afirmativas, não houve modificações na visão deste pesquisador. Em Santos, S. (2015) encontramos que em função da decisão do STF ter reconhecido a legalidade das políticas de ação afirmativa focadas na raça/cor e/ou etnia a Lei Federal 12.711/2012, pode ter havido um freio no crescimento destas políticas que visavam a inclusão de estudantes negros¹⁰ e indígenas no ensino público superior. Esta reflexão é ratificada pelo que apresentam Moya e Silvério (2009),

[...] as universidades federais já vinham incorporando o ideário de implementar ações afirmativas para estudantes negros, indígenas, portadores de deficiência física, de escolas públicas, entre outros, mais ainda, se o STF já havia ratificado que o sistema de cotas raciais era não somente legítimo, mas também legal, ou seja, constitucional, por que aprovar uma lei que, em tese, limita o sistema de cotas aos alunos de escolas públicas? Por que não deixar a tomada de decisão

⁹ Disponível em <http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgeduc>. Acessado em 23 março de 2018

¹⁰ De acordo com o IBGE esta classificação inclui os brasileiros pretos e pardos

autônoma para cada universidade sobre qual seria a melhor política de ação afirmativa a ser adotada e implementada? Aliás era isso o que vinha acontecendo, mesmo com todo o bombardeio da grande imprensa contar o sistema de cotas (Cf. Moya e Silvério, 2009). (SANTOS, S. 2015, p. 86)

Na percepção de diversos autores como Saravia (2006) e Rua e Romanini (2013) dentre outros, a implantação/implementação de políticas públicas são momentos distintos no processo de tentativa de mudança de um dado *status quo* frente a um problema social. A implantação depende somente de uma decisão política, qual seja dar início ao processo. A implementação além de ocorrer somente após a implantação, depende de fatores outros, tais como: sensibilização da sociedade civil, fiscalização, avaliação, provimento de recursos para que o processo se desenvolva satisfatoriamente dentre outros. Quando o objetivo da política é descrito e as rotinas já são conhecidas a implementação fica mais fácil, mas quando os objetivos são problemas que envolvem crenças e valores, como a luta contra o preconceito e a redução das desigualdades sociais, as dificuldades são maiores e mais complexas (RUA e ROMANINI, 2013). Atualmente a realidade de desigualdades sociais na sociedade brasileira tem seus fundamentos no racismo que caracterizou o regime escravagista e que a despeito da abolição no final do século XIX ainda perdura. A manifestação mais cruel e perceptível está na hierarquização racial no mercado de trabalho e isto acontece em decorrência da ausência de políticas sociais efetivas que minimizem esta realidade, Augusto, Roselino e Ferro (2015)

Corroborando com o exposto, Rua e Romanini (2013) assim se referem aos problemas de implementação de políticas públicas,

Ao discutir a implementação de políticas públicas, Pedro L. B. SILVA e Marcus a. B. Melo (2000, p.3) trazem uma importante ponderação: *“As vicissitudes da implementação de programas governamentais têm sido entendidas como uma das dimensões cruciais – senão a variável central – para a explicação do insucesso dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas. A implementação revelou-se, portanto, o “elo perdido” nas discussões sobre a eficiência e eficácia da ação governamental. Como amplamente discutido, problemas não antecipados que surgem durante a implementação de programas ou políticas pode representar obstáculos intransponíveis, os quais por sua vez, podem levar agências responsáveis a descontinuí-los. Grande parcela da literatura concorda com a ideia de que a implementação é responsável pelo sucesso ou fracasso de uma intervenção governamental na realidade. Os implementadores, se devidamente preparados e motivados, podem mobilizar os recursos necessários para suplantar as dificuldades que venham a surgir ao longo do processo da política pública; entretanto, se despreparados e insatisfeitos,*

também podem inviabilizar ou sabotar a realização apropriada da política pública, desvirtuando-a. (RUA e ROMANINI, 2013, p.21) (grifo no original)

Para além das abordagens sobre políticas públicas apresentadas, nesta tese tenho como um dos principais suportes teóricos a “abordagem do ciclo de políticas” (*police cycle approach*) do sociólogo inglês Stephen Ball (1992). De acordo com esta teoria, as políticas públicas não são simplesmente implementadas, mas reinterpretadas no contexto da prática, sendo que a sua análise envolve cinco contextos diferentes: influência, produção do texto, contexto da prática, resultados/efeitos e estratégia política. A adoção desta teoria é usada como suporte para o estudo da realidade vivida por IES's no processo de consolidação da Lei de Cotas. Apesar de outras categorias analíticas fazerem parte desta tese, o estudo das políticas públicas compõe a literatura a respeito da temática em tela e se constitui como categoria de análise imprescindível para esta pesquisa.

Após estas considerações iniciais, o problema a que essa tese quer dar respostas é colocado da seguinte forma: Dentro do contexto das políticas de ação afirmativa (Lei Federal 12.711/2012), quais foram os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no processo de consolidação da Lei de Cotas? Neste sentido, ao investigar esta interface estabelecida neste processo entre estas três universidades federais, é importante destacar que a amplitude deste estudo é dada pela composição do recorte amostral onde participantes escolhidos, quais sejam gestores, egressos e concluintes afro-brasileiros que acessaram a universidade por intermédio da Lei de Cotas, e as suas percepções sobre a temática. Em segundo plano, ou de forma acessória, para dar respostas ao problema acima descrito, foi realizada uma avaliação da política pública de ação afirmativa na perspectiva das universidades intervenientes neste estudo.

Cabe ressaltar que inicialmente uma quarta instituição fazia parte do escopo desta pesquisa, mas que a despeito de todos os esforços envidados com o intuito de conseguir Turismólogos e/ou estudantes concluintes que se adequassem ao perfil desejado e que participassem como respondentes desta pesquisa, ela foi excluída pelo insucesso nas tentativas feitas. Foram utilizados diferentes caminhos, coordenação de curso, redes sociais, contato direto

com estudantes concluintes do curso, contato com o centro acadêmico e a técnica do *snowball sampling*¹¹, sendo que nenhum destes surtiu o efeito esperado.

Para dar respostas ao problema desta pesquisa foram construídas as seguintes questões de estudo que fornecem sustentação teórica a esta tese e que estão intrinsecamente ligadas ao tema e que são assim postas:

- a) Quais são as relações existentes entre Turismo, Educação e relações étnico-raciais?
- b) O que são políticas públicas de ação afirmativa?
- c) Como se dá o processo de consolidação das políticas públicas?
- d) As universidades que integram o recorte amostral desta pesquisa possuem políticas institucionais efetivas de acompanhamento profissional de seus egressos?
- e) Quais são as categorias de avaliação de políticas públicas são intervenientes no processo de avaliação da política pública em tela?

A relevância acadêmica e social desta temática pode ser percebida por diferentes prismas, mas destaco três: o primeiro se prende ao fato de que, se por um lado no Brasil, ela não se constitui como inédita, por outro lado, raros são os conhecimentos produzidos na perspectiva desta discussão tendo como foco os Turismólogos. O segundo é que a análise foco desta pesquisa não pretende dar uma visão ampla da situação dos diferentes cursos, mas que a partir da análise da realidade deste segmento possa-se estender a validade da conclusão desta tese, além dos limites em que ela é comprovável, para outras áreas de estudo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Por último, mas não menos importante é a possibilidade de entender como estes graduados, sempre em formação, percebem a sociedade na qual estão inseridos, no que diz respeito às relações étnico-raciais quando a situação diz respeito a inserção profissional. Esta percepção influenciará as suas práticas sociais e profissionais de forma a interferir no campo de atuação profissional e em suas relações sociais e pessoais.

¹¹ Técnica de pesquisa também conhecida como *snowball sampling* (amostragem de bola de neve), que é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam outros participantes que por sua vez indicam outros e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo ou ponto de saturação. Disponível em https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf acessado em 07/10/2018

Para realização desta investigação foi utilizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, não desprezando a abordagem quantitativa, mas, principalmente, levando em conta os elementos participantes, seu ambiente social e profissional, bem como suas crenças, valores e percepções de mundo.

Desta maneira, espero trazer a lume uma visão da realidade sobre os desafios enfrentados no processo de consolidação da Lei de Cotas nas IES's estudadas partindo de uma perspectiva que inter-relacione educação, ação afirmativa e turismo, esperando assim contribuir para um entendimento mais aprofundado do tema de pesquisa proposto.

Estruturação a tese

INTRODUÇÃO – Cumpre o papel de apresentar e situar o pesquisador em relação ao tema, o local de fala e as motivações para escrever esta tese, bem como a amplitude de sua abordagem. Apresento também quem é o autor, o problema e as questões de estudo. Destaca-se o ineditismo da abordagem, bem como as contribuições da pesquisa aos cursos de Turismo e, por conseguinte, aos demais cursos.

CAPÍTULO 1 – CURSOS DE TURISMO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÃO AFIRMATIVA – UMA RELAÇÃO POSSÍVEL. Neste capítulo, apoiado em teóricos como Siss (2003, 2005, 2012), Munanga (2003, 2004), Gomes, J. (2001), Gomes, N. (2005) e Santos, S. (2015) e outros pesquisadores demonstro que existe uma relação entre os temas e a importância dela para o crescimento pessoal, social e profissional dos sujeitos desta pesquisa.

CAPÍTULO 2 - AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR: DEMANDAS HISTÓRICAS. Se o capítulo anterior se dedicou a investigar as relações entre o desenvolvimento da atividade turística e a formação acadêmica de seus *players*, neste segundo capítulo, além de apresentar um estudo sobre políticas públicas com abordagem conceitual, apresento também um histórico das políticas de ação afirmativa no mundo e no Brasil fazendo um recorte para as políticas de acesso dos afro-brasileiros ao ensino superior, com destaque para

a Lei Federal 12.711/2012 atualizada pela Lei Federal 13.409/2016¹², mais conhecida como “Lei de Cotas”. Nesse sentido, esse capítulo guarda relação direta com o que lhe antecede, ao caracterizar políticas públicas, suas relações com a educação e com as políticas de ação afirmativa.

CAPÍTULO 3 – TURISMO ENQUANTO ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATIVIDADE PROFISSIONAL – UMA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL. A abordagem desse capítulo é direcionada para a apresentação da atividade turística e a importância da formação acadêmica de seus profissionais, mostrando assim a inter-relação existente entre Turismo, alocação profissional na atividade turística e formação acadêmica. Por fim apresento a atividade turística não só como um fenômeno econômico, mas também e principalmente como um fenômeno social.

CAPÍTULO 4 – CAMINHOS METODOLÓGICOS E EMPÍRICOS DA PESQUISA E SEUS SUJEITOS: O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA. Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo, tendo em vista as implicações do processo de consolidação da “Lei de Cotas” e a identificação ou não das contribuições acadêmico/profissionais das universidades aos egressos afro-brasileiros ex-cotistas no acesso ao mercado formal de trabalho. Serão também efetuadas análises dos dados coletados, à luz do referencial que conferem sustentabilidade teórica a essa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, nas considerações finais desta tese apresento uma síntese da pesquisa, seus principais resultados, avanços e possíveis limitações.

¹² Esta lei modifica a Lei federal 12.711/2012 dispondo sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Ver anexo 2

CAPÍTULO 1 – CURSOS DE TURISMO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AÇÃO AFIRMATIVA – UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (Munanga, 2005).

1.1 - Relações Raciais Brasileiras: apontamentos

O debate sobre políticas públicas de Ação Afirmativa na educação superior no Brasil não é recente¹³ e desafia o Estado e a sociedade a enfrentarem o problema das desigualdades raciais e sociais, principalmente aquelas voltadas à igualdade de oportunidade de acesso e de permanência nas universidades públicas federais brasileiras, que, por conseguinte, afetam também o acesso ao mercado de trabalho. Por séculos, aprendemos a conviver com um sistema educacional altamente desigual, fragmentário e seletivo, que foi e é organizado sob a égide do liberalismo mediante o pressuposto da igualdade de oportunidades. Tal sistema tem funcionado com uma lógica de exclusão social e uma dinâmica institucional fundamentada na lógica do racismo. (FERNANDES e COSTA, 2015)

As discussões sobre a formação acadêmica da população afro-brasileira e, conseqüentemente o exercício de atividade profissional, principalmente em sua área de formação, já foi e é abordado por vários estudiosos em outros trabalhos (SISTEMA PED, 2014, 2015, 2016, 2017; Machado e Fernandes, 2014; Brandão e Oliveira 2005), mas poucos são aqueles que se detêm informações sobre os estudantes e os egressos dos cursos superiores de Turismo. Fazendo uma revisão bibliográfica sobre dissertações e teses, que versem sobre esta temática especificamente voltada para egressos dos cursos superiores de Turismo, nada foi encontrado.

O ensino público e gratuito, que deve ser garantido pelo Estado sem prescrição em função da idade está preconizado no art. 205 da Constituição Federal de 1988, onde se lê que,

¹³ Cf. Santos (2016, p. 24) na Convenção Nacional do Negro, evento organizado pelo TEN em 1951, reivindicou-se ao governo brasileiro políticas específicas e “cotas” para negros no ensino superior.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Mas nem sempre foi assim, pois desde o início do período de escravização no Brasil, os afro-brasileiros foram alijados do processo educacional escolarizado, a começar das primeiras letras, como nos mostra Siss (2012),

Muito pelo contrário: se na constituição imperial de 1824, no seu artigo 179, § 32, a instituição primária aparece como gratuita a todos os cidadãos e se, pelo artigo 10º, § 2º do Ato Adicional de 1834 a garantia dessa educação torna-se dever das províncias, três anos mais tarde o presidente da província do Rio de Janeiro, que abrigava a capital do império, ao legislar sobre o acesso às escolas públicas dessa província sanciona a Lei 1, de 4 de janeiro de 1837, que no seu artigo 3º, rezava que

Art. 3º São proibidos de frequentar as escolas públicas:

1º Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas.

2º Os escravos, e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos (SISS, 2012, p. 15).

É bom lembrar que as demandas por educação formal dos pretos e pardos deste país vêm de longa data. Se tomarmos como marco histórico a implantação do regime republicano no Brasil, encontramos na literatura acadêmica registros dessa demanda histórica, como por exemplo, em Pinto (1993), Motta (1996) e Siss (2003), dentre outros.

Segundo Marshall (1950) a educação é um direito social do cidadão, assim como a saúde. Esta concepção de cidadania como direitos pode ser encontrada em *Citizenship and Social Class*, onde este autor divide os direitos de cidadania em três categorias: direitos civis surgidos na Inglaterra (século XVIII); direitos políticos (século XIX) e direitos sociais (século XX). Nos dias de hoje a cidadania é mais vista como uma questão de direitos do que de deveres, pois na Atenas antiga a cidadania era vista como dever, visto que os cidadãos eram obrigados a assumir cargos públicos, mesmo que isto significasse sacrifício de suas vidas particulares.

Segundo Siss (2003), a categoria direitos sociais deixou muito a desejar no Brasil, pois,

No Brasil, contudo, a emergência dos direitos, no que diz respeito aos afro-brasileiros, não obedeceu à matriz marshalliana. Aqui e até 1888, os africanos e seus descendentes eram objetos de compra e venda. As rebeliões da senzala, as fugas para os quilombos, bem como as tentativas de volta à África ocorreram no

interior da sociedade escravagista na qual os escravizados não possuíam sequer o estatuto de seres humanos. Simplesmente não eram considerados gente, não havendo portanto, nenhuma condição do desencadeamento de lutas por cidadania (SISS, 2003, p. 67).

Mesmo depois de passados tantos anos a situação não mudou tanto assim. Muitos ainda estão fora da sala de aula em função de variados motivos e a despeito de esforços por parte do Estado. O ingresso de estudantes nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível, pelo sistema de cotas a partir da Lei Federal 12.711 sancionada em 29 de agosto de 2012 e publicada no DOU nº 169 de 30 de agosto de 2012, Seção 1 páginas 1 e 2, mais conhecida como “Lei de Cotas”, criou um novo cenário tanto para as universidades como para o mercado de trabalho, visto que passaram a receber pessoas oriundas não só de classes sociais diferentes, mas também de realidades étnico-raciais diferentes (pretos, pardos e indígenas – PPI) e com visões de mundo distintas e particulares. Esta diversidade e pluralidade discente foram e são possibilitadas, principalmente, pelo processo de consolidação desta lei que tanta polêmica gerou e gera no seio da sociedade brasileira em função do acesso de um número cada vez maior de estudantes negros nas IFES.

As Políticas de Ação Afirmativa – (PAA's) que são adotadas em vários países como medidas mitigadoras dos pesados custos sociais que foram impostos às populações que foram colonizadas externa e internamente, não devem ser desenvolvidas exclusivamente pelas instituições públicas, mas também pela sociedade civil por intermédio de incentivos variados, visto que suas implicações atingem os mais diversos segmentos da sociedade. Na construção deste pensamento podemos contar com a colaboração do professor Kabengele Munanga (2003) quando ele nos diz, que:

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda e pelo ex-ministro da educação Paulo Renato, não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. Como disse Habermas, o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. É neste contexto que

colocamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência das cotas, que pelas experiências de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômico, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial (MUNANGA, 2003 p. 119)

Apresento a título de enriquecimento e como base conceitual, a definição de outro autor sobre o conceito de PAA's, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Professor Joaquim Benedito Barbosa Gomes, por sua vez, define as PAA's como:

(...) um conjunto de políticas públicas privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, J. 2001, p.27)

A sociedade brasileira é marcada pela hierarquização social da população e esta característica mostra a sua face mais perversa quando o racismo se manifesta no mercado de trabalho, onde afro-brasileiros são preteridos em função de sua cor de pele. Há que se pensar, que como nos apresenta Comparato (1998), a partir do princípio da igualdade existe uma distinção entre “diferenças sociais” e “desigualdades sociais”. As diferenças sociais estão baseadas nas diferenças naturais ou são produtos de uma construção cultural, como por exemplo, a diferença entre os sexos ou os usos e costumes de uma sociedade. Já as desigualdades sociais dizem respeito a um juízo de superioridade ou inferioridade entre os grupos sociais, implicando em privilégios para um determinado grupo em detrimento de outros considerados subgrupos.

Silvério (2002) nos mostra que a dimensão econômica consegue explicar somente as desigualdades sociais entre afro-brasileiros e brancos, enquanto que as demais desigualdades são explicadas pelo racismo e pela discriminação racial, a qual teve o estado como legitimador do racismo institucional, um tipo de racismo sem cara. Segundo López (2012) o racismo institucional se espalha no funcionamento das instituições e organizações provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, oportunidades e benefícios aos diversos segmentos da sociedade sob o ponto de vista racial. Desta forma, podemos inferir que o quadro de desigualdade

está alicerçado no racismo, que tem sido conceituado e caracterizado por vários autores, e aqui me apoio na definição de Munanga (2004):

(...) o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2004, p24.)

A utilização do termo raça, nos dias de hoje, pelos pesquisadores e militantes dos movimentos negros não tem o objetivo de reproduzir a noção de superioridade ou de inferioridade entre os grupos sociais, como aconteceu no século XIX, mas sim é uma reinterpretação da expressão tomando como base conotações sociais, políticas e históricas. A palavra “raça”, quando usada no Brasil tem a força para demonstrar as diferenças que promovem a exclusão social, o que garante privilégios aos não negros, como nos mostra Gomes, N. (2005),

Mas, é preciso compreender o que se quer dizer quando se fala em raça, quem fala e quando fala. Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade existente nas relações entre negros e brancos no Brasil, não estamos nos referindo, de forma alguma, ao conceito biológico de raças humanas usado em contextos de dominação, como foi o caso do nazismo de Hitler, na Alemanha. Ao ouvirmos alguém se referir ao termo raça para falar sobre a realidade dos negros, dos brancos, dos amarelos e dos indígenas no Brasil ou em outros lugares do mundo, devemos ficar atentos para perceber o sentido em que esse termo está sendo usado, qual o significado a ele atribuído e em que contexto ele surge. (GOMES, N. 2005, p 45)

Nesta tese, como em Siss (2005), a categoria raça deve ser percebida como mecanismo de estratificação social, que opera fundamentada na percepção da diversidade fenotípica como por exemplo cor da pele, textura de cabelo e se constitui como um mecanismo importante e poderosíssimo determinante de estratificação social. Nessa perspectiva, a categoria raça aqui se

distancia de qualquer filiação a determinismos biológicos, ao mesmo tempo em que rompe com reducionismos simplistas de classe, os quais concebem a raça como um mero epifenômeno.

É importante ressaltar que quando a análise sobre a desigualdade sociorracial é feita à luz do mercado de trabalho, tanto o IPEA, que é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, quanto o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro, têm publicado dados sobre o perfil dos trabalhadores no emprego formal e em algumas de suas publicações¹⁴, percebe-se em suas bases de análises a variável cor e raça, que denota o grau de importância que é dado à questão racial.

Fazendo um contraponto, o IPEA em parceria com o Ministério do Turismo desenvolveu um projeto chamado Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Turismo – SIMT, que tem como objetivo oferecer para o governo e a sociedade informações que subsidiem a formulação e avaliação das políticas públicas de turismo e orientem os dirigentes do setor, trabalhadores, pesquisadores e instituições de fomento ao desenvolvimento, não traz nenhuma referência a cor e raça dos trabalhadores. Entendo que esta ferramenta ajuda em muito todo setor de Turismo no que se refere ao conhecimento da dinâmica profissional da área, pois trabalha com muitas variáveis, mas causa estranheza o fato de não se conhecer qual é a composição étnico-racial desta força de trabalho, visto que é um dos setores que trabalha essencialmente com a relação entre pessoas, espaço onde o racismo se manifesta na sua plenitude. Nos quadros 1 e 2 apresentam-se as variáveis utilizadas pelo projeto SIMT que estão divididas por ocupação formal e informal¹⁵:

¹⁴ Retrato das desigualdades de gênero e raça - http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html
Inserção da População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos -
<https://www.dieese.org.br/analiseped/2017/2017apresentacaoNegros.pdf> Ambos acessados em 24/11/2017 às 11h
05min e 11h20min respectivamente

¹⁵ Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT.
<http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html>, acessado em 12/01/2018 às 08h03min

Quadro 1 - Ocupação formal

Atributos individuais	
Gênero	Masculino
	Feminino
Idade	Até 24 anos
	Entre 24 e 49 anos
	Acima de 50 anos
Escolaridade	Até 5º ano
	Entre 6º e 9º ano
	Ensino médio ou superior incompleto
	Superior completo
Atributos ocupacionais	
Tempo de emprego	Menos de 12 meses
	Entre 12 e 23 meses
	Entre 24 e 59 meses
	Acima de 60 meses
Remuneração	Até 2,0 SMs
	Entre 2,1 e 3,0 SMs
	Entre 3,1 e 5,0 SMs
	Acima de 5,0 SMs
Tamanho do estabelecimento	Até 09 empregados
	Entre 10 e 99 empregados
	Entre 100 e 499 empregados
	Acima de 500 empregados
Horas trabalhadas	Até 20h semanais
	Entre 21h e 40h semanais
	Acima de 41h semanais

Fonte – SIMT - <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> Acessado em 11/11/17 às 14h50min

Quadro 2 - Ocupação informal

Atributos individuais	
Gênero	Masculino
	Feminino
Idade	Até 24 anos
	Entre 24 e 49 anos
	Acima de 50 anos
Escolaridade	Até 5º ano
	Entre 6º e 9º ano
	Ensino médio ou superior incompleto
	Superior completo
Remuneração (per capita)	Até 0,5 SM
	Acima de 0,5 SM
Contribuição previdência social	Contribuinte
	Não contribuinte
Atributos ocupacionais	
Horas trabalhadas	Até 20h semanais
	Entre 21h e 40h semanais

Acima de 41h semanais

Fonte – SIMT - <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> Acessado em 11/11/17 às 14h50min

É interessante analisar que apesar do SIMT apresentar as variáveis escolaridade e remuneração, que se inter-relacionam diretamente, não apresenta a variável cor/raça, que também se inter-relaciona com as variáveis anteriores em função justamente da “Lei de Cotas”, que está causando mudanças no perfil discente das universidades federais, bem como no mercado de trabalho. Desconhecer estas inter-relações é ignorar os deslocamentos causados pelo processo de consolidação deste tipo de PAA. Conhecer, estudar e entender os deslocamentos causados pela “Lei de Cotas” no dia a dia das universidades, bem como no mercado de trabalho, deveria ser uma pesquisa constante deste sistema de informações, principalmente em função do prazo para revisão desta legislação, que é de dez anos e que será feita pelo poder executivo, neste caso o Ministério da Educação e Cultura, podendo assim decidir sobre a continuação ou não desta política que permite que as IFES possam cumpri-la em um prazo máximo de quatro anos para integralizar o total de vagas a serem oferecidas em conformidade com o programa, aplicando-a gradativamente ou de uma única vez.

Em face ao exposto concordo com Santos, S. (2005) quando ele apresenta em seu livro “O Sistema de cotas para negros da UNB – um balanço da primeira geração”:

(...) muitos dados sobre os alunos que ingressaram pelo sistema de cotas foram coligidos em algumas universidades federais e analisados por alguns de seus pesquisadores e/ou acadêmicos –intelectuais, sem fins de responder ao dever, senão legal pelo menos moral, de divulgar e prestar contas à sociedade sobre as políticas públicas que essas universidades se propuseram a executar. Ao que tudo indica, esses dados não foram produzidos por motivos de transparência, responsabilidade fiscal e social, de *accountability*¹⁶, ou, ainda, pela obrigação moral de construção, reprodução e defesa incondicional da cidadania, mas para se defender de visões ou pontos de vista preconceituosos e discriminatórios contra os alunos cotistas, especialmente os negros. Ou seja, essas análises foram feitas, em geral, na defensiva, sob pressão de se justificar o sistema de cotas, e não de forma desinteressada, isto é, livres de imposições externas às análises, imposições que geralmente partiam de pressupostos preconceituosos. (SANTOS, S. 2015 p. 229)

Na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais, podemos considerar as ações afirmativas voltadas para a população negra como um conjunto de instrumentos que concorrem para uma política igualdade racial no Brasil. O preconceito racial não acontece apenas no aspecto

¹⁶ Prestação de contas

formal, mas, sobretudo e principalmente, ao nível da intimidade e das relações sociais. Segundo o Art. 5, inc. XLII da Constituição Federal de 1988 o racismo é um crime inafiançável, mas ele ainda persiste na nossa sociedade de forma velada, principalmente nas relações para acesso e permanência no mercado de trabalho, onde comumente se manifesta no processo de seleção por entrevistas, nos currículos que pedem fotos e nas relações do dia a dia no convívio do trabalho.

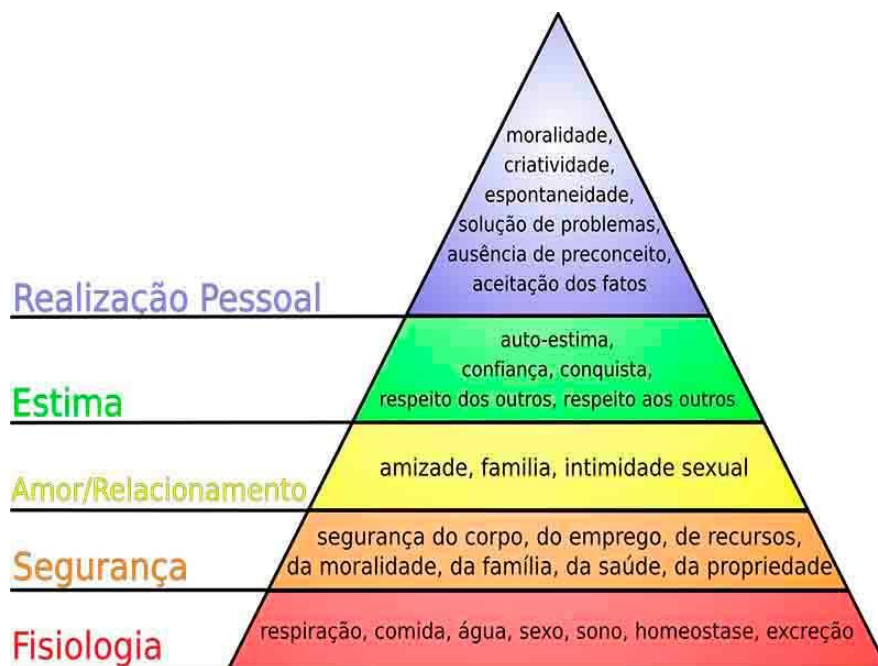
Entendo as ações afirmativas como medidas de combate aos diversos tipos de discriminações (étnico-raciais, gênero, credo religioso, orientação sexual, dentre outros) e concordo com Siss (2003) quando este pesquisador afirma que as ações afirmativas têm caráter social e de reparação.

Leis ou intervenções políticas que compreendam ações do Estado, voltadas para determinados grupos específicos os quais, historicamente são colocados em desvantagem, quando acompanhadas de políticas universalistas, podem ser extremamente úteis para reduzir os altos índices de desigualdades existentes entre esses grupos, como por exemplo, entre brancos e Afro-brasileiros. Elas podem concorrer, como o apontam os resultados de suas aplicações em outros países, para equiparar ambos os grupos na raia de competição por bens materiais e simbólicos em momentos específicos (SISS, 2003, p. 78).

Tendo em vista que as diversas modalidades de discriminação acontecem nas relações interpessoais, o campo de desenvolvimento da atividade turística é propício à sua manifestação tendo em vista a característica da atividade. Esta situação discriminatória pode acontecer nas relações de trabalho e também nas relações intrínsecas do desenvolvimento da atividade envolvendo não só o profissional, mas também o turista e o residente do núcleo receptor.

A atividade turística se desenvolve desde que o homem sentiu a necessidade de se deslocar pelos mais diversos motivos, dentre eles destaco a caça, a religião, as guerras, o lazer, a saúde e o comércio. Estes deslocamentos exigiram o desenvolvimento de estratégias para satisfazer as necessidades básicas das pessoas. Baseado na Teoria da hierarquia de necessidades, elaborada por Maslow em 1943, pode-se verificar pela Figura 1, que as necessidades fisiológicas estão na base da pirâmide, mais conhecida como Pirâmide de Maslow.

Figura 1 – Pirâmide de Maslow – Hierarquia das necessidades de Maslow



Fonte-

https://www.google.com/search?q=piramide+de+maslow&biw=1242&bih=579&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=dgFO_a_fsb0nnM%253A%252Cqyd-lqDJ19ijoM%252C_&usg=__1h2XFkqrFHC68OXDb4dd8y1KrVY%3D&sa=X&ved=0ahUKEwi8xZuGzunaAhVS2VMKHx2eAYcQ9QEILDAB#imgrc=dgFO_a_fsb0nnM: Acessado em 23/07/2017

No caso específico da atividade turística, a busca por satisfazer estas e outras tantas necessidades dos viajantes fez com que, surgissem e, ainda hoje, surjam oportunidades para os mais diferentes tipos de profissionais e entre eles estão os Turismólogos, que são os egressos dos cursos de formação superior em Turismo e os profissionais específicos da área.

O lócus de desenvolvimento da atividade turística é composto pelo espaço geográfico e pelas relações que se desenvolvem entre as pessoas, cada uma com sua participação e envolvimento com a atividade, a saber: o profissional, o turista e o residente. Estas relações interpessoais, que interferem de maneira tal no desenvolvimento da atividade e concomitantemente o seu sucesso ou não, sob o ponto de vista sociológico, despertam interesse em função dos deslocamentos (comparação entre as diversas culturas, fortalecimento da identidade grupal, difusão de novas práticas sociais, geração de emprego e renda, etc...) causados na sociedade do núcleo receptor. Assim, o turismo enquanto um fenômeno social, causando

deslocamentos nos diversos segmentos da sociedade, influenciou o surgimento de um ramo da Sociologia Geral especificamente para tratá-lo: A sociologia do Turismo (DIAS, 2003, p. 11).

Ainda segundo este autor encontramos que,

(...) Sociologia do Turismo procura estudar o comportamento do ser humano durante as viagens, as relações com as comunidades receptoras os impactos sociais provocados por essa atividade com esse sentido, dedica-se a estudar o turismo em seus aspectos sociais e sua relação com a sociedade mais geral, compreende-se como um fenômeno social, passível de ser estudado em seus aspectos particulares.(DIAS, 2003, pp. 11/12)

Em sendo a sociedade brasileira constituída por diferentes grupos étnico-raciais, não só esta temática, bem como a luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais ganharam espaço nas produções acadêmicas, mas estudiosos do turismo pouco ou quase nada tem produzido sobre este assunto. Começar a discutir como o Brasil se vende turisticamente, no que se refere a uma abordagem étnico-racial é importante do ponto de vista social, pois o “mito da democracia racial”, que há muito tempo é entendido como característica da sociedade brasileira, começa a se desfazer dentro e fora do Brasil. Segundo Fernandes (2007), existe uma forma particular de racismo: “um preconceito de não ter preconceito” e que, apesar de a sociedade brasileira discriminar, considerava tal atitude ultrajante, (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica). (FERNANDES, 2007, p.18). Nesta realidade está incrustada a persistente dificuldade dos brasileiros brancos em admitir que existe preconceito racial o Brasil.

Assim, sendo, o turismo pode ser tomado como uma das ferramentas estratégicas para o recrudescimento da luta antirracista na sociedade brasileira.

O encontro entre: turistas, residentes do núcleo receptor e os profissionais do setor de Turismo responsáveis diretos pelo desenvolvimento da atividade turística, ocorre em três contextos:

- No momento em que se adquire um bem ou serviço;
- Quando ambos dividem o mesmo espaço geográfico;
- Quando ambos trocam informações e/ou ideias.

Os deslocamentos causados por esta relação no desenvolvimento da atividade, quer seja no turismo de massa ou no *private service*¹⁷, acontecerão de maneira mais ou menos intensa, de forma positiva ou negativa dependendo para isto da intensidade e frequência destes encontros, além de promoverem uma interação cultural. Ainda no bojo desta análise figura um personagem que fica no centro de toda esta relação, que é o profissional da área, que neste caso é o Turismólogo.

A manifestação do racismo à brasileira se dá em diferentes situações, pois diferentemente do que acontece nos EUA, onde o racismo é de origem, no Brasil ele é de marca (fenotípico). Segundo Telles (2003 p.16) as diferenças mais importantes entre os sistemas raciais dos dois países podem ser resumidas como sendo derivadas de dois conceitos opostos: segregação nos Estados Unidos e mistura racial (miscigenação ou mestiçagem) no Brasil. Ainda neste sentido Nogueira (1955) aponta para o fato de que nas relações interpessoais o preconceito de marca possibilita que uma pessoa preconceituosa tenha laços de amizade com uma pessoa negra e que isso não mude sua concepção preconceituosa. Já no caso do preconceito de origem, uma pessoa branca que se relacione com uma pessoa negra pode chegar até a ser discriminada como se negra fosse. No caso de preconceito de marca, a possibilidade de mobilidade social vertical é inversamente proporcional à intensidade das características fenotípicas das pessoas negras, o que permite uma camuflagem do preconceito de raça por uma de preconceito de classe. O outro sistema é marcado por uma ruptura total entre o grupo de discriminados e de discriminadores.

Uma das maiores barreiras para os afro-brasileiros está em sua trajetória acadêmica e posteriormente na vida profissional. Um dos pilares da luta antirracista é a importante Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dar outras providências. Posteriormente, foi atualizada ainda pela Lei nº 11.645/2008 que dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Apesar dos vários relatos sobre a dificuldade de consolidação desta lei, em função de motivos diversos: falta de recursos como um mecanismo que busca a partir da educação básica quebrar os estereótipos sobre os afro-brasileiros e nossas culturas. Hoje em

¹⁷ Serviço privativo

diversas IES são oferecidas disciplinas na formação de docentes com esta abordagem, especialmente nos cursos de Licenciatura e Pedagogia como já ocorre em instituições como Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade do Estado da Bahia e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, dentre outras.

No tocante à formação acadêmica, o acesso ao ensino superior e a concomitante permanência com sucesso na universidade se apresentam com um alto grau de dificuldade para uma grande parcela da sociedade, principalmente para os afro-brasileiros. Neste sentido o sucesso pode ser interpretado por vieses diferentes, como além de terminar o curso, também participar de atividades extraclases, congressos, visitas técnicas, seminários, pois o tempo que é investido no trabalho como forma de sobrevivência dificulta o desempenho acadêmico em sua plenitude impondo limites ao aprendizado.

Em Cordeiro (2017) vamos encontrar que

Atualmente diversas instituições disponibilizam dados estatísticos com a variável cor como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e o Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER). (CORDEIRO, 2017 p. 26)

Cabe ressaltar que, em conformidade com Silva (2003), as PAA's não se limitam a uma política de cotas, elas representam uma vitória da sociedade em prol dos grupos beneficiados, principalmente em função do efeito pedagógico e político que proporcionam, garantindo assim o reconhecimento da questão da desigualdade, os direitos de acesso ao trabalho, à promoção profissional e uma educação de boa qualidade, que deve ser constantemente avaliada e repensada.

Ademais, todas as IES passam periodicamente por avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que segue diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), cabendo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por intermédio de sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) organizar este processo avaliativo.

O SINAES foi instituído através da medida provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003, e aprovado pela Lei Federal 10.861 de 14/04/2004 para avaliar a graduação visando a melhoria da formação acadêmica dos estudantes e da qualidade da educação superior no Brasil. No tocante aos cursos de graduação são avaliadas as condições de ensino, o perfil dos docentes e a organização didático-pedagógica, já no que concerne aos estudantes a avaliação é realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Este exame avalia o rendimento dos estudantes concluintes de cursos de graduação no que diz respeito aos conteúdos programáticos, habilidades e competências que devem ser adquiridas durante a formação acadêmica do estudante e o seu nível e atualização com relação à realidade brasileira e mundial.

O ENADE substituiu o Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como Provão, que teve curta duração, tendo sido realizado de 1996 a 2003. De acordo com a publicação do SINAES, v. 3 intitulado POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INTEGRAÇÃO E DE AVALIAÇÃO DO EGRESSO NA MELHORIA DA IES, as mudanças sociais e econômicas acontecidas nas últimas décadas nos países desenvolvidos e nos emergentes suscitaram importantes reformas no sistema de educação superior em função de um mercado educacional globalizado emergente.

Neste sentido, o quadro 3 apresenta algumas das propostas de avaliação da educação superior no Brasil que foram implantadas:

Quadro 3- Propostas de avaliação da educação superior no Brasil

Ano	Reformas	Característica	Fonte
1983	Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru)	Foi a primeira pesquisa nacional sobre a gestão das universidades brasileiras	CUNHA, 2001
1985	Relatório da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior:	Propôs uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira apontando a necessidade de estabelecer mecanismos de avaliação permanente do sistema brasileiro de educação, com apoio de comissões ad hoc de especialistas por ele designados	BRASIL, 1985, p. 50
1986	Relatório do Grupo executivo para a Reformulação da Educação (Geres)	Propôs a criação de um sistema de avaliação da graduação, que dava relevo às dimensões individuais, tais como: dos discentes, cursos e das instituições, porém mantinha a preocupação com as dimensões institucionais	SINAES, 2009
1993	Documento da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.(Paiub)	Teve como proposta metodológica dar ênfase à autoavaliação, à avaliação externa, à combinação entre análise quantitativa e qualitativa	BRASIL, 1993 ^a
1995	Exame Nacional de Cursos (ENC),	Tinha como foco avaliar os cursos de forma classificatória, o que possibilitava ao Estado construir bases para uma possível fiscalização, regulação e controle	BRASIL, 2007

Elaboração própria.

No contexto do sistema de avaliação do ensino superior, o acompanhamento dos egressos é proposto pela CONAES como uma das dimensões de análise do relatório de avaliação institucional de uma IES, pois na relação existente entre a universidade e o sociedade, segundo Bourdieu (1983), a IES é o campo científico e o mercado o campo profissional, e esses campos compõem o campo social.

O relatório sobre o acompanhamento dos egressos, que deve ser elaborado pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), ou pelos colegiados dos curso e NDE's, a partir de um

conceito mínimo de qualidade e mecanismos adequados, deve propiciar conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida (curricular e ética), índice de ocupação entre eles com a finalidade de estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. (BRASIL, INEP, 2004).

É importante ressaltar o que informa o SINAES em sua publicação v. 3,

Tendo por base as constatações anteriores, podemos afirmar que, no Brasil, a pesquisa sobre o egresso de IES geralmente trata de análises quanto à trajetória de alunos de algum curso em específico, após a formação universitária. O modo como as IES têm lidado com esses alunos formados, os estudos sobre a existência de algum acompanhamento desse segmento, a maneira como isso tem sido conduzido são temas ainda pouco explorados. As razões para isso, possivelmente, devem-se ao fato de ainda ser recente a política que cobra esse tipo de análise e avaliação por parte das IES. (BRASIL, SINAES, 2004 v 3, p. 42)

O resultado das avaliações aplicadas às IES permite conhecer os caminhos pelos quais transita a educação superior no Brasil, além de permitir a elaboração de políticas públicas específicas para a área atendendo às necessidades específicas de cada instituição resguardando a autonomia de cada uma, como pode ser visto,

Assim, as avaliações indicam o atendimento e o cumprimento das exigências para o funcionamento de IES ou de cursos e traduz o desenvolvimento eficiente das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão definidas no PDI e na autoavaliação realizada pelas IES. Registram, ainda, a presença dos indicadores de qualidade que consolidam o PPC, a infraestrutura e o corpo docente dos cursos, identificando aspectos inovadores que vão além do projeto original, reforçam a identidade das IES e dos cursos, sinalizam atualização ante as inovações educacionais, tecnológicas e culturais e possibilitam o realinhamento permanente do planejamento institucional. Em síntese, as peculiaridades da avaliação, da regulação e da supervisão traduzem a compreensão de que essas dimensões possuem naturezas distintas, competências, objetivos e procedimentos diferenciados e são autônomas nas suas formas de execução. Contudo, elas têm aspectos convergentes e complementares que colaboram na efetividade das ações voltadas à qualificação da educação superior, ratificando a relevância social do Sinaes e cumprindo as normas que estabelecem essa complementaridade. (INEP, 2015, p. 13)

Os dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudante (ENADE), realizado em 2015, trazem informações importantes sobre o perfil dos estudantes e que se confirmam nos cursos de Turismo das IES estudadas, como demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1- Distribuição percentual do total de estudantes por sexo, segundo a cor/etnia - Enade/2015 - Turismo

Cor/etnia	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Branco	50,80%	14,30%	36,50%
Preto	11,60%	3,10%	8,50%
Pardo	34,80%	9,20%	25,60%
Amarelo ou de origem oriental	1,80%	0,30%	1,40%
Indígena ou de origem indígena	1,00%	0,50%	0,60%
Total	100%	27,40%	72,60%

Fonte - http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2015/turismo.pdf . Acessado em 19/09/2019 às 10h 28min

De acordo com Veiga (2001) a autonomia é uma questão essencial para uma instituição de ensino e é composta por quatro dimensões, a saber: administrativa, financeira, jurídica e pedagógica. A autonomia administrativa possibilita a construção do seu plano, programa, projeto e a implementação de um plano de gestão. A autonomia financeira são os recursos financeiros que possibilitam as condições para o seu funcionamento, que podem ser administrados parcial ou totalmente por elas e são normalmente destinados pelo poder público. A autonomia jurídica diz respeito à possibilidade da escola construir/elaborar suas normas. Por autonomia pedagógica que incide no livre-arbítrio do ensino e pesquisa, está estreitamente ligada à identidade, à função social, à clientela, à organização curricular, à avaliação, bem como aos resultados e, portanto, à essência do projeto pedagógico da instituição. (VEIGA, 2001, p. 18).

Como já apresentado nesta tese, uma das fases mais complexas e talvez a mais importante de uma política pública é a sua avaliação, e no caso da Lei de Cotas não é diferente. As informações passadas pelos egressos, bem como a sua opinião sobre as instituições, qualidade do ensino, capacidade de empregabilidade e formação acadêmica e ética constantes dos relatórios de acompanhamento de egressos elaborados pelas CPAs vão proporcionar ao estado elaborador

desta política condições de mensurar e avaliar a partir de diferentes aspectos (sociais, econômicos, educacionais, etc.) decidindo assim sobre sua continuidade ou não.

Neste sentido as IES's estudadas apresentam estratégias diferentes ao tratar este assunto: a UFMG disponibiliza em seu site uma página onde descreve os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo fazer o acompanhamento de ex-alunos de vinte e quatro (24) cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais formados entre os anos de 1980 e 2000; a UFOP por sua vez não desenvolve nenhum programa ou projeto centralizado, gerido pela Reitoria, a despeito de vários cursos, de níveis diferentes realizarem pesquisas com seus egressos; por último a UFRRJ é a única que dispõe de uma ferramenta para acompanhamento dos egressos, o Portal do Egresso, que foi colocado no ar em outubro de 2019 e tem como principal objetivo coletar informações dos ex-alunos sobre atuação na área e inserção no mercado de trabalho, assim como levantar informações relevantes sobre a formação que lhe foi oferecida. Apesar de ser uma boa iniciativa, o portal só pede uma informação referente ao acesso do respondente à universidade e mesmo assim de uma forma que não vai ajudar no processo de avaliação da política de cotas, pois pergunta se o egresso acessou a universidade por intermédio de cotas ou não. Como é sabido que existem diferentes modalidades de cotas, a informação carece de mais detalhamento, pois não possibilita avaliações sobre os diversos filtros existentes na lei, principalmente o de ingresso de PPI's, como pode ser constatado na segunda página do Anexo E .

CAPÍTULO 2 – AÇÃO AFIRMATIVA NO ENSINO SUPERIOR: DEMANDAS HISTÓRICAS

Os problemas da sociedade são numerosos e acontecem dentro dela. Sendo da sociedade, são todos, por definição, problemas sociais com especificidades diferentes, engendrados ou originados pelas diferenças na sociedade. Essas podem ser de origem socioeconômica ou classe social, de sexo, de gênero, de religião, de etnia, de “raça”, de idade, de nacionalidade, etc...
Kabengele Munanga¹⁸

O objetivo deste capítulo é, visitando os conceitos e características das ações afirmativas, analisar e contextualizá-las na modalidade de cotas para acesso ao ensino superior, dando especial atenção ao curso de Turismo e os deslocamentos causados nas IFES, especificamente a partir da implantação da Lei Federal 12.711/12. A abordagem feita é na direção da luta contra o racismo, a discriminação racial e as desigualdades sociorraciais na sociedade brasileira, como nos mostra Munanga (2016) na epígrafe deste capítulo. A discussão em torno das PAA's voltadas para a população negra não se esgota com o acesso dos afro-brasileiros ao ensino superior, pois para além desta discussão existem outras tantas que não podem ser deixadas de lado, tais como: acesso ao mercado e permanência no trabalho, questões de gênero, e mobilidade social.

2.1 - Ação afirmativa no mundo - breve histórico e seus desdobramentos

Ação afirmativa é a terminologia utilizada para determinar um tipo de política pública demandada pela sociedade, que pode ser elaborada pelo governo ou ser uma medida adotada pela iniciativa privada. De acordo com Gomes, N. (2005) as ações afirmativas são definidas como,

[...] conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo, a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais com educação e emprego. (GOMES, N. 2005, P. 53)

¹⁸ Cf. MUNANGA, kabengele. Teoria social e relações raciais I. In OLIVEIRA, Iolanda, PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (orgs). Educação e relações raciais. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD UFF, 2016, p. 205-229

Estas ações têm sido implantadas/implementadas nos mais diferentes países e na maioria das vezes como resposta às demandas da sociedade, aqui representada pelos movimentos sociais visando melhoria na qualidade de vida, na realidade do mercado de trabalho e no acesso à educação formal. Esta educação formal, como nos apontam Colleta (1996) e Trilla (1993), é um sistema educacional institucionalizado, cronologicamente nivelado e hierarquicamente estruturado, que vai desde o mais baixo nível de ensino até aos mais altos níveis superiores.

Para além do que já foi visto nesta tese, a ação afirmativa, quando promovida pelo estado, pode ser considerada como uma política pública redistributiva, que visa alocar igualmente os bens sociais. Quando o foco é a educação trata-se de uma política, compensatória, que se insere no campo da luta contra as desigualdades educacionais para grupos desfavorecidos (SANTOS, A. 2018).

Siss (2001, p. 143) dialogando com Jacques d'Adesky (1998) mostra que ação afirmativa já era praticada em outros países e que a Índia, após a sua independência em 1947, adotou um sistema baseado em cotas, que destinou, aos chamados “intocáveis”, cerca de 22,5% das vagas na administração e no ensino público. Em diversos países de todos os continentes encontram-se ação afirmativa, que segundo Weisskopf (2004) na Índia também é chamada de discriminação positiva, políticas de reserva, discriminação compensatória ou discriminação protetiva. Além da Índia e dos Estados Unidos da América, há registros de PAA's em Israel, China, Austrália, Fiji, Canadá, Paquistão, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Honduras, Indonésia, Colômbia e em outros países como podemos ver em Sowell (2004), Snodgrass (1980), Siss (2001), Moore (2005).

Apesar dos Estados Unidos da América terem se tornado o primeiro país, do que podemos chamar de Primeiro Mundo¹⁹, a incorporar às suas práticas sociais e políticas o conceito de políticas públicas de ações afirmativas, foi na Índia que se originou o conceito de ação afirmativa, como nos apresenta Moore (2005),

¹⁹ Primeiro Mundo é uma expressão usada atualmente para identificar os países desenvolvidos em contraposição às expressões segundo mundo e terceiro mundo. Surgiu no período da Guerra Fria e a princípio designava os países capitalistas enquanto que o segundo mundo seriam os países comunistas e o terceiro mundo os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Hoje identifica todos os países de economia desenvolvida e que possuem excelentes indicadores sociais. Segundo o Fundo Monetário Internacional temos, dentre outros: Estados Unidos da América, Japão, Reino Unido, Espanha e Itália. Fonte: <https://www.eurodic.com.br/paises-de-primeiro-mundo/> . Acessado em 17/09/2018

O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira guerra mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar, jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados inferiores. (MOORE, 2005 p. 314).

Ainda segundo este pesquisador na Índia historicamente impera o sistema de castas, termo que dá nome a todo o sistema e diz-se *varna* em sânscrito, dialeto ariano, que se traduz por “cor da pele”. Este sistema, baseado em conceitos religiosos e que se articula entre os conceitos de superioridade e inferioridade, de pureza e impureza, opera em torno de quatro castas formais divididas entre superiores, *Brahmin*, *Karyiya* e *Vishiya*, e a inferior, *Shudra*, que foi criada na crença Hindu por Deus para servir as castas superiores. O tempo se encarregou de propiciar a criação de mais de 4.000 castas²⁰ e o surgimento de várias delas subalternas, designadas “intocáveis” (*Dalits* e *Advasis*), de todas a mais baixa, inclusive em relação à casta inferior.

O protagonismo de Ambedkar, dirigente dos *Dalits* e *Adivasis* ao apresentar junto ao *Southboroug Commitee on Franchisse*²¹ uma demanda pela representação eleitoral em favor das classes oprimidas, o colocou em conflito com um dos maiores opositores das ações afirmativas, Mahatma Mohandas Ghandi, membro da casta superior *brahmim* (MOWLI, 1990).

Segundo Moore (2005), para Ghandi uma transformação no sistema de castas só se sustentaria se houvesse uma mudança no coração dos membros das castas superiores ele entendia a subordinação a libertação das castas inferiores à independência da Índia e chegou a ameaçar suicídio caso a Grã-Bretanha adotasse o sistema de ações afirmativas.

O papel de Ambeckar foi tão importante no processo de implantação das ações afirmativas na Índia, que lhe foi delegada a tarefa de redigir a parte da constituição de 1950 que dizia respeito a este assunto (MOORE, 2005).

Segundo Silvério (2006), uma das características importantes no caso Indiano é a abrangência das ações afirmativas, pois elas se estendem ao domínio político quando reservam vagas para candidatos dos grupos minoritários e marginalizados (*Dalits* e *Adivasis*), (SILVÉRIO, 2006).

²⁰ Cf. Moore, Carlos. 2005 – Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa, in *As ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas*

²¹ Comitê de *Franchising* de Southborough

De acordo Moore (2005) apesar de todos os percalços deste processo, passados mais de cinquenta anos após a independência da Índia, a dinâmica da exclusão social continua a vigorar com a aquiescência das castas superiores, oprimindo as castas inferiores, constituindo-se assim em um dos piores sistemas de opressão sociorracial do mundo.

O caso das políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos da América começa a partir dos anos 1950 em função do movimento pelos direitos civis desencadeado pelos afro-americanos.

Reverendo um pouco a história vamos encontrar no séc. XIX que a passagem do sistema de escravismo para um sistema baseado no trabalho assalariado e industrial desencadeou nos EUA uma guerra civil (1861-1865) entre os confederados escravocratas do sul e os abolicionistas do norte do país. Este momento é importante de ser analisado sem entretanto entrarmos no cerne da questão, em função do seu fato gerador: os confederados, ultraconservadores do sul temiam que com fim da escravização ocorresse indubitavelmente o enegrecimento do país e a tomada do poder pelos ex-escravizados. Este receio protagonizou famosos debates eleitorais entre o senador pelo Partido Democrata, Stephen Douglas e o aspirante a senador pelo Partido Republicano chamado Abraham Lincoln, ele abolicionista e que viria ser o 16º Presidente dos Estados Unidos, entre março de 1861 até seu assassinato em 1865 (MOORE, 2005).

Cabe ressaltar que, apesar de sua defesa em favor da abolição da escravização dos negros, Lincoln não se declarava a favor da igualdade entre brancos e negros, pois sua convicção pessoal não deveria se sobrepor à Declaração da Independência, como mostra a afirmação retirada da transcrição do seu primeiro debate com o Senador Douglas em Ottawa, em 21 de agosto de 1858:

I have no purpose to introduce political and social equality between the white and the black races. There is a physical difference between the two, which in my judgment will probably forever forbid their living together upon the footing of perfect equality, and inasmuch as it becomes a necessity that there must be a difference, I, as well as Judge Douglas, am in favor of the race to which I belong, having the superior position. I have never said anything to the contrary, but I hold that notwithstanding all this, there is no reason in the world why the negro is not entitled to all the natural rights enumerated in the Declaration of Independence, the right to life, liberty and the pursuit of happiness. [Loud cheers.] I hold that he is as much entitled to these as the white man. I agree with Judge Douglas he is not my equal in many respects---certainly not in color, perhaps not in moral or intellectual endowment. But in the right to eat the bread, without leave of anybody else, which his own hand earns, he is my equal and the

*equal of Judge Douglas, and the equal of every living man. [Great applause.]*²²
(FIRST DEBATE: OTTAWA, ILLINOIS. AUGUST 21, 1858) Disponível em:
<https://www.nps.gov/liho/learn/historyculture/debate1.htm> Acessado em
13/04/2018

Reafirmando sua fala, em seu quarto debate em Charleston, no dia 18 de setembro,
Lincoln disse:

*I will say then that I am not, nor ever have been in favor of bringing about in any way the social and political equality of the white and black races, [applause]---that I am not nor ever have been in favor of making voters or jurors of negroes, nor of qualifying them to hold office, nor to intermarry with white people; and I will say in addition to this that there is a physical difference between the white and black races which I believe will for ever forbid the two races living together on terms of social and political equality. And inasmuch as they cannot so live, while they do remain together there must be the position of superior and inferior, and I as much as any other man am in favor of having the superior position assigned to the white race. I say upon this occasion I do not perceive that because the white man is to have the superior position the negro should be denied everything. I do not understand that because I do not want a negro woman for a slave I must necessarily want her for a wife. [Cheers and laughter.] My understanding is that I can just let her alone. I am now in my fiftieth year, and I certainly never have had a black woman for either a slave or a wife. So it seems to me quite possible for us to get along without making either slaves or wives of negroes. (LINCOLN, 1858, p. 46)*²³

²² Não tenho nenhum propósito de introduzir a igualdade política e social entre as raças branca e negra. Existe uma diferença física entre os dois, que em meu julgamento provavelmente proibirá para sempre a convivência deles com base na perfeita igualdade, e na medida em que se torna uma necessidade que deve haver uma diferença, eu, assim como o juiz Douglas, sou a favor da raça a que pertencço, tendo a posição superior. Eu nunca disse nada em contrário, mas sustento que, apesar de tudo isso, não há razão no mundo para que o negro não tenha direito da todos os direitos naturais enumerados na Declaração de Independência, o direito a vida, à liberdade e à busca de felicidade. [Aplausos altos.] Eu sustento que ele tem tanto direito como o homem branco. Eu concordo com o Juiz Douglas, ele não é meu igual em muitos aspectos --- certamente não na cor e talvez não em dotação moral ou intelectual. Mas no direito de comer pão, sem permissão de ninguém, com o sustento de suas próprias mãos, ele é igual a mim e ao Juiz Douglas, e igual a todos os seres vivos[Grande aplauso.]. (Tradução livre do autor)

²³ Eu vou dizer então que não sou, nem nunca fui a favor de provocar de qualquer modo, a igualdade social e política das raças branca e negra, [aplausos] – que eu não sou nem nunca fui a favor de fazer eleitores ou jurados negros, nem de qualificá-los para ocupar cargo, nem de se casar com pessoas brancas; e direi além disso, que existe uma diferença física entre as raças branca e negra que, acredito, proibirá para sempre as duas raças que vivam juntas em termos de igualdade social e política. E na medida em que não podem viver assim, enquanto permanecerem juntas, deve haver a posição de superior e de inferior, e eu, como qualquer outro homem, sou a favor de que a posição de superior seja atribuída à raça branca. Digo nessa ocasião que não percebo o porquê do homem branco tem que terá uma posição superior o negro tenha que ter tudo negado. Eu não entendo porque eu não quero uma mulher negra como escrava eu necessariamente deva querê-la como esposa. Meu entendimento é que posso apenas deixá-la sozinha. Eu estou agora nos meus anos cinquenta, e eu certamente nunca teve uma mulher negra como escrava ou esposa. Assim parece-me perfeitamente possível nos darmos bem sem fazer dos negros escravos ou esposas (LINCOLN, 1858). (Tradução livre do autor)

Feito este recorte histórico, encontramos em Moore (2005) que as consequências da guerra civil foram desastrosas para os EUA e o governo diante da derrota para os sulistas se viu obrigado a proclamar a abolição da escravatura incorporando os negros ao exército do norte, com o compromisso de garantir direitos aos antigos escravizados, prevendo instrumentos para indenizações através de doação de terras²⁴. Contudo, a situação do negro não sofreu muitas mudanças como podemos ver,

[...] durante o período conhecido como “Reconstrução”, as medidas de reparação foram brutalmente freadas pela contra-revolução sulista que desatou o terrorismo organizado contra os negros emancipados. Assim, nasceram os grupos de extermínio, como o Ku Klux Klan e o Conselho de Cidadãos Brancos, que protagonizaram milhares de linchamentos. Por sua vez, as elites nortistas, aprisionadas pelo racismo, viam-se impedidas de propor uma mudança total da sociedade, pela incorporação efetiva do segmento negro da população. Assim, perdeu-se nos Estados Unidos a oportunidade de demolir o edifício estrutural surgido da escravidão racial. (MOORE, 2005 p. 329)

De volta ao sec. XX vamos encontrar no período pós a segunda Grande Guerra Mundial (1939/1945) uma forte mobilização dos movimentos sociais negros de luta pelos direitos civis americanos. Diferentes lideranças se apresentaram neste cenário e dentre elas na história se destacaram:

- Reverendo Martin Luther King (1929/1968) – um dos mais importantes, conquistou o prêmio Nobel da Paz em 1963 e teve como característica o apelo à paz e a pregação da não violência quando da repressão policial às manifestações dos negros;
- Al Hajj Malik Al-Shabazz (1925/1965) - mais conhecido como Malcolm X, teve como característica a sua pregação libertária, inicialmente voltada para os negros muçulmanos e aos poucos foi ganhando amplitude e consistência.
- Panteras Negras – surgido nos anos 1960, era uma organização nacional com o objetivo de combater coletivamente a opressão dos brancos, mas também abordou

²⁴Foram introduzidas na Constituição do país as emendas 14, 15 e 16 que, além de garantir direitos aos antigos escravizados, previam mecanismos de indenização através de doação de terras e de instrumentos de trabalho.

questões como moradia, bem-estar e saúde, o que foi ao encontro dos anseios da população negra em todo o país.

As políticas de ação afirmativa nos EUA agregaram diversos benefícios sociais e políticos à sociedade americana, possibilitando aos negros a obtenção de direitos, constitucionalmente protegidos, em favor de todos os outros setores que se encontravam alijados de participação efetiva no processo democrático em desenvolvimento no momento. (MOORE, 2005).

Segundo Sowell (2004) a expressão “*affirmative action*” pode ser encontrada em 1935 na *National Labor Relations Act of 1935*²⁵ nos EUA, mas é a partir da edição de um decreto presidencial do governo dos Estados Unidos da América, na *Executive Order 10.925* de 06 de março de 1961, assinada pelo presidente John Fitzgerald Kennedy, que a expressão *affirmative action*²⁶ passou a ser usada em um contexto de lutas pelos direitos civis. Este dispositivo, que tinha uma conotação menos restrita era tido como uma medida de combate à discriminação racial, não exigindo vantagens ou privilégios, mas sim um tratamento igualitário, pois proibia as instâncias governamentais americanas de cometerem discriminação contra candidatos a empregos por cor, nacionalidade ou religião. Esta *Executive Order* estabeleceu o Comitê do Presidente para oportunidades iguais de emprego e desencadeou a criação, em 1965, da *U.S. Equal Employment Opportunity Commission (EEOC)*, Comissão para Igualdade de Oportunidade de Emprego dos Estados Unidos, que

[...] é responsável por impor leis federais que tornem ilegal discriminar um candidato a emprego ou um funcionário por causa da raça, cor, religião, sexo (incluindo gravidez, identidade de gênero e orientação sexual), nacionalidade, idade (40 anos ou mais), deficiência ou informação genética. Também é ilegal discriminar uma pessoa porque a pessoa queixou-se de discriminação, impetrou uma acusação de discriminação ou participou de uma investigação ou ação judicial por discriminação no emprego. (SITE EEOC. Disponível em: <https://www.eeoc.gov/eeoc/index.cfm> Acessado em 08/03/2018)

²⁵Lei Nacional de Relações de Trabalho de 1935, seção 10, letra c in: <https://www.nlrb.gov/resources/national-labor-relations-act>. acessado em 23/12/2017

²⁶Ver SOWELL, Thomas. *Affirmative Action Around the World: An empirical Study*. New Haven. Yale University Press, 2004. p. 124

2.2 – Ação afirmativa étnico-racialmente referenciada e movimentos negros no Brasil – deslocamentos no ensino superior

O conceito de equidade, que é controverso, é um dos pilares para a implantação de ações afirmativas no Brasil. Neste sentido equidade significa tratar os desiguais de forma desigual, isto é, oferecer estímulos a todos aqueles que não tiveram igualdade de oportunidades devido à discriminação e ao racismo. A igualdade consiste em tratar todas as pessoas como iguais, independentemente do quão diferentes sejam, pois somos diferentes, não nascemos iguais, não temos as mesmas oportunidades, além do que não somos influenciados pelas mesmas realidades, o que torna impossível querer que todos sejam tratados como iguais. Ao longo do tempo a noção de equidade tem seguido o raciocínio de que se a sociedade é desigual, tratar todos de forma igualitária ajuda a manter a desigualdade, pois se a sociedade é diversa remete a que as pessoas tenham interesses diversos e diferentes.

Neste sentido, podemos entender que o termo equidade, surgido no período contemporâneo, está associado aos direitos das minorias, em função das diversidades nas sociedades modernas encontramos que “(...) a noção de igualdade só se completa se compartilhada à noção de equidade. Não basta um padrão universal se este não comportar o direito à diferença. Não se trata de um padrão equânime” (SPOSATI, 1999, p. 128).

Desta feita, o sentido de equidade está incorporado na sociedade e em vários momentos substitui o conceito de igualdade, pois igualdade significaria a distribuição homogênea de bens e serviços, já a equidade considera que as pessoas além de serem diferentes têm necessidades diferentes.

No contexto de ações afirmativas, encontra-se uma série de medidas, de naturezas diferentes, que vão desde a decretação de um feriado, do estabelecimento das diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira (Lei Federal 10.639/2003), até a instituição de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Lei Federal 12.711/2012).

Cabe destacar que ação afirmativa não se reduz a oferta de cotas para acesso em instituições de ensino ou reserva de vagas em concurso público, esta visão é reducionista e vem

causando entendimentos diferentes do que realmente é ação afirmativa. Neste sentido concordo com Sales e Fischman (2008) quando afirmam que

Em termos gerais há duas grandes ambiguidades ou reduções que envolvem o conceito de AA no Brasil: a expressão *ação afirmativa* é apresentada à sociedade como parte da agenda dos movimentos negros brasileiros; e há uma forte identificação das AA com as cotas raciais. Embora elas estejam intimamente conectadas, é importante analisá-las separadamente (SALLES e FISCHMAN, 2008, p. 48)

Para tanto, no quadro 4 são apresentados alguns dos mais importantes atos normativos na esfera federal, que criaram ações afirmativas voltadas para população negra no Brasil:

Quadro 4– Cronologia de atos normativos federais sobre ação afirmativa

Instrumentos normativos	Datas	Objetivos
Lei Federal nº 10.639	09/01/2003	Modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”;
Lei Federal 10.678	23/05/2003	Criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR);
Decreto Federal 4.886	20/11/2003	Instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR);
Decreto Federal 4.885	20/11/2003	Criou o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado e consultivo da SEPPIR com a finalidade de propor e monitorar as políticas de promoção da Igualdade Racial;
Decreto Federal 4.887	20/11/2003	Regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;
Lei Federal 11.096	13/01/2005	Criou o Programa Universidade para Todos – ProUni, pelo qual o Governo Federal fornece bolsas de estudos para afro-descendentes nas universidades privadas;
Lei Federal 11.635	27/12/2007	Instituiu o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.
Lei Federal 11.645	10/03/2008	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
Decreto Federal 6.872	04/06/2009	Aprovou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir);
Lei Federal 12.288	20/07/2010	Instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que é um micro-sistema jurídico que determina um conjunto de medidas para a redução das desigualdades raciais;
Lei Federal 12.519	10/11/2011	Instituiu o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

Lei Federal 12.711	29/08/2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências;
Lei Federal 12.990	09/06/2014	Reservou aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
Lei Federal 13.409	28/12/2016	Alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Fonte - Elaboração própria.

As ações afirmativas voltadas para a população negra ou políticas públicas voltadas para promoção da igualdade racial no Brasil constroem-se com a importante participação dos movimentos sociais negros. Segundo o pesquisador e ativista Prof. Amauri Mendes Pereira (2008), o conceito de movimento(s) negro(s) foi popularizado a partir dos anos 1970 quando entidades e grupos de negros passaram a utilizar o termo para designar o seu grupo e suas atividades. Entidades e militantes anteriores a este período já utilizavam, mas não com o significado atual:

“Grupos, Entidades e Militantes negros que buscam a valorização do negro e da Cultura Negra e se colocam diretamente contra o racismo, buscando através deste combate, o respeito da sociedade e a melhoria das condições de vida da população afro-brasileira” (PEREIRA, 2008 p. 26).

Destaca-se que nesta tese a utilização da expressão “Movimentos Negros”, tendo em vista a diversidade das pessoas envolvidas, as diferentes vertentes ideológicas que se utilizam de práticas distintas na luta contra o racismo e as desigualdades sociorraciais²⁷. Entretanto, não desconsidero a concepção de Jacques d’ADESKY sobre Movimento Negro, onde este pesquisador o define como, [...] o conjunto de entidades e grupos de maioria negra que tem o objetivo específico de combater o racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas e que não são vinculados a estruturas governamentais ou partidárias. (d’ADESKY, 2005, p. 151)

Entendo o(s) movimento(s) negro(s) como movimentos sociais e que segundo Gohn (2008) são ações sociais coletivas que têm caráter político e cultural e que possibilitam as

²⁷ Ver Pereira (2008)

diferentes formas da população se expressar no que é concernente às suas demandas. A atuação em redes, após a elaboração de diagnósticos sobre uma realidade social, permite uma luta contra a exclusão social advinda de questões raciais. Estas ações coletivas fazem parte do que conhecemos hoje como Movimento(s) Negro(s) e são desenvolvidas por intelectuais negros, personalidades de destaque social e negros atuantes nos mais diversos campos: culturais, manifestações artísticas, instituições políticas, sindicais (PEREIRA, 2008).

A organização do movimento negro pode ser dividida em três momentos ou impulsos como definido por Pereira (2008):

1º. As três primeiras décadas do século XX

Este período é caracterizado por forte influência da imigração estrangeira no mercado de trabalho, principalmente em São Paulo, onde os imigrantes europeus vieram para ocupar espaços que eram predominantemente dos negros. Têm importante papel também neste período os primeiros periódicos de uma Imprensa Negra efervescente, reivindicatória e política que visava difundir o desenvolvimento de consciência dos negros. Dentre os citados pelo autor, além de “O Alfinete”, “A Redenção”, “A Sentinela” e “A Liberdade”. Segundo Ferrara (1985) o periódico “O Menelick” (1915) que foi,

(...) o primeiro jornal da cidade de São Paulo, “deve este título ao fato da Etiópia ter sido o primeiro país independente da África e Menelick um de seus imperadores, além do fato de que no Brasil, principalmente em São Paulo, os italianos apelidaram os negros de menelick. (FERRARA, 1985, p. 200)

Em 1931 é fundada outra importante organização, a Frente Negra Brasileira (FNB) em uma conjuntura resultado da crise de 1929²⁸ e pela revolução de 1930²⁹, que apesar de atuar preferencialmente em São Paulo tinha organizações em outros estados. A FNB em função de sua ampla adesão no seio da comunidade negra pode ser considerada como uma das mais importantes entidades negras. Tendo como lema “Congregar, Educar e Orientar” demonstrava a importância

²⁸Mais conhecida como “A Grande Depressão”, foi uma grande crise econômica que persistiu até a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado como o pior e mais longo período de recessão econômico do século XX. Ocasionalmente a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e atingiu diversos países, entre eles o Brasil.

²⁹Conflito político que resultou na deposição do Presidente Washington Luis e o fim da Primeira República Brasileira e ascensão de Getúlio Vargas ao governo do Brasil em 1930.

dada à educação para o povo negro. De acordo com Nascimento (2003, p. 233), a FNB além de promover aulas de alfabetização e de educação de adultos, promovia também desfiles, atos públicos, conferências públicas, seminários e outros eventos para protestar contra a discriminação racial. Em 1937 a FNB se transforma em partido político, inclusive lançando como candidato ao governo do Rio de Janeiro Abdias Nascimento, que não foi eleito. Suas atividades são encerradas em função da instauração do Estado Novo por Vargas, que coloca todos os partidos na clandestinidade.

Ainda segundo Pereira (2008), neste período a intelectualidade dividia-se entre os defensores da inferioridade biológica dos negros e os que procuravam superar as doutrinas do racismo científico. Destacam-se Nina Rodrigues, médico que pesquisava sobre a incapacidade genética do negro para a civilização e Gilberto Freyre autor do célebre livro *Casa Grande e Senzala* (1933). Nesta obra o sociólogo pernambucano faz uma detalhada análise da sociedade brasileira sob a ótica das supostas relações de proximidade entre os escravizados e os seus senhores no período anterior à abolição. Embora Freyre nunca tenha adotado explicitamente a expressão “democracia racial” é tido como um dos maiores difusores da ideia de uma relação harmoniosa e pacífica entre brancos e negros no Brasil. Para o estado é interessante o fato de utilizar este conceito, pois o desobriga de cumprir as poucas leis que existem para o combate à discriminação racial no Brasil, entendendo assim que seja desnecessário envidar esforços neste sentido.

2º. Décadas entres 1940 e 1970 –

Com o final do Estado Novo em janeiro de 1946, o movimento negro se revigora em uma nova movimentação política e cultural e cria em 1945 o Comitê Democrático Afro-Brasileiro com vistas à Assembleia Nacional Constituinte de 1946³⁰. Período de grandes manifestações culturais negras consolidando as atividades artísticas e religiosas culminado com reivindicações políticas. Tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro e em cidades do interior do país surgem vários clubes e associações, sendo o Teatro experimental do Negro (TEN) e O Teatro Popular

³⁰A Constituinte de 1946 foi a quarta assembleia reunida no país para elaboração do seu estatuto político fundamental.

Brasileiro³¹, fundado em 1950 por Solano Trindade, os mais icônicos. O TEN, que tem como fundadores Sebastião Rodrigues Alves e Abdias Nascimento, em 1946 tinha como objetivo valorizar o negro por intermédio da linguagem clássica do teatro, tendo organizado vários eventos para isto e entre eles, em 1951, a Convenção Nacional do Negro, que reivindicava ao governo brasileiro políticas de cotas para negros no ensino superior. A simbiose existente entre as duas organizações pode ser vista em Macedo e Guimarães (2008) quando estes autores apresentam que,

Em 15 de agosto, a coluna publica a matéria "O Teatro Experimental do Negro e a Cultura do Povo", na qual anunciava a visita do poeta Solano Trindade, presidente do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, junto com outros membros dessa associação, com o intuito de protestar contra a interrupção de uma temporada do TEN no Teatro Fênix. Solano Trindade ressaltava a necessidade de um teatro social realizado por proletários e negros que haviam contribuído significativamente para a formação da cultura nacional. Acusava o Estado de não patrocinar atividades relacionadas à "cultura negra" em um país que se dizia democrático, pois, até em um país onde a democracia era parcial, como nos Estados Unidos, isso ocorreria. (MACEDO e GUIMARÃES, 2008, p. 155)

Apesar do golpe militar de 1964, que reprimiu as lideranças trabalhistas e causou um terrível achatamento salarial, entre os anos de 1967 e 1973, houve uma ampliação das oportunidades de emprego e de qualificação profissional. No mesmo período a LDB – Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (Lei Federal 5.692/1971) beneficiou grande parte da população negra que historicamente estava fora da sala de aula (Pereira, 2008). Esta lei visava à profissionalização do então ensino secundário, na tentativa de unificar os antigos ensino primário e médio, eliminando as diferenças entre os ramos secundário. O golpe representou uma derrota mesmo que temporária, para o movimento negro, visto que, segundo Skidmore (1994, p. 137), no período da ditadura militar, a elite brasileira defendia a imagem do Brasil como uma democracia racial.

3º. A partir da década de 1970

³¹Tinha como base a valorização da cultura negra a partir de cantos e danças de matrizes africanas

Partindo de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e de encontrar fatores de identidade positiva, em função dos diversos estigmas que acompanham o negro e a Cultura Negra, muitos militantes do movimento negro foram preparados pelo próprio movimento, que não se incumbia de lutar apenas no combate ao racismo (PEREIRA 2008). Importantes pesquisadores (HASENBALG, 1979; FERNANDES, 1978; IANNI, 1966) esforçaram-se nas denúncias sobre o racismo no Brasil e foram eles que abriram este terceiro impulso, como nos mostra SANTOS, J. A., GARCIA-FILICE e RODRIGUES (2008)

É neste período que as mulheres negras organizam-se politicamente por meio de fóruns e instâncias nacionais organizativas que discutem uma agenda feminista que considere os efeitos do racismo (CARNEIRO, 2003) em associação com o machismo. Coube a Hasenbalg (1979) apontar que o racismo não era apenas uma herança da escravidão, mas constituía-se enquanto instrumento de manutenção da desigualdade. (SANTOS, J. A., GARCIA-FILICE e RODRIGUES, 2008, p. 25)

Os vários movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo os de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola, além da luta a favor dos direitos civis em andamento nos EUA, contribuíram para que o Movimento Negro Unificado assumisse um discurso mais radical (DOMINGUES, 2007).

Ainda de acordo com Domingues (2007), em seu artigo Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos, este historiador procura sintetizar, como apresentado no quadro 5, as principais tendências que nortearam a luta antirracista no país.

Quadro 5 - Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contudente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980

Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da negritude e de descolonização da África	Afrocentrismo, movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/ educacional	A escravidão e o despreparo cultural/ educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambiguidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobre
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (discurso pró- mestiçagem)	De maneira positiva (discurso pró- mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)
Dia de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de rememoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez

Fonte – DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

Em função de sua imaterialidade, as políticas públicas se concretizam por meio de programas públicos, projetos, leis, subsídios governamentais, dentre outros instrumentos

atingindo as mais diversas áreas. Assim neste sentido recorro à definição de PAA de Machado e Fernandes (2014), segundo os quais tais políticas de ações afirmativas

[...] são formas de intervenção que objetivam eliminar a discriminação ou implementar mecanismos de discriminação positiva nas relações de trabalho, políticas, econômicas, culturais e educacionais, entre outras com o intuito de combater as diversas formas de desigualdade social existente (MACHADO e FERNANDES, 2014, p. 159/160)

Dentre as diversas modalidades de ação afirmativa em vigor ao redor do mundo e principalmente no Brasil, esta tese destaca a PAA que modifica temporariamente o processo para ingresso nas IFES's, causando concomitantemente deslocamentos nos processos de inserção no mercado formal de trabalho não só no Turismo, em função do novo perfil de profissionais egressos dos cursos superiores.

No Brasil, país multiétnico, a política de ação afirmativa que centraliza o debate político e acadêmico no que tange ao combate às desigualdades sociorraciais e educacionais, bem como a democratização do acesso e de permanência ao ensino superior, é a da modalidade de cotas ou reserva de vagas, considerada a mais polêmica das diferentes modalidades de ação afirmativa. Esta polêmica foi gerada principalmente em função da certeza do pseudodireito que as pessoas brancas achavam ter no acesso ao ensino em instituições públicas federais, mantendo assim o direito pela manutenção de um privilégio perpetuado socialmente.

Mesmo considerando que a maioria dos beneficiários pode não ser de descendentes de africanos escravizados, algumas IFE's demoraram a tomar medidas administrativas necessárias e adequadas para cumprir a legislação, por dificuldades internas e/ou por divergências na compreensão política sobre as ações afirmativas. Em alguns casos, as ações internas visando ao cumprimento da legislação ocorrem devido a pressões de grupos organizados dentro da instituição, como os núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas e grupos correlatos ou por iniciativa de algum órgão da administração superior de forma isolada.

Os movimentos sociais negros sempre lutaram por uma educação formal e reivindicaram por políticas educacionais que contemplassem as desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Existem várias entidades e organizações políticas que se apresentam, tais como o Movimento Negro Unificado e o grupo André Rebouças (UFF), dentre outros.

Segundo alguns pesquisadores como Piovesan (2005), Gomes, J. (2001) o Brasil viveu durante muito tempo certo tipo de neutralidade estatal, muito pelo perfil da nossa sociedade, escravagista com subjugação informal de inferioridade legitimada pela lei (SANTOS, GOMES E SASAKI, 2012).

As diversas conquistas no campo das ações afirmativas são oriundas das atividades destas e de outras entidades, e neste contexto, Ratts (2011) ressalta:

O quadro desenhado por ativistas negros/as no espaço acadêmico nos anos 1970 reverbera no Rio de Janeiro e em São Paulo, como é o caso da influência de Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira e também de Lélia Gonzalez, Joel Rufino dos Santos e outros/as que também percorriam o país num processo de formação para além dos espaços educação formal contando com intelectuais “locais”. Nos anos 1980, são criados alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, protagonizados por mestres e doutores negros/as e com a colaboração de intelectuais brancos/as e outros. É o caso do NEAB-UFAL, NEAB-UFMA, CEAB-UCG (PUC-GO). Outros são criados na década seguinte: NEAB/UFSCar, PENESB-UFF, NUPE-UNESP e NEN-SC. Tais coletivos podem ter sido formados por uma quase totalidade de pesquisadores/as negros/as ou contar com a colaboração de estudiosos/as de outros pertencimentos étnico-raciais. Vários NEABs se constituem como “territórios negros no espaço branco” acadêmico, se tornam grupos de estudos e pesquisas, realizam projetos de extensão e de qualificação de professores/as para a educação das relações étnico-raciais (no espírito da lei 10639/03) e elaboram propostas de ações afirmativas para a população negra. A presença de professores/as e estudantes negros/as se torna mais organizada e articulada. São realizados eventos como o I Encontro de Docentes, Pesquisadores e Pós-Graduandos Negros, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Marília, em 1989, e o Seminário Nacional de Universitários Negros, em Salvador, no ano de 1993, que tem como tema “A universidade que o povo negro quer”. Este processo culmina em 2000, em Recife, na UFPE, com a organização do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, no qual é criada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), proposição do engenheiro e educador Henrique Cunha Jr.. (RATTS 2011, p. 36)

Desde as primeiras experiências a partir dos anos de 2001, em algumas Instituições de Ensino Superior (IES)³², iniciativas de adoção de algum tipo de ação afirmativa têm sido implementadas por universidades brasileiras em respostas às pressões dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negros, como pode ser visto no quadro 6.

³²Em 2001, no Estado do Rio de Janeiro, a Lei estadual nº 3.708 criou cota mínima de 40% das vagas nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) destinadas a “negros” e “pardos”. Nos anos seguintes a Universidade de Brasília (UNB) e Universidade do Estado Bahia (UNEB), esta primeira federal, criaram sistema de cotas para ingresso nos seus cursos de graduação.

Quadro 6 - Relação de atos normativos estaduais que instituem programas de ação afirmativa no ensino superior público e respectivas universidades

Instituição	Instrumento normativo e data
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL	Alagoas - Lei nº 6.542, de 7/12/2004
Universidade do Estado do Amapá – UEAP	Leis Estaduais nº 1022 e 1023 de 30/06/2006 e 1258 de 18/09/2008
Universidade do Estado do Amazonas – UEA	Lei nº 2.894, de 31/05/2004 4
Universidade Estadual de Goiás – UEG	Lei nº14.832, de 12/07/2004
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA	Lei n.º 9.295 de 17/11/2010
Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS	Leis nº 2605 e nº 2589
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES	Lei Estadual nº 15.259 de 27/07/2004; Resolução nº 104 CEPEX/2004; Lei Estadual nº 13.465, de 12/1/2000
Universidade Estadual de Londrina – UEL Universidade Estadual de Maringá - UEM Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Lei nº 13.134 de 18/04/2001 Casa Civil, modificada pela Lei Estadual nº14.995/2006, de 09/01/2006, Edital nº 007/2007 COORPS, Edital nº 01 2006 CUIA. Resolução nº 029/2006 SETI
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF	Lei estadual nº 3708/2001 Lei Estadual nº 4151/2003 modificada pela Lei Estadual nº 5074/2007
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte– UERN	Lei Estadual Nº 8.258, de 27/12/2002
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	Lei 11.646/01
Universidade do Tocantins – UNITINS	ART. 5º da Lei Estadual nº 3124, de 14 de julho de 2016

Fonte – GEMAA - <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/12/Levantamento-Estaduais-2016-1.pdf> Acessado em 09/04/2018. Elaboração própria.

Entretanto, tratava-se de adoções isoladas e por iniciativa das próprias instituições via conselhos superiores e/ou por força externa via legislação estadual. O panorama nacional dessas políticas era bastante variado prevalecendo na maioria das IES algum tipo de ação afirmativa na

forma de cotas, reserva de vagas e/ou bônus numa conjuntura marcada pelos ecos da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada na cidade de Durban, África do Sul de 31 de agosto a oito de setembro de 2001. Esta Conferência recomendou que os Estados,

[...] apoiados na cooperação internacional, considerassem positivamente a concentração de investimentos adicionais nos serviços de educação, saúde pública, energia elétrica, água potável e controle ambiental, bem como outras iniciativas de ações afirmativas ou de ações positivas, principalmente, nas comunidades de origem africana (ONU, 2001).

O momento decisivo da discussão em torno da adoção de cotas com recorte étnico-racial para ingresso nas universidades públicas federais brasileiras foi o processo desencadeado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir da Ação de descumprimento de preceito fundamental 186 (ADPF 186/2012) impetrada pelo partido político Democratas (DEM) contra o programa de cotas raciais para ingresso no processo seletivo da Universidade de Brasília (UNB). O debate promovido pela mais alta Corte jurídica do país ultrapassou os limites da casa, mediante audiências públicas teve a participação de representantes dos movimentos negros, do Ministério da Educação, universidades, sindicatos, intelectuais, entre outros³³.

Esse debate permitiu que os ministros do STF tomassem conhecimento da problemática étnico-racial brasileira e da necessidade de adoção de políticas de ação afirmativa para diminuir as desigualdades sociais e raciais. A decisão dos ministros a favor das PAA com recorte racial não apenas reconheceu a constitucionalidade do sistema de cotas, como foi de extrema relevância sob o ponto de vista político-institucional, e sobretudo, jurídico para o país, impulsionando a adoção deste tipo de políticas por outras IES³⁴. Esta decisão do colegiado do STF seguiria o voto do ministro relator Ricardo Lewandowski. (LEWANDOWSKI, 2012).

Somam-se a esse processo as ações do governo federal no campo da educação superior, como o estímulo à ampliação das matrículas na rede privada através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o

33 Ver OLIVEIRA, Otair; COSTA, Ricardo Dias. Ação afirmativa, educação superior e Lei de Cotas no Brasil: reflexões sobre Lei 12.711/2012 e o OPAA. In: Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura – Repecult (p. 119-128)

³⁴Audiência pública realizada entre os dias 3 e 5 de março de 2010.

estímulo às políticas de inclusão como diretriz do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (SISS, FERNANDES E COSTA, 2016).

A Lei federal 12.711/2012, depois de 13 anos em tramitação no Congresso Nacional³⁵, coroou esse processo no âmbito da legislação federal quando instituiu no país um sistema de cotas no processo seletivo para ingresso nas IFE's. Segundo esta lei, as universidades públicas federais e os institutos de ensino técnicos federais são obrigados a reservar em seus concursos seletivos, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, destas 50%(cinquenta por cento) das vagas devem ser reservadas para estudantes oriundos de famílias com renda per capita familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). Para o preenchimento dessas vagas, por curso e turno, a lei prevê que cada IFE's deverá considerar a proporção da população preta, parda e indígena (PPI) mínima igual na unidade da Federação onde se encontra instalada, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar das diferentes interpretações que possam existir sobre a aplicação desta legislação de cotas pelas IFE's, o Ministério da Educação (MEC) oferece em seu sítio, a título de informação um exemplo da aplicação da Lei Federal 12.711/2012, como pode ser visto na figura 3:

³⁵O Projeto de Lei 73/99, que deu origem às discussões e à adoção de programas de cotas sociais e raciais nos vestibulares de universidades públicas do País é de autoria da deputada Nice Lobão (PFL-MA).
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15013>. Acessado em 05/02/2018

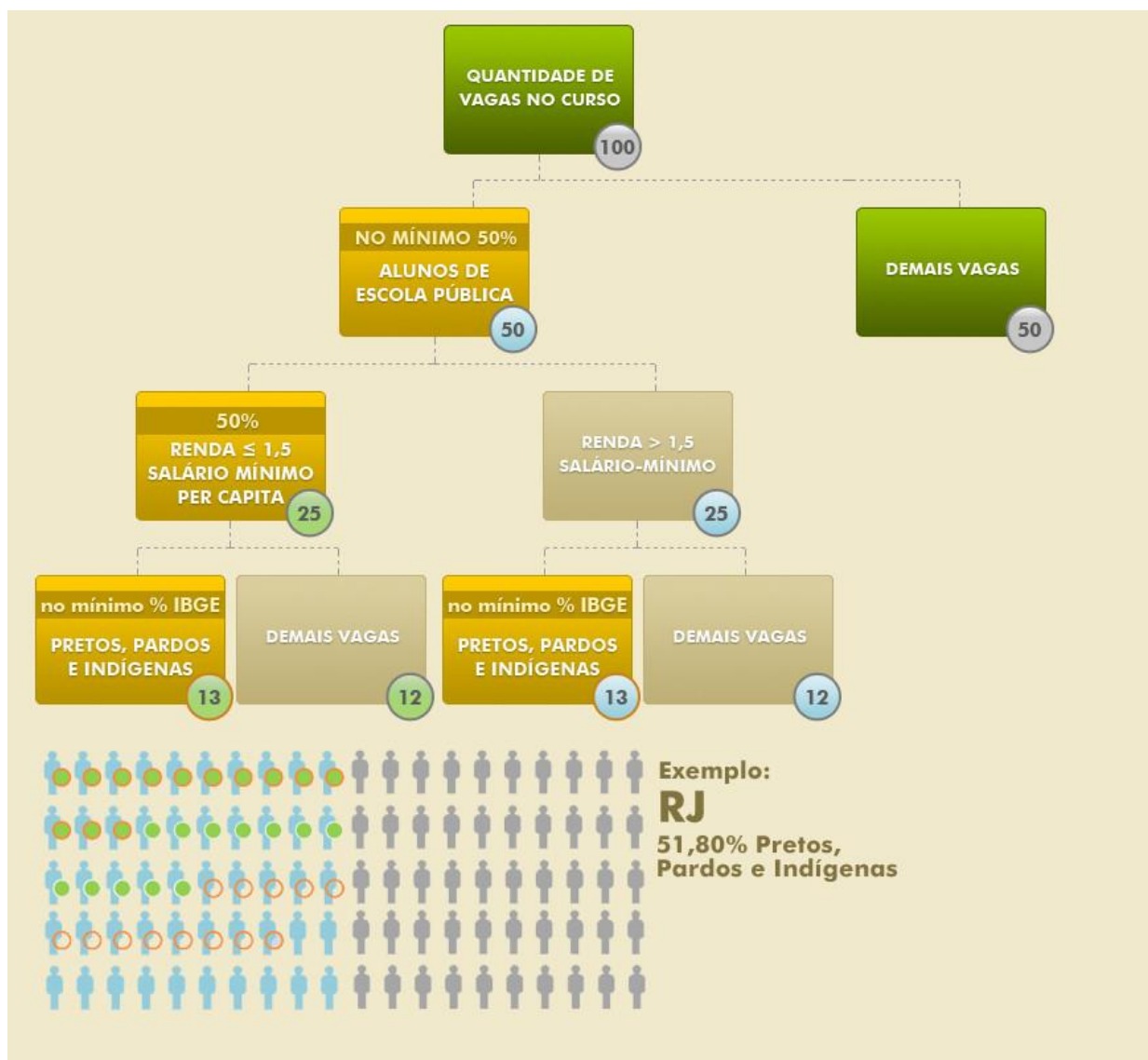
Figura 2 - Modelo explicativo, em percentuais, da aplicação da lei 12.711/2012



Fonte: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/noticias-imagens/cotas-diagrama.jpg>.
 Acessado em 04/10/2017

Tomando como exemplo do Estado do Rio de Janeiro, a soma de pretos, pardos e indígenas (PPI) chega a 51,80% da população total, o que significa 13 vagas a serem distribuídas entre eles, como mostra a Figura 4:

Figura 3 - Modelo explicativo, em números absolutos, da aplicação da Lei 12.711/2012 no estado do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/noticias-imagens/exemplo-cotas.jpg>.
Acessado em 04/10/2017

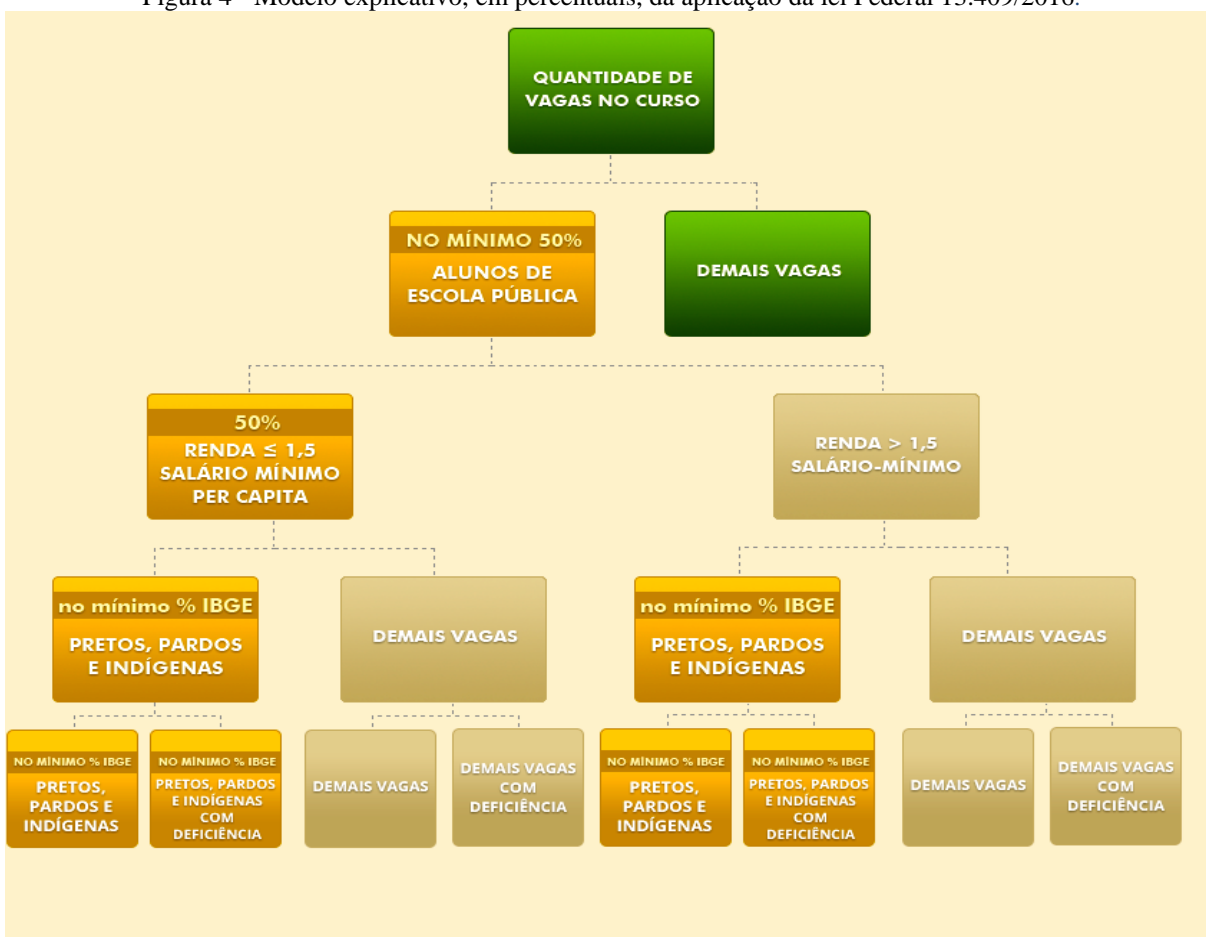
Passados, até então, pouco mais de seis anos da sanção da Lei Federal 12.711/2012 os movimentos negros, que sempre lutaram por uma Lei de Cotas raciais e não uma Lei de Cotas

sociais como recorte racial, sofreram o segundo³⁶ revés quando da apresentação do Projeto de Lei de autoria do Senador Cássio Cunha Lima do PSDB/PB, o PL 2995 de 15/09/2015, que tinha em sua ementa a seguinte redação: Altera a Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Sem muito alarde sua Excelência o então Presidente do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia, em conjunto com o então Ministro da Justiça Alexandre de Moraes e o Ministro da Educação José Mendonça Bezerra Filho sancionou a Lei Federal 13.409 de 29 de dezembro de 2016 que altera a Lei Federal 12.711 de 29 de agosto de 2012.

A Lei federal 12.711/2012 deve ser reconhecida como um avanço no campo das ações afirmativas no que diz respeito ao acesso à educação superior e uma conquista que deve ser comemorada por todos nós que lutamos pela igualdade de oportunidades e contra o racismo no Brasil. Apesar disto é preciso atentar para um fato importante advindo da sanção da Lei federal 13.409/2016: houve teoricamente uma redução na oferta de vagas para os cotistas pretos, pardos e indígenas, visto que o número de vagas a serem disputadas pelos estudantes cotistas não aumentou, ou seja, os 25% de vagas para estudantes de escola pública serão destinadas aos estudantes PPI e pessoas com deficiência, como segue exposto nas Figuras 5 e 6:

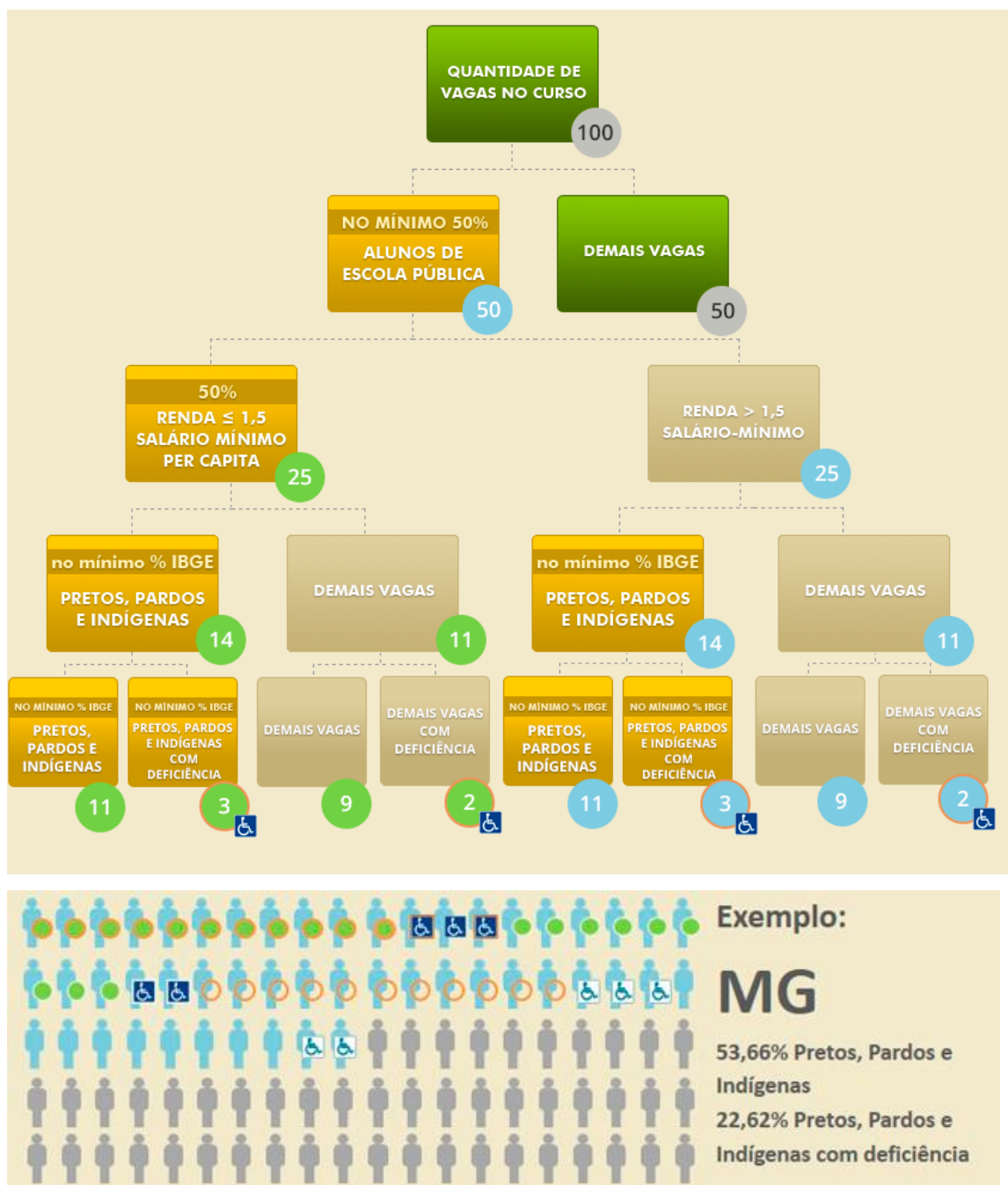
³⁶ O primeiro foi a própria lei

Figura 4 - Modelo explicativo, em percentuais, da aplicação da lei Federal 13.409/2016.



Fonte - <http://portal.mec.gov.br/cotas/images/organogramaCompleto.png>. acessado em 04/10/2017

Figura 5 - Modelo explicativo, em números absolutos, da aplicação da lei Federal 13.409/2016 no estado de Minas Gerais



Fonte - <http://portal.mec.gov.br/cotas/images/organogramaExemplo.png>. acessado em 04/10/2017

Fato é que se a “Lei de Cotas” minimizou os efeitos de uma política de ensino excludente não suprimindo as expectativas e as demandas da população afro-brasileira que sofre historicamente os efeitos negativos do racismo e de uma estrutura educacional excludente, a entrada em vigor a Lei Federal 13.409/2016, numericamente alterou este cenário. A “Lei de Cotas” preconiza que as cotas são sociais e não raciais como pensam algumas pessoas. Portanto, ela não visa diretamente combater a desigualdade racial entre negros e não negros no ensino superior brasileiro. A característica étnico-racial não é priorizada por esta lei, que privilegia em primeiro lugar o critério social (ter sido estudante de escola pública) e em segundo lugar o critério econômico. Segmentos etnicamente discriminados e historicamente excluídos, como afro-brasileiros são contemplados com subcotas dentre outras variáveis, escola pública e renda, o que não atende diretamente às expectativas dos movimentos negros, visto que as desigualdades sociais se refletem com maior peso na população afro-brasileira com prejuízos históricos, psicológicos, sociais, culturais e econômicos.

Um fator a ser observado foi a lentidão desse processo no que diz respeito à responsabilidade institucional das IFE’s no cumprimento da legislação. Se levarmos em conta os três anos de tramitação da Lei federal 12.711/2012 e o fato de que ela diz respeito apenas à questão do acesso e não ao problema da permanência dos estudantes beneficiados, podemos dizer que isso compromete a sua efetividade enquanto programa de ação afirmativa. Um exemplo disso são as dificuldades institucionais no âmbito de cada IFE’s para estabelecer políticas próprias que respondam as demandas estimuladas por esta lei (FERNANDES e COSTA, 2016). Nunca é demais lembrar, que nas universidades pesquisadas nesta tese, os recursos destinados à bolsa permanência oferecidos a estudantes cotistas e não cotistas são oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES³⁷.

Tomando como referência a década de 1970 com destaque para o período a partir dos anos 2000, podemos verificar, junto aos bancos de dissertações, teses, anais de congressos científicos, livros e periódicos diversos, o aumento de pesquisas voltadas para a temática racial e as políticas de ação afirmativa. As instituições públicas de ensino superior bem como as particulares têm papel importante no aumento das publicações nesta área, principalmente em

³⁷Maiores informações no site do MEC em <http://portal.mec.gov.br/pnaes>

função do aumento no número de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Dados da CAPES (2015) demonstram o crescimento deste segmento nas IES, como é apresentado no quadro 7:

Quadro 7 – Oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*

Ano	Programas de Pós-graduação	Número de IES	Docentes	Discentes
2013	3.568	375	79.622	300.210
2014	3.765	397	85.650	317.846
2015	3.946	416	90.307	338.035
2016	4.186	434	95.246	357.353

Fonte – CAPES – Programas de Pós-graduação *stricto sensu* do Brasil de 2013-2016.

<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/programas-da-pos-graduacao-stricto-census-do-brasil-de-2013-a-2015>.

Acessado em 22/03/2018 às 08h35min.

Cabe ressaltar que nas informações dos discentes neste período, apesar de existirem vários filtros para fins de análises (idade, curso, sexo, faixa etária e outros), não há menção a cor/raça dos estudantes.

Parte deste contingente de estudantes dos variados programas de pós-graduação produziu e produz pesquisas ligadas à questão racial e o processo de consolidação de PAA's para o acesso e permanência nas IES, principalmente na modalidade de cotas sociais, raciais ou ambas. Este processo foi e é acompanhado ainda hoje, de debates entres os que são a favor e contra as cotas. Entre os diversos argumentos apresentados e defendidos pelos que são contra estão, dentre outros, a meritocracia e a dificuldade de definição racial no Brasil. Ikawa (2008 p. 22-23) apresenta dez argumentos desfavoráveis à ação afirmativa de cotas e que com frequência são levantados no debate público:

1. Não existem raças;
2. No Brasil há uma democracia racial;
3. Não é possível identificar raças no Brasil;
4. Há uma identidade entre o problema racial e o econômico no Brasil, não cabendo falar de ação afirmativa de cunho racial;
5. Devem preponderar as políticas universalistas;

6. Há o perigo de institucionalização de princípios não universalistas;
7. Há violação ao princípio meritocrático, podendo-se provocar uma diminuição no nível de excelências nas universidades;
8. As vantagens da ação afirmativas são abarcadas pelos indivíduos mais favorecidos dos grupos desfavorecidos selecionados como beneficiários;
9. Pode haver a acentuação da discriminação, sendo a ação afirmativa danosa para as próprias minorias;
10. Há violação a direitos de indivíduos pertencentes a classes não favorecidas pela ação afirmativa.

Em função desta dificuldade as IFE's seguem como embasamento legal o que é preconizado pelo Estatuto da Igualdade Racial, criado pela Lei Federal 12.288 de 20 de julho de 2010, que em seu artigo 1º parágrafo IV considera como população negra:

[...] o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.

Neste sentido, o processo de admissão dos candidatos tornou-se uma etapa crucial em todo o conjunto de ações, visto que, a escolha ou a seleção de candidatos com características não condizentes com os beneficiários da ação afirmativa poderia comprometer o sucesso da política. Essas características são fenotípicas, ou seja, o candidato tem que ser visto pela sociedade como beneficiário da lei, ser considerado, pela sua cor de pele como preto ou pardo.

A heteroidentificação como um dos mecanismos de consolidação da Lei de Cotas

O sistema de autodeclaração étnico-racial para os candidatos a vagas nas IES's, a despeito de seu respaldo legal, tem proporcionado situações que podem ser classificadas no mínimo como estranhas, é o que pode ser tratado como “afroconveniência”. Este termo classifica as atitudes de candidatos, que mesmo tendo se autodeclarado como negros (pretos e pardos de acordo com o

modelo do IBGE) não apresentam características fenotípicas do segmento da população que deve ser beneficiada por esta política pública de ação afirmativa, tentando assim se beneficiarem dela. Esta situação é também conhecida como “fraude acadêmica” ou “burla acadêmica”. Ela vem acontecendo em várias instituições Brasil afora e em resposta a estes fatos as IFE’s resolveram, por analogia, tomar como base a Orientação Normativa 03 de 01/08/2016 da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que foi alterada pela Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, publicada no DOU de 10/04/2018. Esta Portaria regulamenta o procedimento de comissões de heteroidentificação³⁸ complementar à autodeclaração dos candidatos pretos e pardos, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei Federal nº 12.990³⁹, de 9 de junho de 2014. Esta portaria diz em seu artigo 1º:

Esta Portaria Normativa disciplina o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, a ser previsto nos editais de abertura de concursos públicos para provimento de cargos públicos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para fins de preenchimento das vagas reservadas, previstas na Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014.

O parágrafo único deste artigo traz os seguintes princípios e diretrizes:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;
- III - garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;

³⁸ Processo em que uma comissão examinadora do concurso verifica pessoalmente a autodeclaração do(a) candidato(a) para confirmar se ele(a) têm as características fenotípicas exigidas aos beneficiários) da lei com a finalidade de evitar burla.

³⁹ Esta lei reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

IV - garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas nesta Portaria Normativa;

V - atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela administração pública;

VI - garantia da efetividade da ação afirmativa de reserva de vagas a candidatos negros nos concursos públicos de ingresso no serviço público federal.

Ainda sobre o uso das comissões de heteroidentificação como critério de (re) confirmação da autodeclaração de cor, cabe lembrar que o Supremo Tribunal Federal, em face do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186/2012 e da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41, a primeira sobre ações afirmativas em universidades e a segunda em defesa da Lei Federal 12.990/2014, estabeleceu que além da autodeclaração, podem ser utilizados outros critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que seja respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Neste sentido o Supremo Tribunal Federal, em 2017, decidiu que poderia haver a utilização de outros mecanismos além da autodeclaração, para evitar as burlas em concursos públicos e por analogia nos processos seletivos para ingresso nas IFE's. Foi citada a heteroidentificação com a presença obrigatória do candidato perante a comissão. Para tanto foram criadas e institucionalizadas as comissões de heteroidentificação étnico-racial. Estas comissões além de terem um caráter moralizador demonstrando a seriedade do processo, tentam coibir a prática da “afroconveniência”.

Atuando como um forte mecanismo para consolidação da Lei de Cotas, as comissões de heteroidentificação funcionam complementarmente à autodeclaração racial e hoje estão organizadas nas mais diferentes IES pelo Brasil afora. Os movimentos negros sempre defenderam a autodeclaração como o bastante para dirimir controvérsias sobre quem são os reais beneficiários das políticas de cotas para pretos e pardos partindo da presunção de sua veracidade. O critério da autodeclaração para identificar quem deve ser beneficiário da Lei de Cotas, ou não, é também uma resposta às demandas de reconhecimento da população negra, uma vez que garante autonomia a esses indivíduos de definirem suas identidades, além de contribuir para o fortalecimento da autoestima deste segmento racial da população.

De acordo com Santos, A. (2018) o número de IFE's e IFET's subordinadas à Lei de Cotas em 2017 totalizava 104 instituições, sendo 63 universidades, 38 IFET's, dois CEFET's, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, e deste total dezoito já possuíam as comissões de heteroidentificação étnico-racial. Já em 2018 houve o aumento de uma instituição, mas o total de instituições com as comissões instaladas saltou para 32.

Cabe ressaltar que as instituições militares de ensino, que são ligadas ao Ministério da Defesa e não ao Ministério da Educação, por força de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), terão que oferecer cotas para os candidatos autodeclarados negros aspirantes a ingressar como oficial de carreira nas Forças Armadas. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA, bem como o Instituto Militar de Engenharia – IME, duas das IES com processos seletivos mais concorridos no Brasil já estão adotando o sistema de cotas⁴⁰ a partir de 2019.

Todas as IES estudadas nesta tese, já têm a sua comissão instituída e que são compostas por membros titulares e suplentes distribuídos por gênero, cor e preferencialmente naturalidade, e não têm caráter permanente. As entrevistas são feitas exclusivamente de forma pessoal e individual, sendo que no andamento do processo é facultado o direito de interposição de recurso caso o/a candidato/a não concorde com decisão negativa da comissão à sua autoidentificação e em caso de constatação de falsa declaração, o candidato será eliminado do concurso sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

2.3 – Políticas públicas, ensino superior e a Lei de Cotas no Brasil

O tema, políticas públicas, que consome muito tempo de estudiosos, na busca de entender a complexidade do seu conceito, se constitui em um campo por onde permeia uma grande diversidade disciplinar, bem como de áreas afins. Assim, entender e teorizar sobre as razões pelas quais os governos escolhem esta ou aquela ação está presente no estudo desta área de conhecimento acadêmico, que é uma subárea da Ciência Política, desde o início de seu

⁴⁰ As Forças Armadas e a Procuradoria da República no Distrito Federal assinaram em 24/07/2018 um acordo para que os concursos públicos de Exército, Marinha e Aeronáutica passem a prever cotas para negros. A informação sobre o acordo foi divulgada após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O pedido de cotas nos concursos das Forças Armadas foi apresentado pelo Ministério Público Federal em uma ação civil pública, em 2015.

surgimento. Vários autores contribuíram para a construção do marco teórico do estudo sobre políticas públicas. No intuito de exemplificar o exposto apresento alguns destes pesquisadores: Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984) que seguem uma linha na qual o governo é visto como o promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos (Brancaleon et all, 2015). Já na obra *Who gets What, When, How*⁴¹ Lasswell (1936) apresenta pela primeira vez a expressão análise de políticas públicas (*policy analysis*), sendo que a sua definição é uma das mais conhecidas: análises sobre políticas públicas implicam em responder a perguntas específicas como, quem ganha o quê, porquê e que diferença faz? (Souza, 2006). Simplificando os conceitos encontramos em Dye (1972, p. 2) que política pública é o que o governo decide ou não fazer. Ainda para Dye, o Estado é o agente primário da *policy-making* independentemente de quem seja o agente deflagrador da política e a análise destas políticas são tratadas como um processo para a resolução de problemas de responsabilidade do governo, permitindo assim entender que as políticas públicas vão para além das políticas governamentais.

Segundo Saravia e Ferrarezi (2006), política pública é

(...) um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA e FERRAREZI, 2006 p. 28/29)

Como se pode ver definir política pública é uma tarefa complexa e até mesmo abstrata, tendo em vista a sua intangibilidade e o quanto vem sendo ressignificada ao longo do tempo. Não obstante ao exposto pode-se dizer que as políticas públicas emergem de um

⁴¹Quem recebe o que? Quando, como? Tradução livre do autor

dados contexto social onde grupos políticos e econômicos e outros componentes da sociedade civil desenvolvem um jogo de forças e essas determinam as decisões a serem tomadas pelo estado. A materialização das políticas públicas se dá por meio dos projetos, leis, programas públicos e tantos outros instrumentos. Estas políticas têm dois elementos fundamentais:

- 1) Intencionalidade pública (motivo para estabelecer ações que resolvam um problema);
- 2) Problema público (*status quo* → problema → solução ideal possível).

São várias as modalidades de políticas públicas cujas características apresento aqui com o intuito de ajudar a entender e localizar onde se enquadra a “Lei de Cotas” discutida nesta tese, como nos mostra Brancalion et al (2015):

- a) Políticas públicas distributivas – privilegiam parcela da sociedade sem considerar a limitação de recursos públicos. Nesta modalidade de políticas corre-se sempre o risco de criar clientelismo ou até mesmo assistencialismo;
- b) Políticas públicas redistributivas – inserção de bens ou serviços a um segmento específico da sociedade por meio de recursos advindos de outros grupos específicos;
- c) Políticas regulatórias – se constituem por ordens, proibições, decretos, portarias;
- d) Políticas constitutivas – se constituem por normas e procedimentos a partir dos quais devem ser formuladas e implementadas as demais modalidades de políticas.

A modalidade de política pública distributiva tem características compensatórias, ou seja, visa compensar os efeitos advindos de algum tipo de problema social, mesmo que este não tenha garantida a sua resolução por completo.

Na modalidade de política pública redistributiva há o objetivo de redistribuir os recursos entre os grupos sociais com a finalidade de atingir uma maior equidade e neste sentido podemos considerar, ter acesso a uma educação de qualidade com igualdade de oportunidades, como um

dos caminhos para a promoção da igualdade racial. Destarte entendo a discriminação positiva ou ação afirmativa na educação, de acordo com o proposto por Sabbagh (2011):

No campo da educação, a discriminação positiva remete principalmente a duas categorias de políticas de orientação redistributiva, cuja articulação oferece material para interpretações. [...] reúne programas públicos que atribuem um excedente de recursos aos estabelecimentos de ensino secundário ‘nos quais são escolarizados aqueles que têm menos possibilidades de sucesso escolar’ (MEURET, 2000). A segunda, que será de nosso interesse aqui, remete a medidas emanando de atores públicos e privados que repartem os bens raros que constituem as ofertas de admissão aos estabelecimentos de ensino superior seletivos, em função da pertença dos candidatos a grupos designados, com o intuito de remediar a sub-representação de alguns desses grupos na população de referência – sub-representação resultante de uma discriminação passada e/ou presente. (SABBAGH, 2011 p. 242)

Para que uma política pública surta os efeitos desejados pelos diversos atores envolvidos em sua elaboração, deve-se conseguir a efetiva resolução do(s) problema(s) objeto desta política. Em decorrência da definição de Lasswell (1936) isto acontece quando todos os atores envolvidos creem que sairão ganhando alguma coisa e que supostamente não irão gastar recursos para impedir a transformação da decisão em ação e a conseqüente consolidação da política atingindo seus objetivos.

Para Saravia e Ferrarezi (2006 p. 32 a 34) a política pública se desenvolve em diferentes etapas, a saber:

- a) Agenda – é o momento da inclusão de alguma necessidade da sociedade na lista de prioridade do poder público;
- b) Elaboração - consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades;
- c) Formulação – é a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro é a decisão política, ou a decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica;

- d) Implementação⁴² é o planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la;
- e) Execução – é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia;
- f) Acompanhamento – é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos;
- g) Avaliação – é a mensuração e análise, *a posteriori*, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas.

O que acontece na prática é que estas etapas nem sempre são seguidas no dia a dia da dinâmica política governamental, principalmente no Brasil onde vez por outra o que acontece é a prática de “politicagem⁴³” e não prática política. Entendo a prática política no mesmo sentido que Vázquez (1990), quando ele afirma que,

[...] a política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos); em segundo lugar, ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política se vale de graves, manifestações,

⁴² Nesta etapa considera-se dois modelos de implementação de uma política pública: o *top down* (de cima para baixo, neste modelo os que decidem são separados dos que implementam) e o *botton up* (de baixo para cima, neste caso há um acordo entre os burocratas e demais atores com o intuito de uma organização compartilhada). AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Agenda Política, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

⁴³ Politicagem é o que no jargão popular é considerado ato antiético, que visa o benefício próprio e não da sociedade. São ações de “políticos” que querem se locupletar à custa do povo.

comícios e inclusive de métodos violentos. Em terceiro lugar, a atividade política gira em torno da conquista, conservação, direção ou controle de um organismo concreto como é o Estado. O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade. (VÁZQUEZ, 1990, p. 200/201).

Não desconsiderando a importância das etapas citadas quero destacar o quão importante é, para o processo de consolidação de uma política pública, a etapa de avaliação de sua eficácia, principalmente pela dificuldade de mensuração da resolução do problema que a originou. Os resultados obtidos na etapa de avaliação, quando esta é bem-feita, podem retroalimentar novas rodadas de criação de outras políticas que podem levar ao seu aprimoramento política, à sua alteração ou mesmo sua revogação.

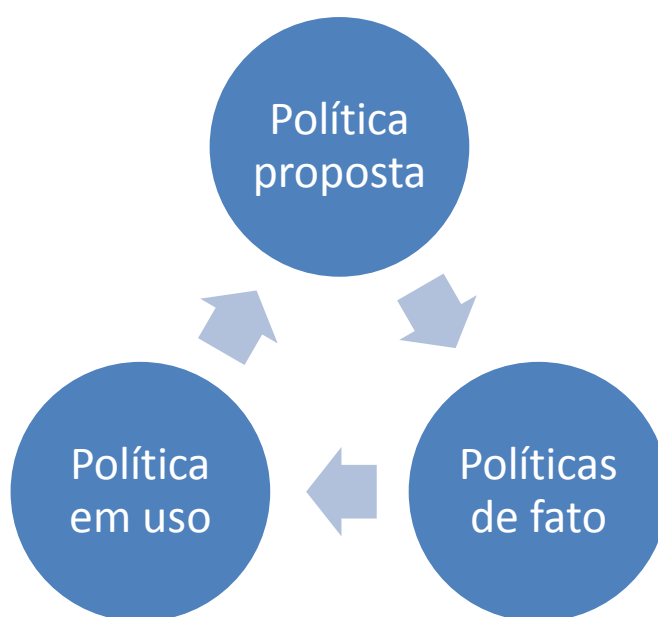
Encontramos em Brancalion et al (2015) a apresentação de diferentes tipos de avaliações de políticas públicas:

- a) *Avaliações de esforços*: são tentativas de medir a quantidade de insumos do programa envolvido na política (pessoal, comunicação, transporte etc.) devem ser calculados em termos dos custos monetários. Seu propósito é estabelecer uma linha de base de dados que pode ser usada para outras avaliações de eficiência ou qualidade de entrega do serviço.
 - b) *Avaliações de desempenho*: examinam os produtos do programa, em vez de insumos, o número de leitos hospitalares ou vagas em escolas, por exemplo. Seu principal objetivo é simplesmente determinar o que a política pública está produzindo, muitas vezes independentemente dos objetivos definidos. Esse tipo de avaliação produz *benchmark* (ponto de referência) ou dados de desempenho, que são utilizados como insumos para as avaliações mais abrangentes e profundas.
 - c) *Avaliações de processo*: examinam os métodos organizacionais, incluindo as regras e procedimentos operacionais, utilizados para executar programas. Seu objetivo normalmente é ver se um processo pode ser simplificado e tornado mais eficiente.
 - d) *Avaliações de eficiência*: tentam avaliar os custos de um programa e julgar se a mesma quantidade e qualidade de produtos poderia ser alcançada de forma mais eficiente, ou seja, por um custo menor. Os insumos e produtos são o alicerce desse tipo de avaliação.
 - e) *Avaliações de adequação de desempenho* (ou de eficácia): comparam o desempenho de um determinado programa aos seus objetivos propostos para determinar se o programa está atingindo suas metas e/ou se as metas precisam ser ajustadas em função do cumprimento do programa. Esse também é o tipo de avaliação mais difícil de realizar. As necessidades de informação são imensas e o nível de sofisticação exigido para conduzir o processo é mais alto do que o que há geralmente disponível no governo.
- Há ainda uma categoria especial de avaliação “Avaliações políticas”, ao contrário das avaliações administrativas, normalmente são realizadas de forma *ad hoc* por atores como a mídia, usinas de ideias, partidos políticos, grupos de interesse, líderes comunitários, e campanhas de relações públicas ou *lobby* lançadas por organizações não governamentais. Essas avaliações geralmente são realizadas

para oferecer aconselhamento independente, mas muitas vezes são utilizadas para apoiar o governo ou se opor a ele, ou trazer alguma questão preocupante para a sua atenção. que eles percebem. (BRANCALEON ET AL, 2015 p. 6)

A despeito dos diversos autores apresentados que tratam o tema das políticas públicas, a abordagem do ciclo de política formulada por Ball e Bowe (1992) adota a orientação de que as políticas educacionais poderiam ser analisadas a partir da noção de um ciclo contínuo composto por três facetas ou arenas em um ciclo contínuo (Figura 7).

Figura 6 – Ciclo de políticas



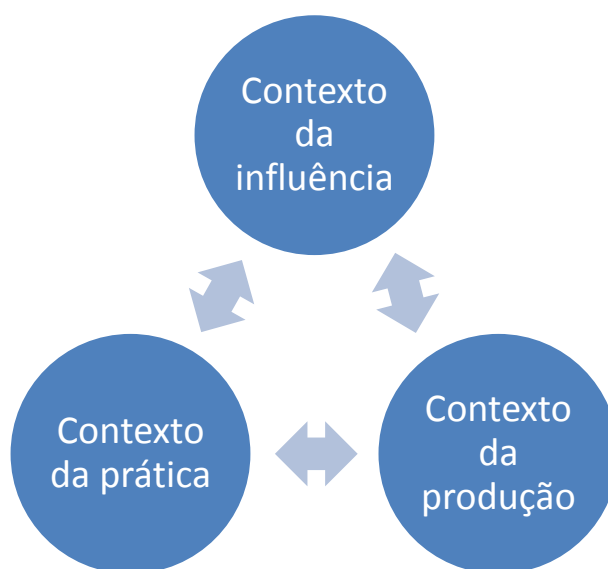
Elaboração própria – Fonte – Mainardes, 2006

Sendo que,

- Política proposta – refere-se à política oficial;
- Política de fato – são os atos normativos, textos políticos e legislativos que dão forma à política proposta;
- Política em uso – são as práticas e discursos que emergem do processo de consolidação das políticas.

Ainda em 1992, Ball e Bowe propuseram uma mudança no foco da análise de políticas, que deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática (MAINARDES, 2006 p. 94). Assim foi proposto um ciclo contínuo formado por três contextos: a influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática, cada um guardando suas características próprias, mas inter-relacionados (Figura 8).

Figura 7 – Ciclo de políticas



Elaboração própria – Fonte – Mainardes, 2006

O contexto da influência é o momento da construção dos discursos políticos e onde as políticas têm início. Nesta fase que surgem as disputas para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e entram no cenário as redes sociais formadas em função dos partidos políticos, do governo e do processo legislativo (MAINARDES, 2006).

O contexto da produção é onde são produzidos os textos políticos, que podem ser de diferentes formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política (Bowe et al, 1992 *apud* Mainardes, 2006).

No contexto da prática (Bowe et al, 1992) nos mostram que nesta fase é que as políticas estão sujeitas a recriações e interpretações não sendo simplesmente implementadas,

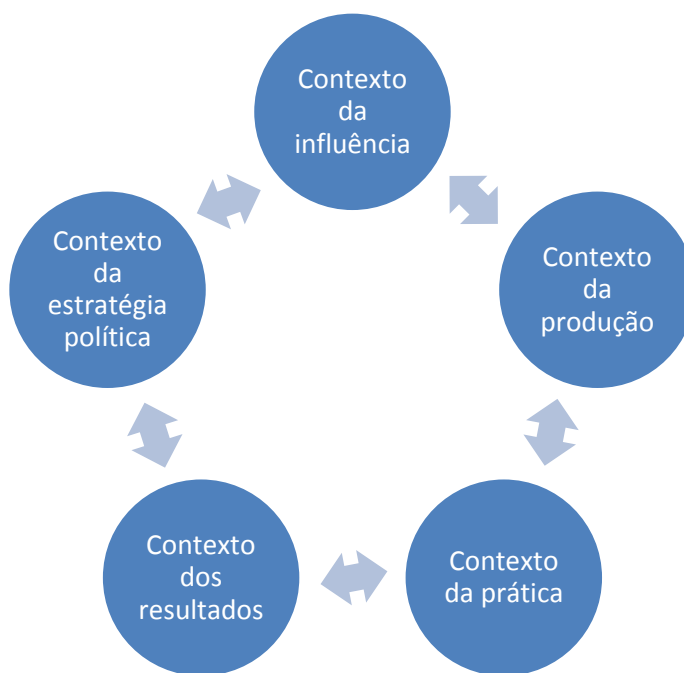
[...] os profissionais que atuam no contexto da prática não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que as histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disto, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE et al, 1992, p. 22).

Ainda segundo Mainardes (2006) Ball acrescenta dois novos contextos ao ciclo de políticas: contexto dos resultados e efeitos e contexto da estratégia política, como vê-se na Figura 9.

O primeiro contexto é onde as políticas devem ser avaliadas em função de seus impactos e interações com as desigualdades existentes. No segundo contexto acontece a identificação de possíveis soluções para os problemas encontrados, como segue:

O último contexto do ciclo de políticas é o contexto de estratégia política. Este contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com os problemas identificados, principalmente as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Segundo Ball (1994a), este é um componente essencial da pesquisa social crítica e do trabalho daqueles que Foucault chama de 'intelectuais específicos' o qual é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas. (MAINARDES. 2006 p. 99)

Figura 8 – Ciclo de políticas



Elaboração própria – Fonte – Mainardes, 2006

Tomando como base a abordagem do ciclo de políticas públicas apresentado por Ball e Bowe (1992), o processo de elaboração da Lei de Cotas passou pelas seguintes etapas:

- Contexto da influência –
 - Movimentos sociais negros;
 - Encontro de Durban;
 - Necessidade de democratização do acesso ao ensino superior.

- Contexto da produção –

- Debates na sociedade;
- Promulgação da Lei Federal 12.711/2012.

- Contexto da prática –
 - É o momento em que a sociedade interpreta a lei à sua maneira, incluindo neste contexto as instituições de ensino (gestão, docentes e discentes) e a fazem acontecer, as instituições pela oferta de vagas e os discentes pela demanda. Diferentes segmentos sociedade civil (famílias, pesquisadores, mídia, classe política, movimentos sociais, dentre outros) também participam deste momento e contribuem, com críticas ao desenrolar deste contexto;
 - Início do processo de consolidação da lei.

- Contexto dos resultados –
 - É neste contexto que as políticas devem ser avaliadas, de maneira constante, quanto ao seu impacto, ou melhor, como apresentam Ball e Bowe, devem ser avaliadas quanto aos seus efeitos e não resultados;
 - Surgimento dos casos de afroconveniência;

- Contexto da estratégia política.
 - Aprovação e instauração das comissões de heteroidentificação
 - Alteração da Lei de Cotas com a edição da Lei Federal 13.409/2016

Em função das análises dos resultados, que podem ser feitas a partir de ângulos diferentes, é que surgem diferentes interpretações, que culminam com avaliações sobre se a política em questão conseguiu ou não resolver o(s) problema(s) que a originou.

Neste sentido, segundo Maia (2008) as políticas públicas em geral não trazem em seu bojo as avaliações *ex-ante* de viabilidade econômica e *ex-post* quanto a sua eficácia, efetividade e impacto custo-efetividade. A avaliação *ex-ante* de viabilidade econômica diz respeito ao estudo mais apurado sobre a alocação dos recursos públicos investidos, ela acontece antes do contexto da

prática, segundo Maia (2008) antes de ser implementada, já a avaliação *ex-post* é realizada durante o contexto da prática⁴⁴. Ele ainda afirma que “No campo da avaliação ex-ante e ex-post de programas sociais, o conceito de relevância está relacionado ao grau de alcance dos objetivos gerais, específicos e do grau de alcance das metas”(MAIA, 2008, P. 38)

Em casos específicos como das PAA's a questão das avaliações não é diferente. Existem vários autores que questionam a sua eficácia. Um exemplo destas críticas está no livro “*Affirmative action around the World – an empirical study*” publicado em 2004, pelo economista e escritor político Thomas Sowell. Neste livro é discutida a política de ação afirmativa nos Estados Unidos e em outros países⁴⁵ refletindo sobre diferenças e coincidências nas teorias, ações e leis adotadas, no qual é demonstrado que a relação custo-benefício referente à adoção, por diversos países, de políticas de ação afirmativa, não é positiva, principalmente em função do distanciamento entre os resultados práticos e os interesses dos beneficiados. Por exemplo, ele entende que vários ganhos dos negros americanos são advindos de outras circunstâncias anteriores à política de cotas.

Cabe ressaltar que a discussão sobre aplicação ou não das políticas de ação afirmativa no Brasil não é recente, mas foi a partir do século XX que elas ganharam força quando migraram do espaço de discussão dos movimentos negros e passaram para os espaços mediáticos, aqui representados pelas imprensas falada, escrita e televisada (SISS, 2001, p. 169).

No âmbito das discussões no Brasil, Abdias do Nascimento, em 1983, apresentou o Projeto de Lei – PL 1.332⁴⁶ que dispunha sobre ações compensatórias em favor dos negros, tais como: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da

⁴⁴ Maiores detalhes sobre Metodologia de avaliações *ex-ante* e *ex-post* consultar MAIA, José Afonso Ferreira. Metodologia para avaliação *ex ante* e *expost* da relevância social de políticas públicas. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/38/3_metodologia_para_avaliacao_ex_ante_e_ex_post.pdf

⁴⁵ Os países estudados no livro são: Estados Unidos, Índia, Nigéria, Sri Lanka e Malásia.

⁴⁶ Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da constituição da república. In: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acessado em 03/05/2018

história das civilizações africanas e do africano no Brasil (MOEHLECKE, 2002). Mesmo tendo sido aprovado em várias instâncias da Câmara dos Deputados nunca votado no plenário e foi arquivado pela mesa diretora em 05 de abril de 1989.

A despeito da luta pela aplicação de políticas de ação afirmativa, mesmo dentro dos movimentos negros, havia dirigentes contrários como nos mostra Contins e Sant'ana (1996),

Segundo alguns dirigentes de movimentos negros no Rio de Janeiro são bastante polêmicos os problemas suscitados pelas propostas e práticas de ação afirmativa e de sistema de quotas De um modo geral o debate centra-se na afirmativa de que esses sistemas anti-discriminatórios apenas criariam uma elite de negros e não resolveriam o problema do racismo de uma maneira eficaz O principal alvo das críticas e a política de quotas Para esses críticos a maioria da população negra não seria atingida por estas medidas já que elas não acabam com o racismo Além disso poucos negros conseguiriam atingir cargos de poder e a visão dos negros com relação aos brancos continuaria sendo a de que eles detêm todos os poderes na sociedade Outros depoimentos quando relatam a eficácia da extinta SEAFRO (Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras) afirmam que criar uma secretaria especial para afro-brasileiros separada das outras a isola e assim as outras secretarias ficariam desobrigadas de enfrentar o debate Neste sentido tudo que acontece como negro joga-sela (na secretaria do negro) e formam-se assim guetos onde os assuntos da população negra devem ser resolvidos Segundo estes depoimentos a questão do negro tem que ser assumida pelo governo democrático como um todo e não somente dentro de uma secretaria Os problemas dos negros no Brasil devem ser resolvidos com o Estado e não fora dele De acordo com este ponto de vista a assistência compensatória deve agir primordialmente na educação que e onde ela atinge o maior número de pessoas Outro entrevistado chama a atenção também para o fato de que as chamadas secretarias de negros devem estar formulando políticas para as prefeituras de um modo em geral e não cuidando dos assuntos de negros e brancos separadamente. (CONTINS e SANT'ANA, 1996, p. 216)

Neste contexto, devem ser citados outros intelectuais que se manifestaram contrários ao movimento pelas cotas étnico-raciais como Peter Fry e Yvonne Maggie (2004). Segundo os autores, a dificuldade de identificação de quem é negro de fato no Brasil exigiria a autoidentificação o que acarretaria uma série de polêmicas e a divisão da sociedade brasileira em duas raças ignorando os aspectos positivos da democracia racial.

Uma das grandes dificuldades das PAA's é a avaliação de sua eficácia e de acordo com Weisskopf (2004) descrito em Silvério (2006) a análise sobre ação afirmativa deve considerar seus custos e benefícios sociais, assim o modo como a política é formulada e implementada vai influenciar a sua efetivação e avaliação sobre a geração ou não de benefícios. Ainda segundo este autor há uma variedade de fatores que interferem no sucesso ou não da ação afirmativa, mas um

deles se destaca: qualidade do desempenho dos seus beneficiários nas instituições ou organizações nas quais acessaram preferencialmente. No caso específico do tema desta tese, pode-se depreender que o (in) sucesso da política de ação afirmativa para acesso ao ensino superior em IFES está diretamente ligado à relação entre o número de estudantes dos grupos elegíveis que concluem e os que não concluem a formação acadêmica. Para além desta análise, devemos ter em vista que não só a conclusão do curso, mas a permanência com sucesso e a entrada no mercado de trabalho em condições de igualdade também devem ser consideradas quando do processo de avaliação da eficácia desta política de ação afirmativa.

2.4 - Educação como política pública

Quando nos referimos à educação, estamos tratando de um assunto um tanto desafiador em termos de abordagem por tratar-se de um conceito polissêmico que pode ser visto de maneiras e contextos diferentes. Mesmo concordando com Ribeiro (2002), Gohn (2011) e Viana (2006) quando estes pesquisadores afirmam que a educação não se resume à educação escolar, mas também a aprendizagens e produções de conhecimento em outros espaços que abrangem processos formativos que se desenvolvem nas mais diferentes situações de convivência (relacionamento profissional, de lazer, familiar), nesta tese o foco, no que concerne à educação, está no ensino superior.

Em Azevedo (1997), por exemplo, encontramos que a educação é apresentada como política pública e que não basta estudar o presente sem entender o caminho histórico-teórico específico dos estudos sobre políticas públicas, o que indica uma necessária abordagem de suas características a partir da análise das vertentes neoliberal, pluralista, social-democrata e marxista. Para esta autora o neoliberalismo como uma doutrina, conjunto de ideias políticas e econômicas, que tem suas raízes na teoria do estado que foi formulada a partir do século XVII baseando-se no liberalismo clássico, foi influenciado pelo ideário do iluminismo europeu, quando as revoluções burguesas deste mesmo século se opunham a um Estado absoluto. Surge assim uma concepção de democracia utilitarista que postula a neutralidade do Estado, cabendo a ele atuar como guardião dos interesses públicos, que seriam reduzidos a bens essenciais como educação, defesa e aplicação das leis. (AZEVEDO, 1997).

Em Macambira (1998) encontramos que as origens do pensamento neoliberal estão no período final da segunda Grande Guerra, e têm como suporte teórico o pensamento de Friedrich Hayek, Milton Friedman, Ludwig Von Mises e Karl Popper.

Conforme Azevedo (1997) e Macambira (1998), o neoliberalismo se apoia na teoria tanto de Hayek (1983) que discorda de Estados intervencionistas, por considerá-los debilitadores do mercado. Seguindo esta concepção o estado só é responsável por cuidar do que são as normas gerais e contesta o próprio modo de organização social e a política criada com a intervenção estatal pelo próprio capitalismo – keynesianismo. Menos Estado e mais mercado é o lema desta proposta, que por sua vez postula a noção básica de liberdade individual, tal como foi concebida no liberalismo clássico.

Segundo Hayek (1983),

(...) sobre quem terá permissão de fornecer diferentes serviços ou mercadorias, a que preços e em que quantidades – em outras palavras, [não lhe cabem] medidas que pretendem controlar o acesso a diferentes profissões e ocupações, os termos de venda e o volume produzido ou vendido(...) Com efeito, faz parte da atitude liberal supor que, especialmente no campo econômico, as formas auto-reguladoras do mercado de alguma maneira gerarão os necessários ajustamentos às novas condições (HAYEK, 1983 p. 275 e 470)

Friedman (1984) ao concordar com Hayek (1983) considera os riscos da intervenção estatal e que os programas sociais coíbem a livre iniciativa e a individualidade, desestimulando assim a competitividade. Todavia, no que diz respeito à política educacional, o neoliberalismo a inclui no grupo das funções permitidas e não questionam a responsabilidade do Estado, apesar de Friedman (1984) não considerar como inadmissível o seu subsídio por parte do Estado, mas reconhece que: “a ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades”. É neste sentido que não é descartada a possibilidade de transferência ou divisão da responsabilidade sobre a educação com a iniciativa privada, diminuindo assim os gastos públicos e permitindo às famílias a oportunidade de livre escolha sobre o tipo de educação que desejam para seus filhos (FRIEDMAN, 1984).

Ainda segundo Azevedo (1997) para os neoliberais o ensino profissionalizante deve ser totalmente privatizado, visto que uma melhor preparação profissional vai se refletir no futuro em melhores salários, trazendo assim benefícios individuais e não para a comunidade em geral. Na

teoria liberal moderna da cidadania tem-se que o bem-estar e a igualdade são pré-requisitos para o exercício da individualidade e da liberdade.

No interior desta teoria encontra-se a abordagem pluralista e em Dahl (1956 e 1966) está que a preocupação,

(...) fundamental desta teoria é captar o modo como as reivindicações e demandas originadas na estrutura social são processadas pelo sistema político; o u melhor, perceber de que maneira os bens públicos surgem enquanto tal em articulação com as pressões sociais. (AZEVEDO, 1997 p. 24)

Dahl (1956) coloca que a participação dos indivíduos no processo político deve ser mediada pelos atores políticos na condição de elite, pois ela tem maior capacidade de agir com maior grau de racionalidade, o que não acontece com a maioria dos cidadãos. Carnoy (1986) e Levin (1987) afirmam que eles teriam ainda a capacidade legítima de decidir sobre a propriedade e adequação dos bens públicos. Neste sentido os pluralistas destacam a importância da educação como um dos meios de transformação das mentalidades tradicionais em direção a racionalidade, possibilitando por intermédio da escola a formação de agentes sociais e políticos.

Durkheim (1960) nos traz que há uma necessidade de igualdade de condições exteriores para que todos tenham, em função de suas habilidades e talentos, a chance de competir pelo exercício das funções no mundo do trabalho. É em Durkheim (1968), que pela primeira vez, a educação é formulada como política pública:

Uma vez que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode se desinteressar dela. Pelo contrário, tudo o que é educação deve ser, em certa medida, submetido a sua ação. Isso não significa, no entanto, que ele deva necessariamente monopolizar o ensino. A questão é demasiado complexa para que possamos tratá-la assim sem entrar em detalhes: vamos reservá-la para mais tarde. Pode-se pensar que os progressos escolares são mais simples e rápidos quando uma certa margem de manobra é concedida as iniciativas individuais, pois o indivíduo é mais facilmente inovador do que o Estado. Porém, o fato de o Estado dever, em prol do interesse público, autorizar o funcionamento de outras escolas além daquelas sob sua responsabilidade direta não implica que ele permaneça indiferente ao que acontece dentro destas instituições. A Educação que elas fornecem deve, pelo contrário, ficar submetida ao seu controle. Não é nem mesmo admissível que a função de educador seja desempenhada por alguém que não apresente garantias específicas que somente o Estado pode julgar. Sem dúvida, os limites dentro dos quais a sua intervenção deve se manter são difíceis de se determinar de modo definitivo, mas o princípio de intervenção não pode ser contestado. (DURKHEIM, 2011, p.61)

Na abordagem socialdemocrata encontramos que os estudos se concentram nos sistemas de proteção social como uma totalidade, buscando um melhor padrão de justiça nos marcos das sociedades capitalistas.

Segundo Titmuss (1963, 1968 e 1974), o estudo dos sistemas de proteção social pode ser classificado em três tipos básicos, como apresentado no quadro 8:

Quadro 8 - Tipologia para estudo dos sistemas de proteção social

Tipo	Característica	Ocorrência
Modelo residual de bem estar	Caráter tópico e temporal da ação do estado que age emergencialmente	Quando falham os recursos privados
Modelo industrial de ampla realização	É desenvolvido para corrigir os efeitos do mercado	Quando há intervenção parcial do estado
Modelo institucional redistributivo	Caracteriza pela produção e distribuição de bens e serviços públicos sociais que não teriam como referente os vínculos dos indivíduos com o mercado	Ocorre quando todos os cidadãos tinham direito a serviços sem qualquer tipo de discriminação

Fonte – Azevedo (1997, p. 30) - Elaboração do autor

Nesse sentido Titmuss entende que o processo de industrialização desestabiliza as instituições tradicionais que atuam no *Welfare state*⁴⁷ e o individualismo e a competitividade se fazem cada vez mais presentes, principalmente em função de atender as necessidades crescentes originadas pela divisão do trabalho, que por sua vez é inerente ao processo de industrialização dos países avançados

Os socialdemocratas apesar de conhecerem os problemas da gestão das políticas, não creem na substituição do estado pelo mercado como forma de resolvê-los.

Para Azevedo (1997) não é correto tratar o marxismo como uma abordagem por tratar-se de um paradigma de onde surgem diferentes tendências e teorias. Como a autora destaca, o próprio Karl Marx não teve a preocupação particular em analisar as políticas sociais do capitalismo, buscou sim encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e

⁴⁷ Estado de bem-estar – tradução livre do autor

bem-estar dos seres humanos, mostrando as raízes da desigualdade e da exploração inerentes à sociedade.

No que diz respeito ao marxismo, Azevedo (1997) afirma que ele ganha destaque a partir da crise econômica e financeira da década de 1960, quando passam a ter destaques as análises às intervenções do estado, preocupando-se com o papel dele no que se refere a acumulação econômica e das garantias da ordem social. A política educacional se torna um meio de garantir a sociabilidade da força de trabalho segundo os parâmetros próprios do capitalismo e a regulação estatal sobre a educação, conjugada com outras políticas públicas, torna-se uma das estratégias para regular e manter a possibilidade e continuidade do trabalho assalariado.

Essas breves anotações permitem perceber-se que Azevedo (1997) demonstra que as políticas são fruto da ação humana e, por conseguinte, dependem do próprio sistema de representações sociais, representações estas que para Jodelet (1989, p. 188) constituem-se em “forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo como objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

CAPÍTULO 3 – TURISMO ENQUANTO ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATIVIDADE PROFISSIONAL – UMA ABORDAGEM ÉTNICO-RACIAL

A abordagem desse capítulo é direcionada para a apresentação da atividade turística, não só como um fenômeno social, mas também e principalmente como um fenômeno econômico capaz de mudar vidas não só nos núcleos emissores de turistas, mas, principalmente, nos núcleos receptores.

3.1 – Questões de definição e breve histórico

Sempre houve muita controvérsia sobre como definir turismo, até mesmo pelo fato de haver significados diferentes para povos diferentes. Vários autores procuraram conceituar o fenômeno sob diferentes perspectivas, como pode ser visto em Burkart e Medlik (1981) que definiam turismo como “Os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos”. Mathieson y Wall (1982) utilizaram um conceito muito semelhante ao anterior: “Turismo é o movimento provisório das pessoas, por períodos inferiores a um ano, para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades que são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas”. Neste sentido, a Organização Mundial de Turismo – OMT⁴⁸ buscou reunir os pontos positivos das definições anteriores e destacar características importantes do turismo:

- a) Elemento motivador de viagem: lazer, negócio ou outros;
- b) Nota temporária do período: um ano;
- c) Localização de onde se desenvolve a atividade turística – fora do entorno habitual.

Assim foi adotada pela OMT (1994) a definição, que é a mais conhecida no meio turístico e da qual o Brasil compartilha: “O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas

⁴⁸ É uma agência especializada das Nações Unidas, com sede em Madrid e a principal organização internacional no campo do turismo, destinada à sua promoção e desenvolvimento.

durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros”.

Já a OMT em cooperação com a ONU, lançou as *International Recommendations for Tourism Statistics*⁴⁹ 2008. A partir desta publicação as informações geradas possibilitam uma avaliação da importância socioeconômica da atividade turística no contexto da economia e da geração de postos de trabalho. As informações contribuem também com a elaboração de diagnósticos sobre o desempenho do conjunto de Atividades Características do Turismo (ACTs), onde se concentram a maior parte dos gastos dos turistas.

Dentre os diversos componentes para o desenvolvimento da atividade turística, dois se destacam: demanda e oferta turística. A demanda é composta pelos turistas, viajantes e visitantes, que são os consumidores dos serviços turísticos independentemente de suas motivações. Segundo Theobald (2002, p. 34) estes consumidores foram assim classificados:

- a) Viajante – qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades em seu país de residência;
- b) Visitante – todos os tipos de viajantes relacionados ao turismo;
- c) Turista – visitantes temporários sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24h e máximo de seis meses, no transcorrer de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem o propósito de imigração;
- d) Excursionista: é o visitante que não pernoita, permanece menos de 24h em uma localidade que não seja sua de residência fixa ou habitual e não pernoitam, incluindo os que viajam de navio.

⁴⁹ Recomendações Internacionais para Estatísticas do Turismo 2008. A esse respeito consultar - https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf

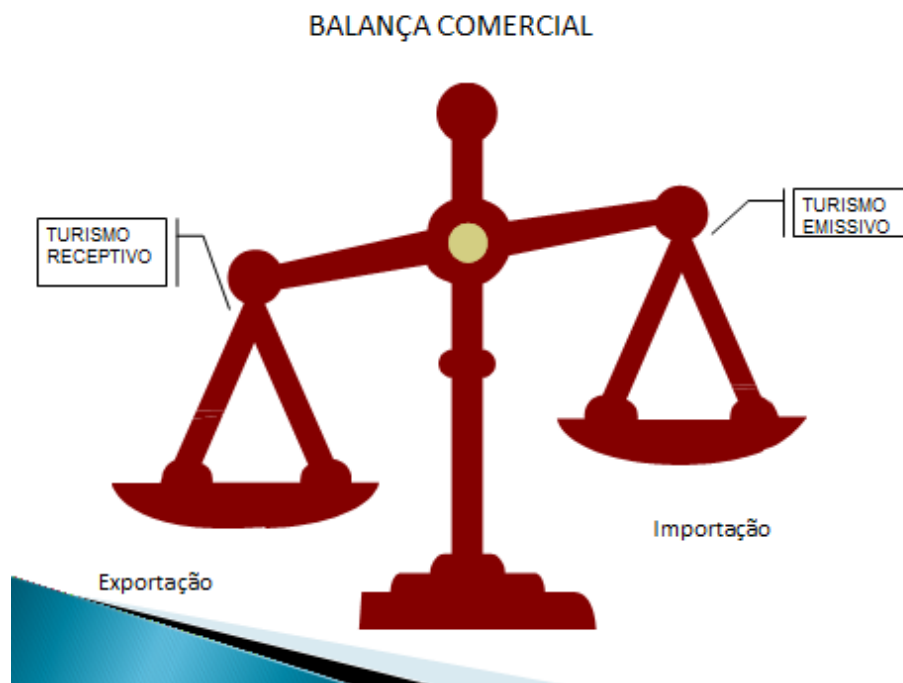
O outro componente, a oferta turística, é definida como: o conjunto de produtos turísticos e serviços postos à disposição do usuário turístico num determinado destino, para seu desfrute e consumo (SANCHO 2001).

A direção do fluxo turístico gerado pela demanda é assim classificada:

- Turismo emissivo ou exportativo – fluxo de saída de turistas de uma localidade para outra;
- Turismo receptivo – fluxo de entrada de turistas em uma determinada localidade.

Analisando a contribuição da atividade turística na balança comercial de um país, o cenário ideal é o que é apresentado na Figura 10, onde o turismo receptivo contribui de forma positiva, pois é esta modalidade que traz os turistas que com seus gastos irão gerar emprego e renda nos núcleos receptores, em contrapartida o turismo emissivo os levará para fora do seu entorno para gerarem emprego e renda em seus destinos de viagem.

Figura 9 – Situação ideal da participação da atividade turística na balança comercial



Elaboração própria

Os dados do Banco Central do Brasil apresentados na Tabela 2⁵⁰ demonstram a realidade da conta turismo⁵¹ do Brasil:

Tabela 2- Receita e despesa cambial turística, e variação percentual, segundo os meses - janeiro a julho - 2017/2018

Variação Mensal 2017/2018

Mês	Receita e despesa cambial turística (milhões de US\$)					
	Receita			Despesa		
	2017	2018	Variação % 2017/2018	2017	2018	Variação % 2017/2018
Total	3.499	3.657	4,53	10.684	11.304	5,80
Jan	661	779	17,86	1.579	2.002	26,79
Fev	535	611	14,20	1.362	1.405	3,17
Mar	650	544	(16,27)	1.533	1.524	(0,56)
Abr	417	499	19,63	1.325	1.538	16,14
Mai	419	429	2,30	1.496	1.615	7,95
Jun	377	379	0,52	1.510	1.487	(1,50)
Jul	440	417	(5,30)	1.879	1.731	(7,86)

Fonte – Ministério do Turismo - <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/receita-cambial.html> Acessado em 04/10/2018

Superavit/déficit no período - 2017 (milhões de US\$): (7.185)

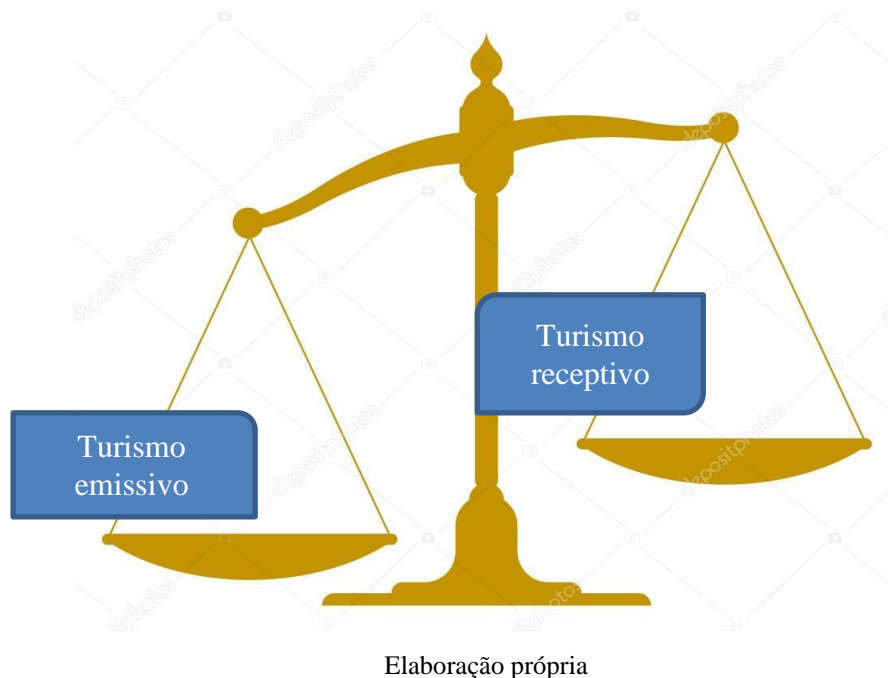
Superavit/déficit no período - 2018 (milhões de US\$): (7.647)

⁵⁰ Optei por manter esta Tabela no corpo do texto para facilitar a visualização dos seus dados e entendimento por parte do leitor. O mesmo se aplica á demais Tabelas

⁵¹ Mostra os gastos de brasileiros em viagens internacionais e as receitas obtidas pelo país quando estrangeiros visitam o Brasil.

Apesar da situação ideal da balança comercial apresentada pela fig. 1, a realidade dos dados apresentados na Tabela 1 mostra que a Conta turismo do Brasil, ou seja, as receitas obtidas pelo país com a visita de estrangeiros ao Brasil em relação aos gastos de brasileiros em viagens internacionais, está deficitária, como pode ser visto na Figura 11.

Figura 10 - Situação real da participação da atividade turística na balança comercial



Para entender melhor como se desenvolve a atividade turística é necessário saber que turismo trabalha com produtos turísticos, que são compostos por um conjunto de bens e serviços (CASTELLI, 1986, p. 60). Este conjunto é mantido por relações de interdependência e interação. Segundo Mota (2001),

Quase todos os bens turísticos, ao contrário da grande maioria dos bens (artigos), não podem ser transformados, transferidos ou vendidos. Esses bens podem ser materiais (mares, praias, parque naturais, etc.), imateriais (arte, folclore, prestígio, imagens), livres (ar, clima) e apropriáveis (coleção de arte, campos de esporte, etc.). (MOTA, 2001, p. 128)

Os serviços turísticos têm características singulares que os distinguem dos demais tipos de serviços, são elas:

- a) Intangibilidade – os serviços não podem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados;
- b) Inseparabilidade/simultaneidade – Diferentemente dos produtos os serviços são produzidos, entregues e consumidos simultaneamente, onde o fornecedor e o consumidor podem influenciar na dinâmica do serviço prestado;
- c) Variabilidade – Um serviço oferecido a um cliente não é exatamente igual ao próximo cliente. Esta é característica, variabilidade ou heterogeneidade, é uma das causas de um dos maiores problemas no gerenciamento dos serviços, qual seja manter um padrão de qualidade uniforme, até porque sempre haverá a interferência, positiva ou negativa, de quem oferece e daquele que o recebe o serviço;
- d) Perecibilidade – Os Serviços não podem ser estocados, exigindo do planejamento, gestão e execução do segmento a constante vigilância para estabelecer o equilíbrio entre a demanda e a oferta.

A atividade turística não como a conhecemos hoje, sempre existiu e segundo Oliveira (2001), é mais antiga que a própria expressão e remete aos jogos olímpicos em 776 a.C., na Grécia antiga. Ainda segundo este autor vamos encontrar no Império Romano (27 a.C. a 47 d.C.) marcas da atividade em função da construção de estradas possibilitando assim o aumento de realização de viagens, principalmente as peregrinações religiosas dos cristãos para Roma e Jerusalém e dos maometanos para Meca a partir do séc. VI.

Um dos fatores de incremento das viagens no período da Idade Média foi o interesse religioso, como a descoberta do túmulo de São Tiago Maior na Espanha em 813, fato que originou a peregrinação para a cidade de Santiago de Compostela, cuja catedral, diz a tradição, guarda o seu túmulo. Em função da configuração social e econômica da época, sociedade feudal, que era composta de um lado pela nobreza (proprietários das terras) e, de outro lado, pelos servos (que cultivavam as terras e dividiam a produção com os proprietários), os feudos eram autossuficientes dispensando assim a necessidade de viagens, visto que pelo abandono das estradas pelos romanos, e pelo perigo que representavam só se viajava em caso de extrema necessidade.

As grandes navegações⁵² impulsionaram as viagens de longa distância, como se vê em Oliveira (2001),

Na falta de meios de comunicação mais eficazes, a melhor maneira de conhecer novos lugares era viajar até eles. As escolas organizavam viagens para os estudantes, acompanhados de professores, com o objetivo de aumentar os conhecimentos de seus alunos. Eles, denominados tutores, tinham a obrigação de conhecer e de falar o idioma do local a ser visitado, para poder explicar melhor seus usos e costumes. Os tutores foram os antecessores dos atuais guias de turismo. Um deles, Richard Lassels, escreveu um livro chamado *An Italian Voyage* (1679) (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

Sobre o tipo de viagem acima citada, pode-se dizer que deu origem ao que hoje é conhecido como Turismo Pedagógico, ou seja, viagens de estudo ao meio, que atuam como ferramentas no auxílio à construção da percepção de uma dada realidade por parte dos estudantes. Segundo Costa (2016, p. 67) esta modalidade de turismo pode ser desenvolvida em qualquer nível da educação formal, que segundo o Ministério da Educação – MEC é aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais. No ensino superior, destacadamente, tem um caráter didático-pedagógico que dialoga com os compromissos acadêmico-profissionais dos cursos fazendo com que a relação ensino-aprendizagem se transforme em fator de aumento da taxa de empregabilidade.

Encontrei em Ignarra (1999) que com o fim da Idade Média e o surgimento do capitalismo as viagens foram se propagando e extensas vias de circulação foram criadas no território europeu. Surge o hábito das classes mais favorecidas de viajar para as estações de águas, os SPAS⁵³. No século XIX as ferrovias encurtaram distâncias tornando as viagens mais rápidas. Em 1841, o empresário inglês Thomas Cook organizou uma viagem de trem entre as cidades de Leicester e Loughboroug, ambas na Inglaterra, conduzindo cerca de 500 passageiros. Com o sucesso da viagem a empresa de Cook⁵⁴ passou a organizar excursões, vindo a ser considerado o pai do Turismo moderno.

⁵² Séculos XVI ao XVIII

⁵³ O termo vem da cidade *Spa*, localizada na província de Liège, na Bélgica. Na época da dominação romana, a aristocracia frequentava a estância termal desta cidade acreditando que as águas termais possuíam propriedades curativas. Há também a explicação de que seja o acrônimo de algumas expressões latinas: *Sanitas per aquam, salus per aquam ou salutem per aquam*.

⁵⁴ Apesar de hoje o grupo Thomas Cook ser considerado o segundo maior operador global de viagens e turismo, declarou falência após o fracasso das negociações emergenciais com seu principal acionista e seus credores. A

Apesar deste título, cabe ressaltar que Thomas Cook pode não ser considerado o fundador da primeira agência de turismo do mundo como afirmam vários pesquisadores. A *Thomas Cook and Son* foi fundada em 1841, mas segundo o site da agência *Cox & Kings*, ela pode ser considerada a empresa de viagens mais antiga do mundo, visto que foi fundada em 25 de maio de 1758 por Richard Cox para atender os guardas de infantaria a pedido do comandante em chefe das Forças Armadas da Sua Majestade (www.coxandkings.co.uk/about-us/history) Acessado em 17/12/2018

Neste sentido, ainda há que considerarmos que a Agência Abreu declara em seu site ter sido fundada no Porto em 1840, pelo Sr. Bernardo de Abreu e ainda hoje pertencer à mesma família e descendentes diretos, da quinta geração. Esta empresa guarda uma relação especial com o Brasil, visto que seu fundador, que havia sido também imigrante no Brasil, criou a Agência Abreu para tratar dos passaportes, dos vistos de emigração e das passagens de navio para a América do Sul, sobretudo para os que pretendiam emigrar para o Brasil (<https://www.abreutur.com.br/aabreu-1074.aspx>) Acessado em 17/12/2018

É neste período, no qual o turismo vicejava na Europa, que o Brasil vivia uma das piores partes de sua história, a exploração de mão de obra trazida da África de forma escravizada. Cabe ressaltar que os termos escravizados e escravização, utilizados nesta tese ao invés de escravos e escravidão, são aqui empregados com base em uma perspectiva de oposição a uma história sob uma ótica senhoril, pretendendo assim ressignificá-los. Em alguns dicionários, tais como Mini Aurélio século XXI – O minidicionário da Língua Portuguesa e o Dicionário Houaiss, a expressão escravo faz referência ao indivíduo que foi privado de sua liberdade, sendo submetido à vontade de outrem e definido como propriedade, sendo que neste caso o escravo não tem vontade nem querer próprios. Já no caso da expressão, escravizado, os mesmos dicionários dizem que se refere ao indivíduo que se conseguiu escravizar; que foi alvo de escravização. Pode-se notar que há uma sutil diferença do ponto de vista conceitual, como nos mostram HARKOT-DE-LA-TAILLE e SANTOS, G. (2012):

[...] Enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos

empresa teve suas atividades suspensas em caráter imediato no dia 23 de setembro de 2019 deixando milhares de funcionários desempregados e clientes retidos em seus destinos.

de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores. [...].(HARKOT-DE-LA-TAILLE e SANTOS, G., 2012, p.1-13):

A dispersão ou diáspora dos povos africanos pela Europa, Ásia e América foi preponderante para a presença africana em todo o mundo conhecido anterior ao século XVI. Ainda segundo Santos, A. (2008, p. 181), o termo diáspora foi utilizado originalmente no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel pelo mundo, trazendo consigo o peso da ideia de deslocamento forçado na condição de escravizados em função de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais.

Nesta tese, apesar das diferentes explicações para emprego do termo diáspora, me referencio na definição de Clifford (1997), antropólogo estadunidense, que a define como comunidades expatriadas que foram dispersas de uma terra original para pelo menos dois lugares distintos. Além disso, mantêm conexões com sua terra de origem por intermédio de memórias e mitos ainda segundo o autor não se sentem totalmente aceitos nos lugares onde vivem. De acordo com Pinho (2018, p. 117) "as diásporas não possuem apenas a terra de origem como referência máxima, mas se definem também pelas conexões laterais entre as comunidades que estão localizadas para além da terra original".

Na contemporaneidade a conformação da sociedade capitalista tem revelado diferentes características de comportamento social e econômico, tais como: comunicabilidade, diversidade cultural, globalidade, discussões sobre questões de raça, etnia, gênero, dentre outras. Neste sentido o turismo atual vem se ressignificando e hoje a grande diversificação nas formas de fazer turismo tem contribuído para a pluralidade na nomenclatura dos tipos e subtipos de turismo e segundo Pinho (2018),

Essa enorme e crescente variedade de denominações dos modos de se fazer turismo revela algumas das características mais importantes das sociedades capitalistas atuais e suas lógicas culturais pós-modernas. Por um lado, quase todos os aspectos da vida social podem potencialmente virar mercadoria. Por outro lado, porém, o consumo passa por um processo de politização crescente. Nesse sentido, o consumo - incluindo-se aí as escolhas de consumo dos turistas - está intimamente atrelado à construção das identidades raciais, étnicas, nacionais, de gênero, sexualidade e classe. É fundamental ressaltar, contudo, que a

prerrogativa de consumir, principalmente bens e serviços não essenciais, não está disponível para todos ou de modo paritário. Evidentemente, os “centros” têm oportunidades muito maiores de consumir as “periferias” mundiais, assim como acontece na relação entre os mais e os menos abastados, seja no interior de uma mesma sociedade ou nos encontros transnacionais facilitados pelo turismo. Os novos modos de se fazer turismo e os tipos de consumo a eles atrelados se desenvolvem, portanto, de acordo com as lógicas desiguais das sociedades de classe e da geopolítica mundial (PINHO, 2018, p.115)

A relação entre a diáspora e o Turismo pode ser analisada por diferentes prismas, segue a visão dos pesquisadores Timothy e Coles (2004),

The implications for the relationship between diasporas and tourism are profoundly important. Levitt and de la Dehesa (2003) identify a more erudite approach on the part of homeland states to their relationships with their diasporas. Instead of a more suspicious, ambiguous and cynical relationship of the type articulated by Sheffer (1995), heightened globalization may forge stronger ties between migrants and their home states. Increasingly, states are willing to de-couple residence and citizenship. By effectively extending the state boundaries to incorporate those living overseas, states are prepared to allow migrants to participate in the national development process. As discussed later (Chs 12–16), tourism is a vital, but critically disregarded framework through which overseas citizens can exercise their rights to participate and by which they may be encouraged to do so by institutions at home. Thus, tourism represents a vital medium by which post-national and post-sovereign social relations may be resolved because it acts practically as a strong socio-cultural glue which bonds the home state with 'its' migrants. Moreover, as David Duval (2003; Ch. 3) argues, tourism is one major mechanism by which the de-territorialization of culture functions. Increasingly, as Papastergiadis (2000: 115) puts it, 'people now feel they belong to various communities despite the fact that they do not share a common territory with all other members'. In these 'pluri-local' or 'hetero-local' (Zelinsky 2001) social networks, people feel connected with one another across geopolitical boundaries and sometimes vast distances by imagined and/or tangible common bonds.(TIMOTHY and COLE, 2004, p. 26)⁵⁵

⁵⁵ As implicações para a relação entre as diásporas e o turismo são profundamente importantes. Levitt e De la Dehesa (2003) identificam uma abordagem mais erudita por parte dos estados da pátria e suas relações com suas diásporas. Em vez de uma relação mais suspeita, ambígua e cínica do tipo articulado por Sheffer (1995), o aumento da globalização pode forjar laços mais fortes entre os migrantes e seus estados de origem. Cada vez mais, os estados estão dispostos a desassociar a residência e a cidadania. Estendendo efetivamente as fronteiras do estado para incorporar os que vivem no exterior, os estados estão preparados para permitir que os migrantes participem do processo de desenvolvimento nacional. Como discutido mais adiante (capítulos 12-16), o turismo é uma estrutura vital, mas criticamente desconsiderada, através da qual os cidadãos estrangeiros podem exercer seus direitos de participação e pelos quais podem ser encorajados a fazê-lo pelas instituições domésticas. Assim, o turismo representa um meio vital pelo qual as relações sociais pós-nacionais e pós-soberanas podem ser resolvidas porque ele atua praticamente como uma forte cola sociocultural que liga o Estado de origem aos "seus" migrantes. Além disso, como David Duval (2003; Ch. 3) argumenta, o turismo é um dos principais mecanismos pelos quais a desterritorialização da cultura funciona. Cada vez mais, como Papastergiadis (2000, p. 115) coloca, as pessoas agora sentem que pertencem a várias comunidades. Apesar do fato de que eles não compartilham um território comum com todos os outros membros '. Nessas redes sociais "pluri-locais" ou "hetero-locais" (Zelinsky 2001), as pessoas se sentem

Estes autores criaram o conceito de “turismo de diásporas”, que apesar de ser utilizado por diversos autores, foi reconhecidamente definido por eles no livro *Tourism, Diasporas and Space*, publicado em 2004 com uma compilação de artigos que analisam a produção, o consumo e as práticas do turismo para e pelas comunidades diaspóricas

Os escravizados, africanos de diferentes procedências tinham uma diversidade cultural, linguística e religiosa que Heywood (2008) demonstra em seu livro *Diáspora Negra no Brasil*, como um processo de criouliização que ocorreu em sentido de mão-dupla, por um lado, surtiu efeito sobre a cultura e os povos africanos, por outro lado, promoveu a africanização dos colonizadores de origem portuguesa.

Segundo Falcão (2007, p. 23), no período da escravização já era notório a influência da hospitalidade portuguesa no Brasil, que de certa forma retardou o florescimento da hotelaria como uma atividade comercial, pois era comum que todas as boas residências da época possuíssem um quarto de hóspedes, fato que emprestava prestígio social ao anfitrião, além de ser uma tradição cristã de bem receber.

Apesar de toda a situação criada pelo sistema escravagista em vigor no país, a vinda da Família Real para o Brasil e a Carta Régia de janeiro de 1808, abrindo os portos brasileiros às nações amigas, não foram só marcos políticos, mas também o início de um processo de internacionalização que influenciou o desenvolvimento urbano brasileiro. Com a abertura dos portos surge um grande estímulo às atividades ligadas ao comércio de importação e exportação. A cidade do Rio de Janeiro, onde se abrigava a Família Real, se beneficiou diretamente destas mudanças. Com a clara intenção de dar ares de metrópole à cidade, neste período, por ordem do Príncipe Regente foram enxutos os alagadiços do Campo de Santana, construído o Cais do Valongo⁵⁶ e captadas as águas do rio Maracanã para a instalação de chafarizes (PIRES, 2001).

Neste sentido foram consideradas mudanças os avanços e a modernização urbana que fizeram com que o Largo do Paço, hoje Praça Quinze, se tornasse o primeiro polo de hotelaria da

conectadas umas com as outras através das fronteiras geopolíticas e às vezes vastas distâncias por laços comuns imaginados e/ou tangíveis. (Tradução livre do autor)

⁵⁶ O Cais do Valongo é um antigo cais localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, que recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017 por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas.

cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas que foram comentadas por Debret durante suas estadas de 1816 a 1831 (Falcão, 2007).

Entendendo que o turismo não se caracteriza somente pelas atividades de hospedagem, já encontramos no Século XX uma estruturação político comercial do setor, principalmente em função de políticas públicas voltadas para a área, como pode ser visto em quadro específico nos apêndices.

3.2 - Educação e Turismo

O interesse acadêmico pelo estudo do fenômeno turismo no mundo ainda pode ser considerado recente e no Brasil tem pouco menos de 50 anos. Na educação este interesse pelo estudo do desenvolvimento da atividade turística e seus desdobramentos sociais e econômicos teve início com a implantação do primeiro curso superior de Turismo oferecido no Brasil pela então Faculdade Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi) na cidade de São Paulo em 1971. O cenário sócio-político do momento era propício como segue:

Os primeiros cursos de Graduação em Turismo no Brasil, implantados em meio a uma conjuntura de ditadura militar de modelo desenvolvimentista, foram criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica, os quais procuravam atender a uma demanda de trabalho. O Brasil foi o primeiro país a criar cursos de turismo de nível superior, porém, baseados nos cursos técnicos. Havia um certo preconceito, principalmente de uma elite (que casualmente foram os primeiros alunos dos cursos de turismo), em relação aos cursos técnicos. Desse modo, criou-se um curso técnico mascarado como de nível superior. O início dos cursos de Turismo no Brasil ocorreu juntamente com o movimento de expansão e profissionalização do ensino superior, com o desenvolvimento da atividade turística e com a criação do currículo mínimo dos cursos de turismo (HALLAL et. Al, 2010, p. 12)

A professora Catramby (2016) aponta três fatores favoráveis à criação dos cursos de Turismo nesta época:

1. Criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR;
2. Investimento na melhoria da infraestrutura turística e a criação do fundo de investimento voltado para a formação de mão de obra qualificada;

3. Expansão do ensino superior privado e a valorização do lazer.

É interessante destacar a autonomia para criação dos cursos de Turismo, pois os primeiros surgiram em instituições universitárias autônomas ou ligadas aos também novos cursos de Comunicação e Artes (MATIAS, 2002, p.4).

Segundo o art. 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN⁵⁷ do Curso de Graduação em Turismo, deve se buscar como componentes do perfil desejado do graduado, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Tais características deveriam figurar no Projeto Pedagógico de Curso – PPC, que é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de qualquer curso superior e além de apresentar características de um projeto, deve trazer definidos os seguintes componentes:

1. Concepção do Curso.
2. Estrutura do Curso: Currículo, corpo docente, corpo técnico administrativo e infraestrutura.
3. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso.
4. Instrumentos normativos de apoio (composição do NDE do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.).

A importância do PPC e do currículo reside no fato de que eles é que vão ajudar a definir o perfil do egresso, bem como a sua visão de mundo social e profissional. Embora tenha consultado e analisado os diversos PPC's dos cursos em objetos desta pesquisa, nesta tese não entrarei nas discussões de formatação dos currículos como proposto por Tomaz Tadeu da Silva (2010), Alice Casimiro Lopes (2006) ou Antônio Flávio Barbosa Moreira (1990, 1996), que

⁵⁷ Resolução nº 13 de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.

trazem dois pontos centrais: o fenômeno da transferência curricular e o pensamento curricular. Os currículos dos cursos de Turismo estudados, que se encontram disponíveis nos anexos 1, 2 e 3, apesar de diferentes que são em sua estruturação, oferecem um espaço privilegiado para a discussão da questão étnico-racial brasileira, visto que o parágrafo 2º do artigo 2º das DCN's do curso de turismo tratando do Projeto Pedagógico do curso traz:

§ 2º O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para diferentes áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissional que o mercado ou a região exigirem. (BRASIL, 2006)

Neste sentido, a flexibilidade curricular sugerida nas DCN's possibilita que cada curso, em função de questões regionais escolha o currículo que melhor se adequa às suas especificidades. Os cursos de Turismos se inserem na grande área das Ciências Sociais Aplicadas⁵⁸, que

[...] recobre questões, saberes e práticas que na contemporaneidade assumem caráter estratégico tendo em vista a atual centralidade dos processos de mediação, comunicação e informação da sociedade. A mobilização de aspectos que atravessam e articulam de diferentes formas o político, o institucional, a cultura e as práticas memoriais, indica a importância da inserção social crítica da pesquisa desenvolvida neste âmbito, tanto dos pontos de vista teórico e metodológico, quanto do acolhimento de seu viés de intervenção e aplicação empírica. (CAPES – DOCUMENTO DE ÁREA 2013 – CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyFHRYaWVuYWwtMjAxM3xneDoyNDE0MzgzYWU5YjU3NGQ3> ACESSADO EM 17/09/2018)

As relações acadêmicas, interpessoais e de mercado, que se constroem no desenvolvimento da atividade turística e que envolvem os turistas, residentes e profissionais da área, se apresentam como fatores motivacionais para a discussão das ações afirmativas e seus desdobramentos nos cursos de Turismo. Ainda há que se considerar que, se por um lado no Brasil, a abordagem deste tema não se constitua como inédita, por outro lado, raros são os

⁵⁸ Cf. Documento de área 2013 – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Diretoria de avaliação. Avaliação trienal 2013.

conhecimentos produzidos sobre essa temática na perspectiva na relação das ações afirmativas, inserção profissional e o Turismo. Entretanto as políticas de ação afirmativa, racialmente definidas e desempenhadas pelo governo, mesmo que de forma insipiente, cumprem um papel de corrigir as desigualdades acumuladas a partir da promoção da igualdade de oportunidades e tratamento o que concorre para uma democracia de resultados trazendo efeitos imediatos (SISS 2011 p. 19).

Apesar do seu pouco tempo de existência se comparado com outros cursos superiores nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, é notável a produção acadêmica na área de turismo no Brasil como mostram os vários trabalhos de estudiosos da área como Miguel Bahl (2005), Mário Carlos Beni (2012), Glauber Eduardo de Oliveira Santos (2012) e tantos outros.

A busca por um nível de escolaridade que possibilite o pleno exercício de uma cidadania ativa, entendida aqui como participação efetiva do cidadão nas decisões políticas que o afetam, bem como o meio mais eficaz de que os objetivos sociais de desenvolvimento sejam considerados nos processos de decisões públicas, revelam a sua importância não só para uma melhor inserção profissional na atividade turística, mas também na sociedade onde vive, como destaca Nagle (1974),

(...) da proclamação de que o Brasil, especialmente no decênio da década de 1920, vive uma hora decisiva, que está exigindo outros padrões de relações e de convivências humanas, imediatamente decorre a crença na possibilidade de reformar a sociedade pela reforma do homem, para o que a escolarização tem um papel insubstituível, posto que é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica. (NAGLE, 1974, p.115-116)

Tendo em vista a realidade profissional dos egressos dos cursos de Turismo, qual seja, trabalhar não especificamente, mas especialmente na relação com pessoas é importante saber como este profissional se sente perante uma sociedade como a brasileira, altamente estratificada e cuja principal marca é a exclusão social com base em preconceito étnico-racial. As relações interpessoais e de mercado que se constroem no desenvolvimento da atividade turística, que envolvem o turista e o profissional da área, tais como gestão e atendimento ao público em agências de Turismo, companhias aéreas ou hotelaria e demais segmentos da atividade turística, se apresentam como fatores importantes no cerne da discussão das ações afirmativas e seus desdobramentos nos cursos de Turismo. Ainda há que se considerar que, se por um lado a

temática não seja discutida na bibliografia turística no Brasil, a sua abordagem ajudaria na formação crítica dos estudantes deste curso e, por conseguinte melhoraria as condições de disputa por vagas no mercado de trabalho.

A área de estudo voltada para o Turismo existe hoje com a oferta de cursos em todos os níveis: graduação (bacharelado e licenciatura) na modalidade presencial e à distância e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Os quadros 9 e 10 apresentam a variedade e pluralidade na oferta acadêmica neste campo de estudo, que ainda é relativamente novo.

Quadro 9 – Configuração dos cursos de graduação em Turismo oferecidos no Brasil⁵⁹

Cursos	Modalidade	Grau acadêmico
Gestão de Turismo	Presencial	Sequencial
Gestão de Turismo	Presencial/à distância	Tecnológico
Gestão de Turismo receptivo	Presencial	Tecnológico
Gestão e desenvolvimento do Turismo	Presencial	Sequencial
Hotelaria e gestão de empresas de Turismo	Presencial	Tecnológico
Lazer e Turismo	Presencial	Bacharelado
Serviços de Turismo	Presencial	Tecnológico
Turismo	Presencial/à distância	Bacharelado
Turismo	Presencial	Tecnológico
Turismo	À distância	Licenciatura
Turismo cultural	Presencial	Sequencial
Turismo de eventos	Presencial	Tecnológico
Turismo ecológico	Presencial	Tecnológico
Turismo e hotelaria	Presencial	Bacharelado
Turismo e hospitalidade, gestão de empreendimentos turísticos e em eventos em negócios	Presencial	Tecnológico
Turismo receptivo	Presencial	Tecnológico
Turismo patrimonial e socioambiental	Presencial	Tecnológico
Turismo e meio ambiente	Presencial	Bacharelado
Turismo – indústria de entretenimento	Presencial	Bacharelado

Elaboração própria. Fonte – site do MEC – <http://emec.mec.gov.br/> acessado em 03/01/2017 às 10h29min

⁵⁹ Por similaridade ao procedimento adotado na Tabela 1 optei por manter o quadro no corpo do texto para facilitar a visualização dos seus dados e entendimento por parte do leitor. O mesmo se aplica aos demais quadros.

Quadro 10 - Configuração dos cursos stricto sensu na área da Administração e Turismo

		Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Área de Avaliação	TO-TAL	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	TO-TAL	ME	DO	MP	DP
Administração	Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	182	41	3	72	0	61	5	248	102	64	77	5
Turismo	Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	11	3	0	3	0	5	0	16	8	5	3	0
Totais		193	44	3	75	0	66	5	264	110	69	80	5

Elaboração própria. Fonte – Plataforma Sucupira -

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf;jsessionid=ZQE-ULKEmV6416YnUoPc+fkD.sucupira-213?areaAvaliacao=27> Acessado em 20/08/2019 às 10h12min

ME: Mestrado Acadêmico

DO: Doutorado Acadêmico

MP: Mestrado Profissional

DP: Doutorado Profissional

ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico

MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional

Cabe ressaltar que na década de 1990 havia uma grande oferta de cursos de graduação em Turismo, mas esta realidade não é a mesma de hoje, como demonstram Silveira, Medaglia e Gândara (2011, p. 11). O esvaziamento dos cursos superiores de turismo pode ser consequência tanto da acomodação natural decorrente do fim do modismo, quanto pelas dificuldades de absorção da mão-de-obra pelo mercado.

A formação acadêmica em turismo deve estar voltada para uma reflexão multidisciplinar, respeitando o caráter multicultural do corpo discente e docente, neste sentido encontramos em Dencker (2001), que

[...] muitas são as disciplinas que tratam da questão do turismo e temos que admitir que ainda hoje o turismo não constitui um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria, mas está sujeito a influência de diferentes paradigmas, o que prejudica a formação de um corpo teórico específico [...] o turismo não é uma ciência social entendida como corpo de doutrina metodicamente ordenada, mas constitui uma disciplina em desenvolvimento que emprega métodos e conceitos da maioria das ciências sociais já consolidadas. (DENCKER, 2001, p. 28)

Apesar de o ensino público ser uma conquista social e ter a sua gratuidade garantida constitucionalmente no Estado Brasileiro, ele ainda está longe de ser um direito para todos conforme preconiza o artigo 205 da Constituição federal de 1988⁶⁰. As desigualdades educacionais entre afro-brasileiros e brancos, sobretudo no ensino de nível superior, historicamente existentes e denunciadas pelos Movimentos Negros e demonstradas em várias pesquisas acadêmicas sobre as relações entre educação e a questão étnico-racial no país, contradizem o princípio constitucional da igualdade de condições para acesso e permanência dos brasileiros nas escolas. O art. 206 da Constituição Federal em seus incisos de I a IV traz a seguinte redação:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

⁶⁰O art. 205 da Constituição Federal de 1988 preconiza que: A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL 1988).

Inserção profissional na atividade turística

Desde o surgimento do primeiro curso superior de Turismo os seus egressos vêm lutando pela regulamentação da profissão e essa luta tomou corpo com a criação em março de 1978 da Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo – ABBTUR, que a partir de agosto de 2013 teve a sua denominação alterada para Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo, mas mantendo a mesma sigla. Disponível em <http://www.abbtur.com.br/abbtur>. Acessado em 17/09/2018).

No sentido de evitar confusões conceituais é necessário entender que Bacharel em Turismo é o título acadêmico a que faz jus os concluintes dos cursos de Bacharelado ou Licenciatura em Turismo e ou Turismo e Hotelaria. A adoção deste termo por todos egressos destes cursos, que se notabilizou como um dos primeiros passos para alcançar a almejada regulamentação da profissão, refere-se à profissão que foi reconhecida pela Lei Federal 12.591 de 18 de janeiro 2012 e sancionada pela então Sr.^a Presidente do Brasil Dilma Vana Rousseff. Em função desta Lei, o exercício desta profissão é isento de qualquer pré-requisito de formação acadêmica ou atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, pois é livre o exercício da profissão de Turismólogo. (ABBTUR - <http://www.abbtur.com.br/abbtur/conteudo.asp?cod=3> Acessado em 10/10/2018).

De acordo com o exposto no site da ABBTUR o Bacharel em Turismo é o título acadêmico do egresso de curso de Bacharelado em Turismo e o termo Turismólogo

[...] deveria ser o Título Profissional, quando se denomina profissionalmente os graduados em nível superior em turismo, hotelaria, gastronomia e eventos, no turismo, hotelaria, gastronomia e eventos, no Brasil ou no exterior com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e refletir o direito a essa titulação profissional aos graduados em outras áreas, que atuam no mercado turístico há mais de 5 (cinco) anos comprovadamente, desenvolvendo atividades previstas na Lei de Reconhecimento no Turismólogo. (ABBTUR SITE....)

A ABBTUR contribuiu sobremaneira para a categoria com a criação do Código de Ética do Bacharel em Turismo e do termo Turismólogo, criado em 1999 com o intuito de denominar profissionalmente os bacharéis em turismo.

Ainda de acordo com a ABBTUR as atividades que podem ser exercidas por um Turismólogo a partir da sanção da Lei Federal 12.591/2012 estão quase todas voltadas para a área de planejamento e gestão, não contemplando a complexidade do mercado turístico que absorve os bacharéis e os tecnólogos como se vê nos apêndices.

Esta complexidade exige que os cursos se reorganizem de tempos em tempos com o intuito de adequar o perfil do egresso com a realidade do mercado profissional do momento. De acordo com o dicionário de Ciências Sociais a expressão mercado de trabalho constitui uma descrição metafórica da relação entre a oferta e procura de mão-de-obra. O mercado de trabalho como o conhecemos hoje é o resultado das mudanças constantes que o setor passou e passa ao longo tempo. A promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, a Medida Provisória 794 de dezembro de 1994 são marcos importantes para o mercado de trabalho, pois induziram as empresas a negociarem a participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas (CAVALCANTI, VIEIRA FILHO, GURGEL, SILVA, 2004 p. 80). Em 2017 foi sancionada a Lei Federal nº 13.467 de 2 julho que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho⁶¹. Outro fator importante ainda nesta década foi a política econômica adotada no Brasil em 1994 (privatizações, Plano Real), isso gerou altas taxas de desemprego e em concomitância foi editado o Plano Nacional de Turismo (1996/1999), fato que propiciou o crescimento da atividade turística, um dos exemplo foi a institucionalização neste período do Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR NE com o objetivo de desenvolver o potencial turístico do Nordeste e o desenvolvimento socioeconômico da região partir de investimentos estratégicos em infraestrutura básica e a geração de emprego e renda.

É importante ressaltar que hoje a atividade turística se insere como uma necessidade do homem contemporâneo, independente de sua posição social ou condições financeiras. O turismo faz parte do imaginário das pessoas representando uma marca indicativa de mobilidade social. O movimento de saída e retorno das pessoas ao seu local de residência, aqui nomeado de núcleo emissor, para um destino qualquer ou núcleo receptor, origina uma corrente turística que vai

⁶¹ Ver a integra da lei nos apêndices

causar deslocamentos na sociedade com a geração de emprego e renda não só, mas principalmente no núcleo receptor.

O turismo é uma atividade que pode servir de base para a economia de uma região ou uma localidade específica, requerendo, entretanto, especial atenção para os impactos ambientais, econômicos e socioculturais que provoca. É uma atividade que depende e consome o espaço geográfico, exigindo a construção e manutenção de infraestrutura, integração da população residente à movimentação econômica e interação com os turistas.

Para que esta atividade se desenvolva de maneira satisfatória, segundo Sancho (2001), a partir de uma ótica sistemática, diferentes fatores devem ser considerados no conjunto de elementos que se inter-relacionam na caracterização da atividade turística, são eles:

- Demanda – é o conjunto de consumidores, ou possíveis consumidores de bens e serviços;
- Oferta – é o conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidas na experiência turística;
- Espaço geográfico – é o local onde a atividade turística se desenvolve, ou onde há a conjunção da oferta e a da demanda turística e em que a população residente se situa.
- Operadores de mercado – São as empresas e organismos cuja principal função seja facilitar a inter-relação entre a oferta e a demanda, são os considerados intermediários, como por ex.: agências de turismo, companhias de transporte regular, órgãos públicos e outros.

Para se trabalhar no setor de turismo só a formação acadêmica não é o bastante, segundo Ansarah (2002, p. 44) é indispensável que o profissional esteja ciente que o sentido da sua profissão é a prestação de serviços, ou seja, para que ele atenda este objetivo deve atender às seguintes aptidões:

- a) Disposição para a profissão: é necessário ter inclinação e vocação para lidar com os sentimentos das pessoas, principalmente em virtude da

- heterogeneidade da demanda turística, no que se refere à nacionalidade, idioma, cultura, prazer, necessidades, diferenças sociais e idade;
- b) Qualidades comportamentais: os serviços turísticos são comprados “em confiança” pelos clientes, pois estes somente poderão conferir a qualidade e a adequação dos serviços no momento de usufruí-los. Por isso, é bom zelar para que a credibilidade na empresa jamais seja abalada;
 - c) Conhecimentos técnicos: a diversidade dos serviços turísticos a serem prestados nas empresas envolvidas – tanto públicas como privadas – faz com que o bacharel em turismo tenha um conjunto de informações e conhecimentos específicos constantemente atualizado

Para além do que é apresentado pela professora Marília Ansarah (2002), cabe ressaltar que o relacionamento interpessoal entre turistas e os profissionais do Turismo está diminuindo, cada vez mais, em função do avanço e alcance cada vez maior das tecnologias de comunicação e das facilidades de acesso à internet, apesar de ainda ser intenso e necessário em vários segmentos da atividade. Destarte estes profissionais, entre os quais se encontram os Turismólogos, estão sujeitos às manifestações de racismo e/ou de discriminação racial na dinâmica do exercício de suas atividades profissionais. Estas manifestações estão cada vez mais em evidência, seja em função dos avanços tecnológicos que propiciam os registros em tempo real de tais ocorrências, seja em função da potencialização da tomada de consciência racial de negros e de brancos, bem como da intensidade da luta antirracista no atual momento político e social brasileiro.

Apesar das mudanças nas últimas décadas, o acesso ao mercado de trabalho continua sendo um fator central para a construção de cidadania. No caso da população negra este acesso é um pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privações a que historicamente foi relegada, mas que deve vir precedido de uma sólida formação acadêmica. O acesso desta parcela da população ao mercado de trabalho é marcado por uma vulnerabilidade resultado da desigualdade racial. O fato do Brasil, a partir de uma visão étnico-racial, não se mostrar negro para os possíveis polos emissores de turistas, afeta não só o perfil dos turistas que nos visitam, mas também e principalmente a configuração do mercado de trabalhos onde os profissionais que vão receber estes turistas atuam.

Nesse sentido concordo com o economista Mário Theodoro, quando este afirma que,

O racismo transforma diversidade em desigualdade. Operando a partir de uma escala de valores que torna socialmente aceitável, e mesmo justificável, a distribuição desigual das posições sociais privilegiadas, o racismo reafirma e consolida a subalternidade da população negra. Reproduzido histórica e estruturalmente, este mecanismo perpassa as relações sociais e inscreve no país

uma forma particular de convivência entre desiguais. Sua vigência naturaliza a desigualdade e reforça o processo de legitimação e de engessamento da hierarquia social, contribuindo para a escassa mobilidade racial que ainda caracteriza o país. Assim, o racismo constitui-se em um importante obstáculo ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. (THEODORO, 2014, p. 207)

O turismo se baseia e se desenvolve na relação do encontro com o “outro”: turista, profissional da área e o residente, e estes estarão sempre de lados opostos na relação interpessoal obrigatória que a atividade exige, não em um sentido antagônico ou de conflito, mas simplesmente do outro lado. Quando em um destes lados, principalmente o lado dos profissionais do turismo está um negro a relação pode não ser a mesma se este fosse branco. Skliar (2003) mostra que para existir o “outro” tem que existir o “eu”:

Porque sem o outro não seríamos nada (e não confundir esta frase com aquela outra que se pronuncia habitualmente nos enterros); porque a mesmidade não seria mais do que um egoísmo apenas travestido. Porque se o outro não estivesse aí, só ficaria a vacuidade e a opacidade de nós mesmos, a nossa pura miséria, a própria selvageria que nem ao menos é exótica. Porque o outro já não está aí, senão aqui e em todas as partes; inclusive onde nossa pétrea mesmidade não alcança ver. E porque se o outro não estivesse aí...mais valeria que tantas reformas nos reformassem a nós mesmos de uma vez e que tanta biodiversidade nos fustigasse com seus monstros pela noite!. (SKLIAR, 2003, p.29).

Esta mesmidade, que indica o que torna o sujeito um ente social, é parte integrante da atividade turística, que não é só econômica, mas também e principalmente social. A percepção que o turista estrangeiro tem do Brasil ainda está eivada pelo “mito da democracia racial”, mito este que ainda faz parte do imaginário de um expressivo contingente de empresários e gestores do turismo nacional e internacional, haja a vista a pouca participação de profissionais pretos/as nos postos de comando nas diferentes áreas de trabalho da atividade turística. Segundo Gomes, N. (2005),

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil,

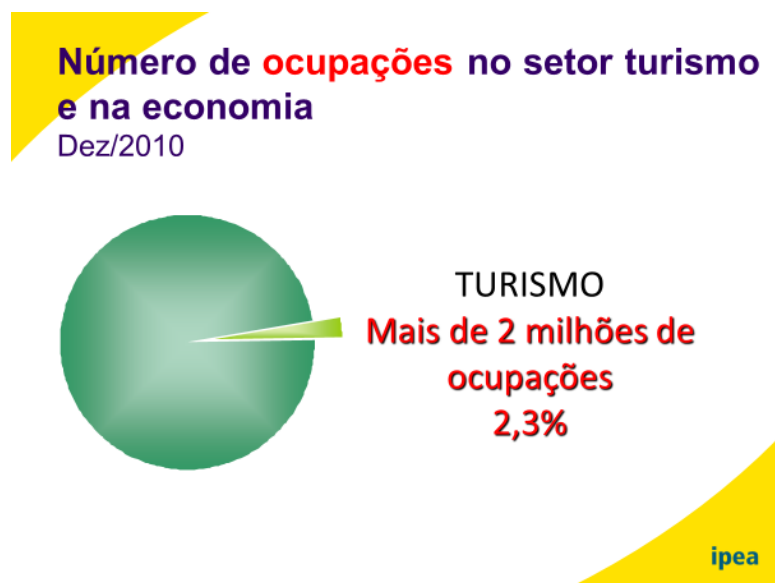
poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (GOMES, N. 2005, p. 57)

Ainda segundo Skliar (2003) as exclusões já são naturalizadas e elas se encaixam perfeitamente em uma releitura voltada para a atividade turística [...] existem excluídos de carne e osso, com nomes e sobrenomes, com idades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, religiões, corpos polimorfos, classes sociais, gerações etc.

O mundo do politicamente correto é um mundo onde seria melhor não nomear o negro como negro, não chamar o deficiente de deficiente, onde não seria melhor chamar o índio de índio. É o mundo do eufemismo, do travestismo discursivo. Não nomeá-los, não dizê-los, não chamá-los, mas manter intactas as representações sobre eles, os olhares em torno deles. (SKLIAR, 2003 p. 80).

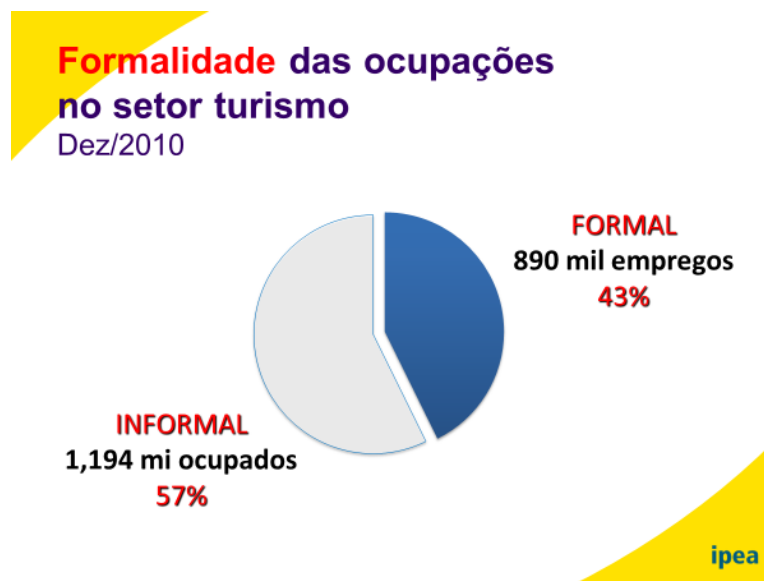
Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) mostravam que as ocupações em turismo passavam de dois milhões em 2010, sendo que o mercado informal de trabalho tinha um número maior de ocupações que o formal, como demonstram as Figuras 12 e 13.

Figura 11 - Número de ocupações em turismo



Fonte – SIMIT – Sistema de Informações Integrado do Mercado de trabalho no setor de turismo – IPEA – disponível em - <https://slideplayer.com.br/slide/1873697/> Acessado em 13/12/2018

Figura 12- Formalidade das ocupações em turismo



Fonte – SIMIT – Sistema de Informações Integrado do Mercado de trabalho no setor de turismo – IPEA – disponível em - <https://slideplayer.com.br/slide/1873697/> Acessado em 13/12/2018

Ainda segundo o IPEA⁶², a OMT reconhece duas formas de mensurar a empregabilidade na atividade turística:

- a) Totalidade das ocupações nas Atividades Características do Turismo - ACT's⁶³, independentemente de elas estarem ligadas ao consumo de turistas ou não. O emprego nas ACT's, ainda de acordo com nomenclatura da OMT é o “Emprego nas “indústrias do Turismo”;
- b) Contabilizar só os empregos estritamente ligados aos bens e serviços adquiridos pelos turistas, mas sem restrição às ACT's, ainda de acordo com nomenclatura da OMT são os empregos no Turismo

⁶² IPEA – disponível em <http://www.ipea.gov.br/extrator/simt.html> . Acessado em 09/04/2018

⁶³ As ACT's contempladas são oito: alojamento, alimentação, transporte aéreo, transporte terrestre, transporte aquaviário, agências de turismo, aluguel de transporte, e cultura e lazer.

A preocupação com a força e importância do trabalho formal é uma constante em todos os segmentos e níveis do turismo mundial. Formar profissionais com capacidade laborativa que conheçam das cada vez mais os seus clientes (pessoas físicas ou jurídicas), e a necessidade de desenvolver um turismo sustentável deve ser o objetivo dos governos dos países filiados à OMT e das instituições de formação acadêmica e técnica. Neste sentido, o resultado da reunião dos Ministros de Turismo do G20, realizada em Buenos Aires no dia 18 de abril de 2018, foi a elaboração de um documento cujo texto segue:

Madrid, Spain 18 April 2018 - The World Tourism Organization (UNWTO) joined the Ministers of Tourism of the G20 economies meeting in Buenos Aires in calling upon the G20 leaders to consider including tourism in their Agenda for its capacity to create more and better jobs. In his meeting with the President of Argentina, Mauricio Macri, and current G20 Chair, UNWTO Secretary-General, Zurab Pololikashvili, stressed the capacity of tourism to create jobs and the need to advance the adaptation of the sector to the digital transformation. The 8th Meeting of the Tourism Ministers of the G20 economies was held in Buenos Aires on 17 April under Argentine's Presidency of the G20 with a focus on the Future of Work - Tourism's leading role in sustainable development: a driver for employment.

In line with the priorities of Argentine's G20 Presidency, which include the 'Future of Work', the meeting focused on how tourism can embrace innovation and technology, foster new skills development to create new decent jobs. "We need to promote the role that tourism has in shaping the future of our world as the sector that will create more jobs in the coming decade" said the Minister of Tourism of Argentina, Gustavo Santos, opening the Meeting. Ambassador Daniel Raimondi, Vice Minister of Foreign Affairs and Worship of Argentina stressed the future of work as one of Argentine's G20 priorities and it's link to tourism, a sector which is key to create jobs, develop infrastructure and exports. "Let us embrace the technological revolution and unleash its potential to create more and better jobs in our sector, making tourism a true pillar of the G20 objectives of inclusive and sustained growth" said UNWTO Secretary-General, Zurab Pololikashvili, in his opening remarks to the Meeting.

Ministers of Tourism of the G20 economies agreed on considering the following:

- *Encouraging policies that promote full and productive employment and facilitate the progress of innovation in tourism and foster the creation of decent jobs, sustainable enterprises and entrepreneurship, in particular among women and the youth;*
- *Establishing favourable frameworks to stimulate innovation, entrepreneurship and connect ecosystems linking start-ups, main companies, investors and governments along the tourism value chain;*

- *Creating cooperation mechanisms between educational institutions at all levels, the private sector, governments and technology partners to review educational programmes and skills development policies*
- *Considering the importance of SMEs in the tourism, heritage and cultural sectors due to their contribution to job creation as well as their role in preserving and promoting cultural resources;*
- *Promoting the use of digital technology to facilitate travel as well as involving technology stakeholders in national tourism policies*

In 2016, G20 countries received 904 million international tourist arrivals, which generated over US\$ 1 trillion or 6.3% of all G20 exports.⁶⁴ (OMT, 2018)
Disponível em <http://www2.unwto.org/press-release/2018-04-18/unwto-joins->

⁶⁴ Madri (Espanha), 18 de abril de 2018 - A Organização Mundial do Turismo (OMT) juntou-se aos ministros de turismo das economias do G20 reunidos em Buenos Aires em sua convocação aos líderes do G20 para considerar a inclusão do turismo em suas agendas, dada sua capacidade de criar mais e melhores empregos.

Em seu encontro com o presidente da Argentina, Mauricio Macri, o atual presidente do G20, o secretário-geral da OMT, Zurab Pololikashvili, sublinhou a capacidade do turismo para criar postos de trabalho e a necessidade de promover o setor para se adaptar à transformação digital .

A oitava reunião de Ministros do Turismo das economias do G20 foi realizada em Buenos Aires em 17 de abril sob a presidência da Argentina do G20 e concentrou-se no futuro do trabalho e no papel principal do turismo no desenvolvimento sustentável como motor do emprego .

Em consonância com as prioridades da presidência do G20 na Argentina, que incluem "O futuro do trabalho", a reunião concentrou-se em como o turismo pode aproveitar a inovação e a tecnologia, incentivar o desenvolvimento de novas habilidades e criar empregos decentes.

"Precisamos promover o papel do turismo na formação do futuro do nosso mundo, já que é o setor que mais gerará empregos na próxima década", afirmou o ministro do Turismo da Argentina, Gustavo Santos, na inauguração do programa. reunião.

O embaixador Daniel Raimondi, secretário de Relações Exteriores da Argentina, ressaltou que o futuro do trabalho é uma das prioridades do G20 na Argentina e está ligado ao turismo, setor chave para a criação de empregos, desenvolvimento de infra-estrutura e exportações. .

"Vamos abraçar a revolução tecnológica e ajudá-la a desenvolver todo o seu potencial para criar mais e melhores empregos em nosso setor, tornando o turismo o verdadeiro pilar dos objetivos do G20 de crescimento inclusivo e sustentado", disse o secretário-geral da Organização. OMT, Zurab Pololikashvili, em seu discurso de abertura da reunião.

Os Ministros do Turismo das economias do G20 concordaram em estudar os seguintes aspectos:

- Promover políticas que promovam o emprego pleno e produtivo, facilitem o progresso da inovação no turismo e incentivem a criação de emprego decente, empresas sustentáveis e empreendedorismo, particularmente entre mulheres e jovens.
- Estabelecer marcos favoráveis para estimular a inovação e o empreendedorismo e conectar ecossistemas, ligando empresas emergentes, grandes empresas, investidores e governos na cadeia de valor do turismo.
- Criar mecanismos de cooperação entre instituições educacionais em todos os níveis, o setor privado, governos e parceiros tecnológicos para revisar programas educacionais e políticas de desenvolvimento de habilidades.
- Estudar a importância das PME nos sectores do turismo, património e cultura, pela sua contribuição para a criação de emprego e o seu papel na conservação e promoção dos recursos culturais.
- Promover o uso da tecnologia digital para facilitar as viagens e envolver os agentes de tecnologia nas políticas nacionais de turismo.

Em 2016, os países do G20 receberam 904 milhões de chegadas de turistas internacionais, o que gerou mais de 1 trilhão de dólares. ou 6,3% do total das exportações do G20.

tourism-ministers-calling-upon-g20-leaders-prioritize-tourism Acessado em 10 de maio de 2018. Tradução livre do autor

A possibilidade cada vez maior de uma mobilidade social vertical ascendente da população brasileira em função do avanço das tecnologias de comunicação, locomoção, o comportamento da economia mundial e principalmente do acesso ao ensino superior tem propiciado um incremento do turismo doméstico e internacional no Brasil. Esta tendência de crescimento da atividade obriga um maior e melhor profissionalismo do setor, propiciando investimentos em infraestrutura e principalmente em colaboradores preparados para o desempenho das funções inerentes ao setor. No campo de atuação profissional o *trade turístico* brasileiro se notabiliza pela falta de discussão acadêmica sobre a contribuição de negros/as em sua composição. Apesar do aumento de Turismólogos pretos e pardos graduados em nível superior e aptos a entrar no mercado de trabalho, a assimilação destes profissionais ainda não se dá na proporção dos que estão se formando nas diversas instituições de ensino brasileiras que oferecem os cursos de graduação em Turismo. Assim no próximo capítulo procuro demonstrar a relação existente entre os cursos do ensino superior, relações étnico-raciais e ação afirmativa.

3.3 – Os cursos de Turismo da UFMG, UFOP e UFRRJ

Tomando como fonte o relatório síntese da área Turismo ENADE 2018, vamos encontrar informações relativas aos cursos de Turismo de todo o Brasil, mas vou me ater aos informes da região sudeste, tendo em vista o fato das IES's estudadas estarem todas situadas nesta região. Esta análise fornecerá informações e dados que possibilitaram conhecer a realidade dos cursos em tela⁶⁵.

⁶⁵ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Diretoria de avaliação da educação superior (DAES) Relatório síntese de área turismo - http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Turismo.pdf acessado em 29/10/2019

Analisando os dados do relatório um total de 41 cursos de Turismo, estão na região sudeste, representando 41,4% do total nacional. A distribuição das instituições ficou assim representada quanto à organização acadêmica: Universidades (28), Faculdades (nove) e Centros Universitários (três), sendo que um curso estava vinculado ao CEFET/IFET. Cabe ressaltar que nas demais regiões, no tocante à distribuição dos cursos, a maioria dos estudantes estava vinculada às instituições públicas. Isto se confirma em função de que, apesar da região sudeste apresentar o maior número de estudantes inscritos, 1.408, que corresponde a 42,2% do total nacional, o percentual de estudantes cursando em instituições privadas é de 56,6%, sendo este o maior percentual entre as regiões.

A região Sudeste apresentou o maior quantitativo de cursos em três tipos de Organização Acadêmica: Universidades (28), Faculdades (nove) e Centros Universitários (três) quando comparada às demais regiões. Nessa região, só um curso estava vinculado a CEFET/IFET⁶⁶.

No que se refere à declaração étnico-racial e de gênero dos estudantes a composição foi a seguinte:

Branco - 48,1% (13,9% masculino e 34,2% feminino);

Pardo - 33,9% (7,9% masculino e 24,2% feminino);

Pretos - 13,0% (4,1% masculino e 8,9% feminino)

Tomando como base o ingresso por intermédio de política de ação afirmativa ou inclusão social, é maior a proporção dos que se declararam brancos entre os que não ingressaram por alguma política de ação afirmativa ou inclusão social. Situação inversa se observa para os que se declararam Pardos, como pode ser comprovado na Tabela 3.

⁶⁶ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Diretoria de avaliação da educação superior (DAES) Relatório síntese de área turismo - http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Turismo.pdf acessado em 29/10/2019

Tabela 3 - Distribuição percentual do total de estudantes por Indicação de Ingresso por Política de Ação Afirmativa

Seu ingresso no curso de graduação se deu por meio de políticas de ação afirmativa ou inclusão social?

Cor/raça	Total			Sim			Não		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino
Branca	48,1%	13,9%	34,2%	36,1%	10,3%	25,8%	53,9%	15,7%	38,3%
Preta	13,0%	4,1%	8,9%	19,8%	5,3%	14,5%	9,7%	3,5%	6,3%
Parda	33,9%	9,7%	24,2%	40,5%	10,5%	30,0%	30,7%	9,2%	21,4%
Amarela	1,9%	0,3%	1,6%	1,6%	0,3%	1,3%	2,1%	0,3%	1,8%
Indígena	0,3%	0,1%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,1%
Não declarou	2,8%	1,2%	1,6%	1,7%	0,5%	1,3%	3,3%	1,6%	1,7%
Total	100,0%	29,3%	70,7%	100,0%	27,0%	73,0%	100,0%	30,4%	69,6%

Fonte - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Diretoria de avaliação da educação superior (DAES)
Relatório síntese de área turismo - acessado em 29/10/2019

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Turismo.pdf

Com o intuito de apresentar as características básicas da conformação dos cursos pesquisados nesta pesquisa, segue o quadro 11 com as suas similaridades e singularidades.

Quadro 11 – Características dos cursos

	UFMG		UFOP		UFRRJ ⁶⁷	
Criação	2002		1999		2006	
Modalidade	Bacharelado		Bacharelado		Bacharelado	
Turno	Diurno		Vespertino/Noturno		Noturno	
Nº de períodos	08		08		08	
Seriação	Semestral		Semestral		Semestral	
Carga horária total	2.550		2.865		3.020	
Modalidade	Bacharelado presencial		Bacharelado presencial		Bacharelado presencial	
Nº de docentes do curso ⁶⁸	Total 09	Turismólogos 05 (55,5%)	Total 14	Turismólogos 10 (71,4%)	Total 15	Turismólogos 11 (73,3%)
Avaliações ⁶⁹	CI ⁷⁰ 5	ENADE 2018 5	CI 4	ENADE 2018 4	CI 4	ENADE 2018 3

Elaboração própria – Fontes - sites específicos de cada curso. Acessados em 03/02/2019

⁶⁷ A UFRRJ oferece o curso de Licenciatura em Turismo, que teve início em 2009, na modalidade semipresencial, mas não faz parte desta pesquisa.

⁶⁸ Dados acessados em 09/02/2019

⁶⁹ A nota da avaliação é o resultado do desempenho dos alunos na prova, que contém questões de formação geral, componentes específicos de cada curso. As médias obtidas pelos alunos são padronizadas, de acordo com a média brasileira e o desvio-padrão, em conceitos que vão de 1 a 5.

⁷⁰ Conceito institucional

CAPÍTULO 4 – CAMINHOS METODOLÓGICOS E EMPÍRICOS DA PESQUISA, E SEUS SUJEITOS: O CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Neste capítulo é apresentada uma descrição do caminho metodológico percorrido durante a realização desta pesquisa, tendo em vista as implicações da consolidação da “Lei de Cotas” e os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das IES em estudo.

Não custa lembrar que o problema a que essa tese de doutoramento quer dar respostas é colocado da seguinte forma: Dentro do contexto das políticas de ação afirmativa, Lei Federal 12.711/2012, quais foram os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no processo de consolidação da Lei de Cotas?

Para dar respostas ao problema desta pesquisa construímos as seguintes questões de estudo, que são analisadas à luz da fala dos entrevistados:

- a) Quais são as relações existentes entre Turismo, Educação e relações étnico-raciais?
- b) O que são políticas públicas de ação afirmativa?
- c) Como se dá o processo de consolidação das políticas públicas?
- d) As universidades que integram o recorte amostral desta pesquisa possuem políticas institucionais efetivas de acompanhamento profissional de seus egressos?
- e) Quais são as categorias e avaliação de políticas públicas são intervenientes no processo de avaliação da política pública em tela?

Aqui, parto da hipótese de que a simples implantação da “Lei de Cotas”, sem os devidos procedimentos para a sua interpretação, por si só, não está sendo suficiente na tentativa de vencer a barreira que permite transformar o capital cultural adquirido na universidade, aqui representado pelo diploma, em capital econômico, sendo este um dos diversos desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das IES estudadas. Apesar da hipótese levantada, a Lei de Cotas concorre para: redução da desigualdade social em função da ampliação do acesso ao ensino superior, mudança do perfil estudantil nas instituições federais de ensino superior e ampliação de discussões que contribuam com o combate ao racismo. O combate ao racismo, ao preconceito

racial e à discriminação não deve prescindir de uma sustentação jurídica que promova ações com caráter educativo, repressivo e punitivo como nos apontam Jaccoud e Theodoro (2005 p. 117). Para embasar esta hipótese me apoio em Bourdieu (2015), quando este sociólogo diz que,

Os alunos ou estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes pagas com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado; e, se fracassam, o que segue sendo seu destino mais provável, são votados a uma exclusão, sem dúvida, mais estigmatizante e mais total do que era no passado: mais estigmatizante, na medida em que, aparentemente tiveram “sua chance” e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de forma cada vez mais completa, pela instituição escolar; e mais total, na média em que uma parte cada vez maior de postos no mercado de trabalho está reservada, por direito, e ocupada, de fato, pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma (o que explicita que fracasso escolar seja vivido, cada vez mais acentuadamente, como uma catástrofe, até nos meios populares). Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção. (BOURDIEU, 2015, p. 248)

Ainda segundo Bourdieu (2015) o capital cultural se divide em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado e é neste último que me apoio, quando refiro à importância do diploma de graduação como instrumento que pode possibilitar a modificação no *status quo* dos afro-brasileiros. Neste sentido,

Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados e, até mesmo, sua “permuta” (substituindo uns pelos outros na *sucessão*); permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar. Produto de conversão de capital econômico em capital cultural, ele estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de determinado diploma em relação aos outros detentores de diplomas, e inseparavelmente, o valor em dinheiro pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho – o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantido (BOURDIEU, 2015, p. 87).

A referida importância é demonstrada nas Tabelas 4 e 5, onde nos números do Censo do Ensino Superior, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira (Inep), evidencia o aumento do número de matrículas de estudantes negros (pretos e pardos) em cursos de graduação. Entre os anos de 2015 e 2017 o percentual de negros matriculados subiu 23,8%. Não se pode atribuir integralmente este percentual ao aumento do número de IES públicas que adotaram a Lei de Cotas em seus processos de seleção, mas a sua contribuição é inequívoca.

Tabela 4- Censo Matrículas Ensino Superior 2015

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça - 2015							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Brasil	8.027.297	2.903.256	429.632	1.743.002	116.036	32.147	390.775	2.412.449
Pública	1.952.145	693.634	130.765	465.107	27.742	9.810	106.171	518.916
Federal	1.214.635	411.887	92.698	333.838	14.775	7.392	58.535	295.510
Estadual	618.633	234.225	35.913	118.195	12.313	2.268	38.901	176.818
Municipal	118.877	47.522	2.154	13.074	654	150	8.735	46.588
Privada	6.075.152	2.209.622	298.867	1.277.895	88.294	22.337	284.604	1.893.533

Fonte – Sinopse Estatística da Educação Superior 2015/2017 – Em INEP - http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206. A cessado em 18/04/2018 Elaboração do autor

Tabela 5 - Censo Matrículas Ensino Superior 2017

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça - 2017							
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Dispõe da Informação	Não Declarado
Brasil	8.286.663	3.292.585	532.607	2.157.189	133.920	56.750	65.432	2.048.180
Pública	2.045.356	810.961	183.443	601.877	31.941	13.898	34.725	368.511
Federal	1.306.351	492.462	127.708	438.139	18.141	10.446	21.510	197.945
Estadual	641.865	271.421	52.988	149.140	12.983	3.262	12.538	139.533
Municipal	97.140	47.078	2.747	14.598	817	190	677	31.033
Privada	6.241.307	2.481.624	349.164	1.555.312	101.979	42.852	30.707	1.679.669

Fonte – Sinopse Estatística da Educação Superior 2015/2017 – Em INEP - http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-censo-da-educacao-superior-as-universidades-brasileiras-representam-8-da-rede-mas-concentram-53-das-matriculas/21206. A cessado em 18/04/2018 Elaboração do

Procedimentos Metodológicos

Considerando o caráter descritivo das questões, o problema proposto nesta investigação e os limites desta abordagem, a integração entre os métodos quantitativo e qualitativo apresenta-se como a melhor forma de se desenvolver esta pesquisa. Para analisar com fidedignidade uma situação dada é possível a utilização de dados quantitativos e também uma análise qualitativa dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos, entre outros cuidados metodológicos, visando evitar distorções, frutos da subjetividade que encerra uma pesquisa e que podem influenciar este pesquisador.

Cabe salientar, que “quantidade qualifica”, ou seja, quantitativo e qualitativo modificam-se, complementam-se e transformam-se uma na outra e vice-versa, quando aplicadas a um mesmo fenômeno. De fato, as duas dimensões não se opõem, mas se inter-relacionam como duas fases do real em um movimento cumulativo e transformador, de tal maneira que não podemos concebê-las uma sem a outra, nem uma separada da outra (SANTOS, J. C. e GAMBOA, 2002, p. 105).

Em sua perspectiva teórica esse estudo privilegia a abordagem qualitativa, seguindo assim uma quase “tradição” das pesquisas desenvolvidas na área das Ciências Humanas, principalmente

levando-se em conta seu objeto. Por outro lado e de acordo com Chizzotti (2006), tal opção metodológica parte do princípio de que “[...] sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado”] e um sentido, o que afasta a ideia de uma pretensa neutralidade axiológica por estarem, tanto o pesquisador, quanto objeto pesquisado, em contínua interação.

Quanto às suas técnicas de coleta de dados que foram utilizados procedimentos distintos tais como o Levantamento Bibliográfico, a Observação, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários.

O Levantamento Bibliográfico foi aqui fundamental por constituir-se como um exame acurado, principalmente de livros, artigos, incluindo-se ainda os exames de dicionários, anuários, publicações periódicas (jornais, revistas), impressos diversos e aqueles publicados em meios magnético e digital. Por ser um conjunto de conhecimentos reunidos em obras, uma de suas finalidades é a de possibilitar a fundamentação de “vários procedimentos metodológicos, ou seja, dados obtidos através de várias fontes escritas como documentos, livros, fontes, etc.” (FACHIN, 2006, p. 56) Portanto, implicou em um “mergulho” aprofundado nas pesquisas e publicações sobre o tema em questão, com o referencial teórico pautado em políticas públicas, Educação, das Relações Étnico-Raciais e Turismo.

A observação, enquanto outra técnica de coleta de dados utilizada foi essencial por nos permitir a apreensão e análise descritiva do objeto em análise, possibilitando compreender os significados de práticas coletivas de resistência cultura, bem como de situações de preconceito e discriminação religiosa. Para além desse fato, compreendemos que

A observação é a primeira forma de aproximação do indivíduo com o mundo em que vive. [...] Pelo olhar entramos no mundo, começamos a nos comunicar com ele e iniciamos o conhecimento a respeito dos seres que nele habitam. A observação, com as características específicas de sistematização de condutas e procedimentos e de focalização em torno de um objeto determinado, constitui também um procedimento básico da investigação científica, da experimentação. [...] Também as ciências sociais iniciaram suas análises a partir de observações realizadas por estudiosos interessados nesse campo de conhecimento. (TURA, 2003, p. 184)

A entrevista foi mais uma das técnicas de coleta de dados utilizada. Esse recurso metodológico proporcionou que o autor da pesquisa pudesse obter uma interação maior como os

respondentes. A opção metodológica dessa pesquisa foi pela entrevista semi- estruturada pelo fato de tal opção permitir-nos realizar algumas adequações durante a entrevista.

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de alcance mais superficial, como o questionário. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34)

Ademais, é na escolha da metodologia que se definem os procedimentos de coleta de dados e é a partir deste ponto então, que se define o delineamento da pesquisa, isto é, como vai ser o procedimento para se obter as informações necessárias à resolução do problema investigado. O delineamento da pesquisa exige uma definição prévia do ambiente e das circunstâncias em que serão coletados os dados, e as formas de controle das variáveis envolvidas no problema.

Nesta tese a metodologia de pesquisa utilizada é a pesquisa-ação, que conforme apresenta Thiollent (1985),

[...] pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida. (THIOLLENT, 1985, p 15)

Ainda de acordo com Thiollent (1985, p. 14), a pesquisa-ação é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.”. Neste sentido o autor explica que,

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Sem dúvida, a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre pesquisadores e pessoas da situação investigada que seja de tipo participativo. Os problemas de aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado têm que ser resolvidos no decurso da pesquisa.

Mas a participação do pesquisador não qualifica a especificidade da pesquisa-ação, que consiste em organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação planejada. Nesse sentido, pesquisa-ação e pesquisa participante não deveriam ser confundidas, embora autores tenham chamado pesquisa participante concepções de pesquisa-ação que não se limitam à aceitação dos pesquisadores no meio pesquisado, como no caso de simples "observação participante". A participação dos pesquisadores é explicitada dentro da situação de investigação, com os cuidados necessários para que haja reciprocidade por parte das pessoas e grupos implicados nesta situação. Além disso, a participação dos pesquisadores não deve chegar a substituir a atividade própria dos grupos e suas iniciativas. (THIOLLENT, 1985, p 15,16)

A utilização desta metodologia de pesquisa se justifica nesta tese em função de que este pesquisador, além de fazer parte do corpo docente do curso de Turismo da UFRRJ nas modalidades presencial e semipresencial é pesquisador do Laboratório de Estudos Afro-brasileiros, NEABI da instituição. Com participação nas bancas de heteroidentificação é inevitável o envolvimento com o objeto aqui investigado, seja de modo participativo ou cooperativo.

Segundo Thiollent (1996, p.19) “pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação”.

O autor resume ainda alguns dos principais aspectos que caracterizam a pesquisa-ação como uma estratégia metodológica da pesquisa social:

- a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1996, p.16)

Considerando-se ainda que a subjetividade do pesquisador sempre está presente, mesmo nas pesquisas quantitativas, o melhor procedimento a tomar é fazer um cruzamento de dados,

podendo assim obter uma melhor compreensão do problema estudado, conforme nos atesta (DESLAURIERS, 1991, p. 59).

Esta tese realiza uma investigação teórico-empírica, cujo campo de investigação é composto pelas:

1. IES (representadas pelos gestores de Pró-reitorias da área acadêmica;
2. Coordenadores de curso;
3. Estudantes concluintes e Turismólogos afro-brasileiros ex-cotistas que acessaram a universidade por intermédio da Lei de Cotas.

Nessa tese, algumas categorias analíticas entendidas como principais merecem destaque porque a norteiam, ao lado de outras não empregadas aqui com a mesma frequência e nem por isso são menos importantes. São elas:

Afro-brasileiro – por concordar com Siss (2001 p. 13-14), este termo é utilizado nesta tese para designar as pessoas descendentes de africanos nascidas no Brasil, além de remeter a um movimento de pertencimento étnico dos nascidos na diáspora africana.

Raça – Tendo como referência Gomes, N. (2005), Munanga (2003) esta categoria deve ser entendida como um constructo⁷¹ social, que estratifica a sociedade na qual vivemos. Esta estratificação se dá principalmente pela percepção das características fenotípicas das pessoas (cor da pele, tipo de cabelo, traços faciais, etc.). Neste sentido raça não deve ser ligada a nenhum determinismo biológico, não correspondendo a nenhuma realidade natural, mas sim a uma realidade social, por conseguinte se constitui como um mecanismo de distinção social, causando assim desigualdades sociais. (GUIMARÃES, 1999 e SISS, 2001)

Racismo – Segundo Theodoro (2014) o racismo transforma diversidade em desigualdade, operando a partir de uma escala de valores que o torna socialmente aceitável, reafirma e

⁷¹ Construção puramente mental, objeto de percepção ou pensamento formado pela combinação de impressões passadas e presentes.

consolida a subalternidade da população negra. Ao agir como uma ação proveniente da aversão ou mesmo ódio em relação a pessoas de determinado pertencimento racial (perceptível por meio das características fenotípicas), o racismo é consequência de grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Segundo Borges, Medeiros e d'Adesky (2002) o racismo se manifesta de duas formas interligadas: individual quando os atos discriminatórios são cometidos de indivíduo para indivíduo e o institucional quando estes atos são cometidos pelo Estado ou com a sua aquiescência. Assim, o racismo constitui-se em um importante obstáculo ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. (THEODORO, 2014, p. 207). Além dos autores citados tomei também como referência Silvério (2002), Munanga (2004) e Gonçalves e Silva (2018)

Discriminação racial – a importância deste termo encontra respaldo na Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Normas de Discriminação Racial da ONU, da qual o Brasil é signatário, e que em seu Art. 1^a diz:

“Discriminação Racial significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública”.

Em Hasenbalg (1979) encontramos que a discriminação racial no Brasil é resultado direto das desigualdades entre brancos e não brancos em diferentes níveis – educação, economia, acesso ao mercado de trabalho e tem como foi reconstruída no tempo presente pela ordem capitalista.

Negro(a)s – Na perspectiva dessa tese este termo é utilizado para indicar as pessoas beneficiárias da Lei de Cotas a partir do que é preconizado pelo estatuto da igualdade racial, onde negro é definido como o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE. De acordo com o IBGE (2019) do total da população brasileira (210,1 milhões), 55,8% se autodeclararam negros.

Políticas públicas – Dentre as diversas funções de responsabilidade do Estado atualmente, se destaca a de promover o bem estar (*welfare*) da sociedade. Neste sentido entende-se que o ”bem

estar” é definido pelo governo e não pela sociedade, que em função de suas necessidades, demandam ao estado ações que as atendam. Segundo Dye (1972, p. 2), política pública é o que o governo decide ou não fazer, ou seja, conjunto de ações e/ou decisões que resolvam os problemas demandados. Encontramos ainda em Saravia e Ferrarezi (2006, p.28), que política pública é “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”. As teorias de Ball (1992) e os estudos de Mainardes (2006) são importantes referenciais para esta pesquisa em função do ciclo de políticas públicas apresentado.

Políticas de ação afirmativas - conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo, a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais com educação e emprego. (GOMES, N. 2005, p. 53)

Cotas sociais – apesar de não serem a única forma de ação afirmativa, foram elaboradas com a finalidade de atender a demandas da sociedade no quesito mitigação das desigualdades sociais, educacionais e econômicas. As cotas sociais surgiram como uma das políticas de ação afirmativa mais abrangente e a discussão sobre o assunto com a concomitante implantação da Lei Federal 12.711/2012 gerou e ainda gera muita polêmica, dividindo opiniões. Diferentemente do que muitos pensam, esta lei é considerada social, pois dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, tendo como primeiro filtro que os estudantes tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O segundo filtro é a renda, visto que 50% (cinquenta por cento) das vagas deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita. Somente como terceiro filtro é que surge a questão étnico-racial, de modo que as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição,

segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fica demonstrado assim que a Lei Federal 12.711/2012 não é uma Lei de Cotas raciais, mas sim cotas sociais com recorte étnico-racial. Nesta categoria tomo como referência os teóricos do OPAA, Santos, A. (2018), Fernandes (2015).

Cotas étnico-raciais – estas, historicamente, sempre foram demandadas pelos movimentos sociais negros visando reduzir as desigualdades sociais, educacionais e econômicas vividas pelos negros no Brasil. Utilizadas em vários países, este tipo de ação afirmativa foi utilizado por algumas instituições de ensino superior no Brasil. O marco para a aprovação deste tipo de cota em universidades públicas foi a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, convocada pela ONU em 1997 e realizada em Durban na África do Sul, após a qual o governo brasileiro, pela primeira vez, assumiu oficialmente que no Brasil há racismo. Nesta categoria também tomo como referência os teóricos do OPAA, Santos, A. (2018), Fernandes (2015)

Comissão de validação de autodeclaração étnico-racial – mais conhecida como comissão de heteroidentificação, é adotada pelas IFES com o intuito de coibir das fraudes ou burlas acadêmicas a partir de um fenômeno conhecido como “afroconveniência”. Esta comissão é formada por docentes e técnicos administrativos e em algumas instituições por discentes, que a partir de verificação fenotípica presencial confirmando ou não a autodeclaração étnico-racial do candidato, Santos, A. (2018), Siss (2016), Pace (2019).

Turismólogo – este termo se refere à profissão reconhecida pela Lei Federal 12.591/2012. Apesar desta lei, o termo Turismólogo deveria ser exclusivamente utilizado como título Profissional, quando se denomina profissionalmente os graduados em nível superior em turismo, hotelaria, gastronomia e eventos, no turismo, hotelaria, gastronomia e eventos, no Brasil ou no exterior com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação. Em função desta Lei, o exercício desta profissão é isento de qualquer pré-requisito de formação acadêmica ou atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, pois é livre o exercício da profissão de Turismólogo. De acordo com o site da Associação Brasileira de Bacharéis em

Turismo – ABBTUR, o termo Turismólogo deveria ser o Título Profissional quando se denomina profissionalmente os graduados em nível superior em turismo, hotelaria, gastronomia e eventos, no Brasil ou no exterior, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e refletir o direito a essa titulação profissional aos graduados em outras áreas, que atuam no mercado turístico há mais de 5 (cinco) anos comprovadamente, desenvolvendo atividades previstas na Lei de Reconhecimento no Turismólogo

Egressos – os elementos considerados como tais para fins deste estudo são os estudantes que acessaram as universidades por intermédio da Lei de Cotas e que no momento da pesquisa já tinham concluído o curso de Turismo. Santos, A. (2018)

Gestores institucionais – aqui são representados por pró-reitores acadêmicos e coordenadores de curso, que nesta tese representam a maneira de pensar e agir da instituição no que diz respeito à temática estudada.

Busquei no suporte teórico desta tese leitura que pudesse ajudar a conhecer a percepção da realidade vivida desde o início do processo consolidação da Lei de Cotas nas IES's estudadas. Reconhecendo a importância deste momento e a necessidade de ter uma ferramenta de análise a partir dos relatos dos respondentes envolvidos na pesquisa, os estudos de Iñiguez (2004) que tratam da Análise do Discurso foram adotados como referências. Considerando o discurso como uma prática social e levando em conta sua relação com a dimensão social, percebe-se que o componente discursivo da linguagem revela como a sociedade trata determinado tema, se revela e é representada por ela. É este contexto que fornece o quadro para a compreensão do que se enuncia e as circunstância que rodeiam palavra possibilitam a expansão das possibilidades de compreensão e interpretação das intenções dos respondentes. Segundo Iñiguez (2004) pode-se depreender que a tentativa de compreensão das intenções ou interpretação das falas de um respondente é inseparável do contexto em que foram produzidas. Apesar da garantia do anonimato dos respondentes, o depoimento oral implica a percepção de vestígios da vida profissional e/ou pessoal do respondente.

Neste sentido nesta pesquisa fazem-se presentes alguns elementos da Análise Crítica do Discurso descrita por Lupicínio Iñiguez (2004) que classifica o discurso enquanto prática social que é vista a partir de três dimensões:

- a) Discurso enquanto texto;
- b) Discurso como prática discursiva inserida em uma situação social concreta;
- c) Discurso enquanto exemplo de uma prática social que não só reflete identidades, práticas e relações como também as reconstrói e reconfigura.

Neste sentido a ACD tem o discurso com a função de integração nas três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social, onde há uma relação entre o discurso e a estrutura social. O discurso é uma prática que ajuda a constituir as relações sociais, as identidades sociais e o sistema de conhecimento e crenças. De acordo com a perspectiva de Fairclough (2003, p. 25), “os textos são partes dos eventos sociais e não simplesmente efeitos de estruturas linguísticas e ordem do discurso, mas são efeitos de outras estruturas sociais e de práticas sociais em todos os aspectos”. Isto corrobora a afirmação de que os entrevistados produzem seus relatos a partir de um *locus* idiossincrásico.

Na terceira dimensão encontra-se, no contexto da educação, o processo de consolidação da Lei Federal 12.711/2012 e suas modificações e desdobramentos na sociedade, não só acadêmica. Neste sentido não há um só discurso, qual seja das instituições, aqui representadas pelos seus gestores, mas também o discurso dos próprios beneficiados pela Lei de Cotas. Cabe ressaltar também que estes gestores estão passíveis de sofrer constrangimentos institucionais em função do cargo que ocupam, o que em muitas vezes pode acontecer. Desta feita as relações resultantes desta realidade podem influenciar as IES, as percepções de seus componentes e outras estruturas sociais como o mercado de trabalho e a vida em sociedade.

É admissível que os discursos dos gestores sofram mais influências da administração central da instituição do que os Turismólogos e estudantes concluintes. Este fato que pode ser descrito pelo princípio de intertextualidade presente no processo de análise do discurso, isto é, todo discurso está ancorado em outros discursos. Diferentes elementos da análise do discurso se destacaram nesta tese, tais como a postura dos respondentes face a questionamentos tais como: se possuíam conhecimento da lei, como se viam dentro da comunidade acadêmica, se já sofreram ou

presenciaram manifestações de racismo nas instituições, dentre outras. Os gestores sofrem também o constrangimento institucional pelo cargo que ocupam, pois nem sempre podem expressar suas próprias opiniões, o que não acontece com os Turismólogos e estudantes concluintes, que por sua vez são influenciados pelos seus pares a terem a dimensão da Lei de Cotas tão somente mero processo de acesso ao ensino superior e não como o resultado de uma luta histórica dos movimentos sociais negros.

É no confronto de informações provenientes de diferentes lugares, através dos relatos de sujeitos diversos, informantes pontuados por práticas sociais e experiências diversas, que se busca traçar um quadro do processo e consolidação da Lei Federal 12.711/2012, verificando as percepções dos professores, egressos e estudantes concluintes sobre a temática.

Neste sentido recorro a Bourdieu (1998), quando afirma que a violência simbólica se manifesta por meio de sistemas simbólicos legitimadores de certo tipo de dominação, de um grupo social sobre o outro, revelando assim o seu poder simbólico. Ainda segundo Bourdieu (2005) os métodos de dominação são confirmados por intermédio de forças sociais e normas de conduta que regem as relações sociais que se desenvolvem entre os indivíduos.

O recorte geográfico aplicado nesta tese é em nível regional, pois as IES envolvidas na pesquisa situam-se na região sudeste do Brasil. A análise dos desafios enfrentados para consolidar a Lei de Cotas apresenta aspectos que se entrelaçam e se influenciam: educação, turismo, relações étnico-raciais, racismo e ação afirmativa, possibilitando assim uma melhor compreensão deste fenômeno. O caráter didático-pedagógico desta relação deve dialogar com os compromissos acadêmico-profissionais do curso, fazendo com que a relação ensino-aprendizagem se transforme em um fator de crescimento pessoal, profissional e social dos estudantes propiciando assim sua permanência com sucesso na universidade, bem como a sua inserção no mercado formal de trabalho em área de atuação profissional compatível com a formação sua acadêmica.

A escolha por ter como locus de pesquisa o curso superior de Turismo é em função de estar na base da formação acadêmica deste pesquisador e ser o curso no qual trabalhou na UFRRJ. A escolha da UFMG e UFOP foi em função de estas instituições terem sido parceiras da UFRRJ no desenvolvimento do Programa de Extensão contemplado pelo PROEXT 2014 - Observatório

das Políticas de Democratização de Acesso e Permanência na Educação Superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – OPAA.

No processo de investigação, que tem a pesquisa de campo como um plano aberto e flexível, onde se focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada, foram utilizados análise de documentos institucionais, entrevistas, questionários e documentos que ilustrem o estudo. A “entrevista semiestruturada” mostrou-se um instrumento bastante promissor de coleta de dados, pois dá ao pesquisador liberdade na condução da entrevista, permitindo adequações, correções e esclarecimentos. Ela foi elaborada com perguntas deflagradoras para as falas dos participantes da pesquisa, seguindo o modelo de uma conversa entre iguais, e não um intercâmbio formal de perguntas e respostas. Deste modo foram entendidas como um recurso que permite observar diferentes formas de expressão do sujeito, as quais adquirem sentido para a sua interpretação. Também permite um aprofundamento de questões desveladas através de outras técnicas de coleta de dados e o uso de ferramentas da análise de discurso possibilita como nos confirma Orlandi (2009), ir além da interpretação dos objetos simbólicos que produzem sentidos, a compreensão destes objetos é sim o objetivo principal. A análise do material coletado foi feita à luz do suporte teórico descrito no decorrer da tese.

Ademais, foram utilizadas outras técnicas para obtenção dos dados, como questionários aplicados aos egressos, utilização do *snowball sampling*, que é uma técnica onde os participantes da pesquisa indicam ou convidam outros a participar. Normalmente é utilizada quando os participantes em potencial são difíceis de encontrar.

A atuação profissional na área de Turismo, em função de sua inserção social, principalmente em função da relação com as pessoas, enseja que pesquisemos como este profissional se sente e se posiciona perante uma sociedade como a brasileira, altamente estratificada e cuja principal marca é a exclusão social com base em preconceito étnico-racial. Entretanto as políticas de ação afirmativa, racialmente definidas e desempenhadas pelo governo, mesmo que de forma insipiente, cumprem um papel de corrigir as desigualdades acumuladas a partir da promoção da igualdade de oportunidades e tratamento, o que concorre para uma democracia de resultados trazendo efeitos imediatos, como assinalado por SISS (2011).

Concordando com Barreto e Siss (2012 p. 52), quando afirmam que há um círculo vicioso que combina pobreza, fracasso escolar e marginalização social, e estudar esta realidade cria

possibilidades de entender como a interpretação de uma política pública, via modalidade de acesso ao ensino superior, contribui ou não para o desenvolvimento deste círculo vicioso. Assim, a metodologia, as ferramentas e instrumentos utilizados buscaram contribuir para o entendimento do problema estudado nesta tese.

Conhecendo o lócus da pesquisa

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

A Universidade de Minas Gerais – UMG foi fundada em 07 de setembro de 1927, a partir da reunião das faculdades de Direito, Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia. Em 1949, a UMG, que era uma instituição privada apesar de receber subvenções estaduais, é federalizada. Com a federalização da instituição, tem início movimento para gratuidade do ensino público em 05 de janeiro de 1952, a gratuidade do ensino é estabelecida em todos os graus. (UFMG - <https://www.ufmg.br/90anos/historia-da-ufmg/>). Acessado em 18/01/2019

Atualmente a UFMG oferece 77 cursos de graduação e possui 80 programas de pós-graduação. O curso de bacharelado em Turismo é oferecido no campus Pampulha desde 2002 e é vinculado ao Departamento de Geografia, tendo como objetivo “a formação de profissionais aptos a lidar, de maneira competente e ética, com o planejamento, organização e gestão das atividades e/ou empreendimentos relacionados com o fenômeno 'turismo'”. (UFMG - <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2362/90306>) Acessado em 18/01/2019.

No tocante a sistemas de cotas em período anterior a 2012, um dos sistemas adotados pela instituição foi que a partir de 2009 passou a atribuir pontos adicionais aos candidatos procedentes de escolas públicas, conforme a Resolução nº 3 de 15/05/2008 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, política que ficou conhecida como “Política de bônus”.

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

A criação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP se deu em 1969 a partir da fusão das centenárias Escolas de Farmácia (1839) e de Minas (1876), sendo que a primeira é a mais antiga da América Latina na área farmacêutica e a segunda foi fundada pelo cientista Claude

Henri Gorceix, tendo sido a primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia.

A UFOP oferece hoje 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e quatro à distância. Na pós-graduação, são 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. (UFOP - <https://ufop.br/historia-da-ufop> Acessado em 18/01/2019).

O curso de Turismo é oferecido desde 1999 no *campus* Morro do Cruzeiro, tendo “como objetivo a formação de profissionais que tenham o domínio do significado e da importância do Turismo e da Hospitalidade, capacitando o profissional a desenvolver habilidades nas áreas de gestão do patrimônio e dos meios de hospedagem e, como empreendedor, contribuir para o crescimento da economia.” (UFOP - <https://www.escolha.ufop.br/cursos/turismo> Acessado em 18/01/2019).

Anteriormente à Lei de Cotas a instituição já adotava políticas de ação afirmativa de forma voluntária, tendo sido a segunda do estado de Minas Gerais com esta iniciativa, enquanto a primeira foi a UFJF. Por intermédio da Resolução nº 3.270 de 13/02/2008 do Conselho de Ensino e Pesquisa foi decidido que 30% das vagas em todos os cursos de graduação passariam a ser reservadas para candidatos oriundos de escolas públicas. (SANTOS, A., 2018)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

A história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) começa com a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv), criada em 20 de outubro de 1910 pelo Decreto 8.319. Inaugurada oficialmente em 1913, a Esamv funcionou por dois anos em Deodoro, bairro da Zona Norte do Rio, onde ficava seu campo de experimentação e prática agrícola. Fechada por falta de verbas, fundiu-se à Escola Agrícola da Bahia e à Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro e retomou suas atividades em março de 1916. Naquele mesmo ano, foi formada a primeira turma de engenheiros agrônomos, com apenas dois alunos. No ano seguinte, diplomaram-se os primeiros quatro médicos veterinários formados pela Escola. Em fevereiro de 1934, o Decreto 23.857 dividiu a Esamv em três instituições: Escola Nacional de Agronomia (ENA), Escola Nacional de Veterinária (ENV) e Escola Nacional de Química (ENQ). A ENA subordinava-se à extinta Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de

Produção Vegetal; e a ENV, ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura. A Escola Nacional de Química, transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, viria a se constituir na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – antiga Universidade do Brasil.

Em março de 1934, a ENA e a ENV tiveram regulamento comum aprovado e se tornaram estabelecimentos-padrão para o ensino agrônômico do país. Em 1938 a ENA passou a integrar o recém-criado Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), ao passo que a ENV subordinou-se diretamente ao ministro do Estado. A Universidade Rural foi fruto da reorganização do CNEPA em 1943, por intermédio da fusão da ENA e a ENV. Em 1963, a Universidade Rural passou a se chamar Universidade Federal Rural do Brasil, que era composta pelas: escolas nacionais de Agronomia e de Veterinária; as escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica e Educação Familiar; além dos cursos de nível médio dos colégios técnicos de Economia Doméstica e Agrícola (Escola Ildfonso Simões Lopes). Foi por intermédio da Lei Federal 4.759/1965 a instituição passou a se denominar Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Hoje a UFRRJ oferece 78 cursos de graduação e 37 programas de pós-graduação, sendo que o curso de Turismo é oferecido no *campus* Nova Iguaçu desde 2006, fruto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que teve como objetivo principal ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O curso de turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro deverá proporcionar condições para que os futuros profissionais desenvolvam sua capacidade crítica e reflexiva acerca do fenômeno turístico, em suas vertentes relacionados ao planejamento e desenvolvimento da atividade, gerenciamento e operacionalização das rotinas profissionais e compreensão das variantes sócio-culturais nela envolvidas. Deverá proporcionar também a sensibilização e capacitação para lidar de maneira criativa com essa diversidade não apenas fazendo com que deixe de ser uma dificuldade, mas sendo capaz de torná-la um potencial para a atividade turística, notadamente no caso brasileiro e fluminense. (<http://r1.ufrj.br/im/wp/cursos/graduacao/turismobacharelado/> acessado em 18/01/2019)

A instituição adotou até 1985 um sistema de cotas instituído na educação pública brasileira por intermédio da Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, mais conhecida como a “Lei do boi”. Esta lei assegurava reserva de vagas tanto no ensino médio quanto em instituições

superiores, sendo que 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidos pela União ficariam disponíveis para atender às demandas de alguns segmentos específicos da sociedade. Apesar da afirmação de que as vagas eram destinadas aos filhos de proprietários e não proprietários rurais, a sua aplicação gerou muita controvérsia quanto aos seus beneficiários.

As informações apresentadas nos quadros 12 e 13 são importantes para conhecimento dos sujeitos objetos desta pesquisa, bem como para entender a dinâmica e o lugar de fala de cada respondente. Em relação aos nove estudantes e turismólogos entrevistados, na análise deste pesquisador, apesar da autodeclaração de pertencimento étnico-racial ser de negro⁷², dois dos entrevistados não podem ser considerados como beneficiários desta política de ação afirmativa por não trazerem consigo as características fenotípicas que caracterizam o preconceito de marca. A discriminação por intermédio dos elementos fenotípicos, tais como formato do nariz, textura do cabelo, e principalmente cor de pele são fatores que condicionam ou impedem a mobilidade social dos afro-brasileiros (NOGUEIRA, 2007). Cabe ressaltar, que segundo este autor existem características que diferenciam o preconceito de marca (ex.: Brasil) e o preconceito de origem (ex.: EUA), que podem ser constatadas em publicação pertinente⁷³.

Quadro 12 – Distribuição dos sujeitos da pesquisa

	IFES A	IFES B	IFES C	TOTAL
Gestores/as	02	02	02	06
Estudantes e Turismólogos	03	03	03	09

Fonte – Elaboração própria

Quadro 13 – Perfil dos/as gestores/as entrevistados/as

Autodeclaração de cor	Instituição	Maior Titulação	Pseudônimo adotado na tese
Branca	IFES B	Mestrado	Manoel

⁷² Relembro aqui que a utilização desta terminologia tem como base a classificação étnico-racial do IBGE

⁷³ Nogueira, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem - Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: Tempo Social v.19, Junho 2007: 287–308.

Preta	IFES C	Doutorado	Ana
Branca	IFES A	Doutorado	Maria
Branca	IFES A	Doutorado	João
Branca	IFES C	Doutorado	Pedro
Branca	IFES B	Doutorado	Carla

Fonte – Elaboração própria

A opção por entrevistar os gestores se justifica em função dos mesmos representarem o modo de pensar e agir das IFES estudadas e pelo fato de estarem ligados à área que diretamente mais percebeu os reflexos da implantação da Lei de Cotas. O setor acadêmico é o responsável pelo processo seletivo dos candidatos, pela realização das matrículas, pela elaboração e desenvolvimento de políticas internas que visam a permanência com sucesso dos estudantes na universidade, dentre outras responsabilidades. Considero que as autodeclarações de pertencimento étnico-racial dos gestores, segundo a percepção deste pesquisador, são compatíveis com suas características fenotípicas .

Tendo em vista a importância da ética no processo de investigação e as dificuldades existentes para concretizá-la ao longo do processo de pesquisa, foram adotados procedimentos que resguardam a identidade dos sujeitos nela envolvidos, assim os pseudônimos adotados visam respeitar o gênero dos respondentes. Tendo como pano de fundo o Código de ética em pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc UFRRJ), todos os sujeitos desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE, cujo modelo se encontra nos anexos. Este termo além de explicar do que se trata a pesquisa e identificar o pesquisador e seu orientador, garante a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas.

Análise e interpretação dos dados empíricos

O campo de pesquisa, que aqui é apresentado, é composto pelos cursos de bacharelado em Turismo das Universidades Federal de Minas Gerais, Ouro Preto e Rural do Rio de Janeiro e os

sujeitos desta pesquisa são os gestores da área acadêmica, turismólogos afro-brasileiros e estudantes do 7º e 8º períodos. O contato com os sujeitos da pesquisa ocorreu primeiramente no primeiro semestre de 2017, quando foram entrevistados os gestores da área acadêmica das IES e no primeiro semestre de 2019 quando foram entrevistados os turismólogos e estudantes, que também responderam um questionário. O roteiro das entrevistas bem como o questionário se encontra nos apêndices.

As entrevistas buscaram traçar um panorama do conhecimento dos entrevistados sobre o tema desta pesquisa, bem como suas impressões e posicionamentos em relação às contribuições acadêmico/profissionais das instituições aos afro-brasileiros beneficiários pela “Lei de Cotas”. Diferentes justificativas podem ser apresentadas para a utilização das entrevistas semiestruturadas: o fato de sermos seres sociais ativos e de estarmos a todo o momento interferindo nos acontecimentos a nossa volta e a intersubjetividade são algumas delas.

O acesso aos gestores foi muito fácil, sendo que só a marcação de algumas entrevistas teve que sofrer pequenos ajustes em função das agendas profissionais. Todos foram prestimosos em se disponibilizar a participar da pesquisa e cada respondente recebeu o pesquisador no ambiente de trabalho em sua respectiva instituição. No caso dos turismólogos e estudantes a dificuldade foi grande em localizá-los, pois as IES não informam seus contatos a título de um sigilo não muito bem explicado, já com os estudantes foi mais fácil um pouco, apesar de terem surgidos pequenos problemas pontuais no que diz respeito a agendamento de datas. A técnica adotada para encontrar os turismólogos e estudantes, que apresentou resultados satisfatórios, foi o *snowball sampling*. Apesar da utilização desta técnica, uma instituição teve que ser excluída da pesquisa pelo fato da impossibilidade de contato com Turismólogos e/ou estudantes que aceitassem participar da pesquisa. Foram realizadas tentativas de contato por intermédio da coordenação de curso, via redes sociais, coletivos negros, DCE’s e CA’s todas com pouco ou quase nenhum resultado. Todas as instituições atenderam prontamente à solicitação de disponibilização de espaço para realização das entrevistas, como é apresentado no quadro 14.

Quadro 14 - Espaços de realização das entrevistas

Espaço	UFMG	UFOP	UFRRJ
Sala	Prédio do curso de Turismo,	Prédios dos cursos de Turismo e	Prédio administrativo do

	IGC, <i>campus</i> Pampulha	Escola de Minas, <i>campus</i> Ouro Preto	Instituto Multidisciplinar, <i>campus</i> Nova Iguaçu
--	-----------------------------	---	---

Fonte – elaboração do autor

Gestores da área acadêmica

Em função dos objetivos desta pesquisa apresento a seguir uma análise das entrevistas com os gestores da área acadêmica. Durante toda a tese as IES estudadas foram apresentadas e nomeadas em ordem alfabética, mas a partir de agora a ordem de apresentação é aleatória, justamente para resguardar o anonimato dos respondentes como já citado anteriormente e para tanto estes são identificados por pseudônimos escolhidos por este pesquisador. Cabe destacar que nenhum dos pesquisados quando da implantação da Lei de Cotas ocupava cargo administrativo na área acadêmica em suas universidades.

Para fins desta análise eles foram divididos em dois grupos, pró-reitores e coordenadores. Começando pelo grupo de pró-reitores na questão sobre a existência ou não de políticas de democratização de acesso à universidade em período anterior à Lei de Cotas, João da IES A e Carla da IES B informaram que suas instituições já ofereciam um “bônus” aos estudantes egressos de escolas públicas.

— Gestor João - Bom eu creio que aí a gente é bom a gente é, fazer um uma avaliação panorâmica porque são vários aspectos que se interligam é em alguma medida contraditórias, algumas medidas apontando uma mesma direção. É... no que diz respeito a... questão de de inclusão de pessoas através da lei é... a particularidade da instituição é que ela já adotava política afirmativa antes da lei [...] que era baseada no sistema de bônus em que pessoas que fossem egressas do ensino público aí com um detalhe, egressos do ensino público tendo cursado desde tendo cursado os quatro últimos anos fundamental e mais o ensino médio [...] receberiam bônus e dentre esses os que se autodeclarassem pretos, pardos e indígenas receberiam bônus adicional tá (

— (Gestora Carla)Então a instituição ela inicia com a discussão da escola pública né [...] então foi por aí que a gente iniciou então as primeiras discussões foi a questão assim olha temos que olhar para o aluno da escola pública [...] é, então foi por aí que iniciamos a discussão. Eu acho que era tímido ainda não era uma coisa num é **Ângela** [...]uhum [...] não era uma coisa extremamente é... significativa, extremamente grande, mas eu acho que foi um começo interessante que já deu uma marca [...] sim uma resolução CEPE que já que já vinha sendo discutida e aí foi só... eu acho que as coisas foram só se materializando

Interessante destacar que João enfatizou que a sua instituição implantou a legislação de cotas seguindo o aumento progressivo do percentual de beneficiados e isto causou uma redução no número de estudantes que ingressavam pelo sistema de “bônus” em relação ao número de estudantes que passou a entrar a partir de 2013.

— (Gestor João) - Então, é no momento em que a Lei de Cotas foi aplicada na instituição, ela foi aplicada de acordo com a lei com aquele esquema progressivo inicialmente, doze meio, vinte e cinco, trinta e sete. Inicialmente ela representou uma redução de pessoas de escola pública e que já tinha um plano antes que já foi descontinuado e que é com a Lei de Cotas a gente retomou os padrões que de percentual de pessoas de baixa renda, percentual de pessoas egressas de escola pública só quando a lei chegou no patamar definitivo

Esta constatação foi a mesma que chegou Santos, S (2015) como destacado abaixo:

[...] as universidades federais já vinham incorporando a ideia de implementar ações afirmativas para negros, indígenas, portadores de deficiência física, de escolas públicas, entre outros, mais ainda, se o STF já havia ratificado que o sistema de cotas raciais era não somente legítimo, mas também legal, ou seja, constitucional, por que aprovar uma lei que, em tese, limitara os sistema de cotas aos alunos de escolas públicas? (SANTOS, S. 2015, p. 86)

Já Pedro da IES C disse que desconhece algum tipo de política de democratização de acesso em sua instituição em período anterior à Lei de Cotas, mas sim um convênio entre a IES e algumas instituições de ensino específicas.

— (Gestor Pedro) - Olha, eu não tenho conhecimento de antes. A gente tinha o vestibular, a entrada pra todos os cursos é nós já... normalmente nós já tivemos aqui na universidade por muitos anos não era bem, era uma seleção separada do vestibular mais geral da universidade pra os cursos inclusive o curso que eu fiz, inclusive se não tivesse existido esse programa na década de oitenta e noventa provavelmente eu não teria vindo pra universidade [...] que era um convênio da nossa universidade com as antigas escolas ... [...] então nós tínhamos um convênio da nossa universidade que aplicava o vestibular, mais um vestibular isolado específico...

Ele também entende que a instituição do sistema de cotas pelo governo, pois várias universidades federais já vinham adotando ação afirmativa para estudantes negros, deficientes, indígenas e oriundos de escola pública, foi como um freio nos processos que vinham sendo

desenvolvidos nas IES. Neste caso entendo que esta determinação do governo, apesar de trazer em seu bojo uma reivindicação antiga dos movimentos negros corrobora o que diz Dye (1972, p. 2) “política pública é o que o governo decide ou não fazer, ou seja, como foi neste caso, de cima para baixo”.

Com relação ao *modus operandi* da interpretação da Lei de Cotas nas IES estudadas, somente a UFRRJ foi a única dentre as IES’s pesquisadas que aplicou logo de início o percentual máximo (50%) de vagas para os beneficiados pela lei. Em nenhuma delas houve algum tipo de preparação para receber os estudantes cotistas, quer seja com os docentes, discentes ou técnicos administrativos, como pode ser constatado nas falas dos gestores que segue:

— (Gestor João) - [...] isso foi antes deu entrar como pró-reitor né foi dois mil eu entrei como pró-reitor em dois mil e quatorze, é a primeira aplicação foi dois mil e treze, então é eu não sei exatos os detalhes de como que tava correndo a discussão na época mais o pessoal sabia que na realidade ia reduzir a proporção de estudantes com características de vulnerabilidade social e econômica então não fazia tanto sentido fazer uma mobilização de caráter diferente para preparar pra uma maior presença de pessoas em condição socioeconômica vulnerável não teriam a menor presença

—Entrevistador (Ricardo): E em função dessa característica foi tudo naturalmente acontecendo, não houve necessidade de preparação

— Entrevistada (Carla) - Não, eu acho assim ninguém nunca pensou nisso sabe. Ninguém nunca pensou ah agora eu vou receber um aluno cotista, essa palavra não se fala aqui

— Entrevistador (Ricardo): Então em função disso houve você percebeu alguma alguma medida, alguma política da universidade pra envolver os professores nessa discussão?

— Entrevistado (Pedro): Não, naquele momento não. Era que tipo assim, o pensamento era as pessoas que já estão aqui eleitas é que estão não foi feito nenhum por exemplo, um nível de audiências públicas.

Em todas estas instituições os cotistas eram e são ignorados quanto às suas possíveis deficiências acadêmicas, não havendo nenhum tipo de acompanhamento específico. Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes, o plano nacional de assistência estudantil (PNAES) apoia a contribui para a permanência com sucesso de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES’s, prevendo a oferta de assistência nas seguintes modalidades: Moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Em todas as IES's os gestores informaram que o perfil dos estudantes vem mudando ao longo do tempo, eles estão mais críticos, com um nível de informação cada vez maior, muito por influência das redes sociais e pela facilidade e rapidez de difusão de informações. Esse dado pode ser comprovado pelo número de denúncias sobre fraude, ou “burla acadêmica” no sistema de cotas para acesso a universidade, o que justifica cada vez mais a necessidade do funcionamento das comissões de avaliação presencial para validação da Autodeclaração Étnico-racial, mais conhecida com comissões de heteroidentificação. Em consonância com esta percepção a fala de um dos gestores em afirmar que não houve repercussões no corpo discente em função do processo de interpretação da Lei de Cotas. Joao da IES declarou-se surpreso com a repercussão junto aos discentes, pois não houve nenhuma manifestação contundente por parte dos alunos, muito pelo fato dos docentes mais antigos se colocarem a favor das cotas.

— Entrevistado (João): sim, sim. O corpo discente eu fiquei favoravelmente surpreendido tanto que eu esperava é assim dada a... dada o debate público que acontecia lá em dois mil e treze, dois mil e quatorze, esperava que tivesse uma divisão que tivesse gente manifestando é assim é... contundentemente contra as cotas e isso não aconteceu. É... o que aparece publicamente, o que aparece como majoritário é uma defesa das cotas assim todos os professores antigos são unânimes em colocar a questão das cotas como importante etc

No tocante ao acompanhamento dos egressos todos foram unanimes em declarar que suas instituições não cumprem o que é preconizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES/2004, qual seja, como proposto pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) acompanhar os egressos mensurando e avaliando os resultados da atividades desenvolvidas pela instituição no que concerne aos seus objetivos principais: ensino, pesquisa e extensão. As justificativas pelo não acompanhamento dos egressos passam pela falta de material humano para realizar este acompanhamento, deficiência e/ou falta de um sistema operacional que faça este gerenciamento, desinteresse por parte dos egressos. Entendo que mais preocupante do que estas justificativas, está o fato das IES's ainda não terem criado mecanismos que fidelizem estes egressos, facilitando assim o seu acompanhamento. É interessante destacar que Carla da IES B informou, que apesar de dificuldade do contato com os egressos em sua instituição é mais comum tratarem os egressos por ex-alunos, pois para eles a utilização do termo egresso cria a ideia de quando o curso acaba, acaba-se também o vínculo com a universidade.

— Entrevstado (João): é... o nosso trabalho com egressos é o mínimo sistemático do que a gente gostaria. É... a gente procura é no momento que os estudantes estão se formando é... sinalizar pra eles a importância deles manterem o vínculo com a instituição então é... aí eles podem se inscrever um cadastro de egressos e continuar recebendo comunicados da instituição etc

— Entrevistador (Ricardo):uhum

— Entrevstado (João): uma parcela efetivamente é que mantém esse time é voluntário

Entrevistador (Ricardo):uhum

— Entrevstado (João): então na realidade a gente acaba perdendo contato com uma boa parcela dos estudantes é...aí nosso cadastro hoje de estudantes egressos isso a gente já tem a muito tempo tá não é de hoje não então a gente deve ter um cadastro talvez de oitenta, noventa mil egressos, mais é assim desde gente formada na década de sessenta setenta até os formandos de hoje. Assim, a proporção das pessoas que a gente mantém contato numa turma específica não é tão grande, tem esse número grande porque acumulou ao longo de décadas

— Entrevstado (Pedro):então a gente tem aqui sim, nós temos na...

aqui na PROGRAD nós temos uma seção ali pedagógica que é coordenada muito pela Áurea que a gente tá fazendo não temos ainda concluído inclusive o nosso reitor tem apontado que a gente precisa ter é um espelho muito bem nítido dessa questão da evasão, da diplomação né e existe tem que ser um trabalho em conjunto também com o planejamento da universidade pra gente ter esses números é... mais reais na universidade e temos estudos mais que ainda estão em andamento

— Entrevstada (Carla): nessa gestão atual né e uma das coisas que nós, até eu mesmo acabei de conversar com um grupo de alunos do curso de engenharia civil e falei pra eles olha vocês podem ajudar muito eles né, os alunos podem ajudar muito a gente a fazer esse intercâmbio com os egressos porque... e por incrível que pareça quando a **Ângela** fala assim, a universidade tem caminhos difíceis de alcançar o egresso e a gente fala a república é muito forte, a república consegue trazer o egresso

— Entrevstada (Carla):então pelo menos aqui na instituição os alunos eles têm uma força muito grande. Os ex alunos tem uma força enorme então nós não chamamos de egressos, nós chamamos de ex alunos

Por fim, houve unanimidade em afirmar que com a adoção do Sistema de Seleção Unificada - SISU⁷⁴ ocorreu uma elevação no percentual de estudantes evadidos nos primeiros períodos.

— Entrevstada (Carla):é a realidade que nós estamos sentindo na instituição é igual a todo lugar, nós temos hoje em função do SISU um número muito alto de alunos se evadindo né em função da possibilidade de escolha deles pra outros lugares, de curso pra curso, isso é real né

⁷⁴ É um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Continuando nas análises, no grupo de coordenadores, que pelo seu contato direto e diuturno com os estudantes remete a uma maior convivência e conhecimento dos mesmos. Quando perguntados quanto ao nível de conhecimento sobre a Lei de Cotas Maria da IES A informou ter pouco conhecimento da lei e que não estava na instituição em 2012, mesmo assim nunca foi informada ou orientada pela instituição sobre a lei. Manoel da IES já era docente do curso de Turismo em 2012, mas no momento não estava na coordenação do curso e também conhece pouco da legislação, atribuindo à pró-reitoria de graduação a incumbência de conhecê-la. Ele ainda afirma que a instituição não ofereceu nenhuma informação ou preparação sobre a Lei de Cotas e que a partir do momento desta entrevista iria buscar mais informações a respeito. Ana, da IES C, conhece bem a lei, estava instituição no momento de sua implantação atuando somente com docente, além de ter o diferencial de ser a única entrevistada dos gestores que se declarou preta.

— Entrevistador (Ricardo): E você conhece essa Lei 12.711, essa que trata das questões das cotas?

— Entrevistada (Maria): muito pouco pra ser bem sincera, muito pouco. Nunca parei pra poder ler a lei, acompanho algumas discussões, mas não conheço nada em profundidade.

— Entrevistado (Manoel): eu não conheço assim de manuseá-la costumeiramente até porque no caso da universidade esse seria do ponto de vista legal uma incumbência das pró-reitorias de graduação.

— Entrevistada (Ana): bem, é... a Lei de Cotas surge acho que mais como uma compensatória né no meu entendimento né. É... diante dos dados estatísticos a gente tem né concretamente a certeza do número de negros né, pessoas de outras etnias né que tem dificuldade de acesso a universidade né, de maior qualificação profissional. Apesar existe uma discussão com ensino de uma pesquisa da UERJ que fala assim que a pobreza era é negra. Eu tenho alguns amigos que acham que não que a pobreza não é só negra, é branca né, mais que mesmo hoje a gente tem uma grande percentual de pobres brancos né, considerável, a gente sabe do ponto de vista da qualificação profissional né é... que os negros estão muito aquém assim do acesso a universidade. Só um instantinho, pode desligar só um pouquinho? PAUSA. E aí na verdade eu acho que isso atende a uma realidade que tá dentro de dados estatísticos né de que é um percentual até por mais que possa falar que hoje tem negro com maior ascendência econômica, a gente sabe que pra recuperar né o número de percentual de negros né com formação dentro do mercado de trabalho mais qualificado existe um processo de aceleração né, entendo que isso a aceleração pode diminuir cada vez mais o número de negros dentro né da universidade pra que ele tenha melhor qualificação e consiga ter um percentual mais (incompreensível) no mercado de trabalho em cargos mais

qualificados, então entendo isso como um processo de é que a primeira vez de discussão sobre essas cotas ainda não aprovadas, eu trabalhava numa universidade em Petrópolis tinha uma juíza que dava aula nessa universidade e essa juíza é de Petrópolis, loura bem ariana e eu nunca esqueço quando ela falou, depois que ela falou isso pra mim nem nem precisei ficar pesquisando o que seriam as cotas. Ela falou que era uma obrigação do Estado né essa juíza ariana, é... defender as cotas, oficializar as cotas porque assim a escravidão ela instituída por lei né, ela é oficializada não era ah eu não gosto de negro vou ser escravizada então deveria oficializar uma lei que de alguma forma né beneficiasse o negro na sua inclusão social, então ela é uma defensora porque a escravidão foi instituída por lei e deveria agora ter alguma né tipo de lei também que beneficiasse né o negro dentro duma compensação desse processo histórico que ele teve né e... então eu acho que a cota ele tem um processo de seleção de inserção, cada vez maior número de negros na universidade como a graduação e em outros níveis para que tenha maior né. É isso que eu entendo um pouco da Lei de Cotas né.

No que concerne ao acompanhamento dos egressos, que deveria ser uma constante nas funções da coordenação de curso, tendo em vista que é este setor, que em conjunto com o colegiado do curso, toma a iniciativa de proceder as mudanças necessárias no PPC visando sempre a melhor formação profissional de seus egressos, a ligação com os preceitos estabelecidos pela IES e principalmente a conexão com o momento político, social, financeiro, tecnológico e cultural da sociedade onde o curso está inserido. Maria da IES A informou que em sua instituição ela desconhece qualquer sistema de acompanhamento de egresso, mas há uma pesquisa de avaliação de satisfação e percepção dos estudantes sobre o curso. Apesar disto, há ex-alunos que continuam com vínculo ao curso e participam de diferentes atividades junto com o corpo discente, entre elas seminários, palestras sobre inserção no mercado de trabalho.

— Entrevistada (Maria):então deveríamos ter né pra poder principalmente saber quando depois da formação o que que eles vão no mercado de trabalho, mais a gente não tem isso ainda. A gente faz um, faz pesquisas acompanhando a percepção dos alunos durante o curso.

— Entrevistador (Ricardo):hum tá

— Entrevistada (Maria):então a gente tem essas pesquisas de avaliação, avaliação de satisfação, como é que os alunos tão achando percebendo o curso, mais a gente não tem ainda nenhuma pesquisa sobre o que que foi feito deles depois que eles ingressaram no mercado de trabalho.

— Entrevistador (Ricardo):uhum.

— Entrevistada (Maria):a gente sabe, não existe uma pesquisa formal, mas a gente sabe tem muitas informações porque chegam essas informações né, muitos alunos ainda continuam parceiros aqui, todo ano a gente faz uma semana nacional

é... a semana eu tô confundindo com (incompreensível), toda todo o ano a gente faz uma semana de turismo aqui no (...) e nessa semana de turismo a gente sempre convida ex alunos pra poder falar sobre a inserção deles no mercado de trabalho então sempre vem ex alunos pra poder contar os relatos né então assim, a gente sabe tem que tem aluno hoje com atuação profissional até no exterior né, inclusive como professores, como docentes no exterior.

O mesmo acontece na instituição do Manoel, gestor da IES B, onde o acompanhamento de egressos é falho. Foi informado que havia um projeto de extensão desenvolvido por um professor que se aposentou e que tinha como foco trazer quinzenalmente um ex-aluno para uma palestra sobre inserção no mercado de trabalho.

— Entrevistada (Manoel):tem, indiretamente sim, porque eu digo indiretamente? Não é uma coisa assim, hoje mesmo falamos disso. Nós tivemos uma reunião debatendo isso porque como nós estamos num momento agora de definir é... projeto pedagógico, matriz curricular, a gente tá se munindo de vários todos os elementos possíveis e como nós percebemos que há uma preocupação muito grande em torno do é de desistência, de alunos que que querem migrar pra outros cursos então a gente sente a necessidade de trazer elementos que fortaleçam a permanência e a e que atraia alunos para o turismo porque isso é importante. A gente existe porque o aluno existe senão a gente não taria aqui.

Ana, da IES C, não foi muito clara em sua resposta, mas informou que há um projeto liderado por uma docente do curso que está mapeando a situação dos egressos do curso, visando subsidiar o curso de informações para reformulação do PPC.

— Entrevistada (Ana):olha agora... é por causa de uma pesquisa da professora [,,] né que com os alunos a gente tá fazendo um perfil de egressos né mais não é assim, é um projeto da coordenação sim mais a professora [...] está auxiliando e dando informações inda mais agora que a gente tá fazendo revendo o PPC pra dar informação **pra custa do** PPC né por causa de uma pesquisa dela.

Vamos encontrar em Bourdieu (2015) que as dificuldades em acessar o mercado de trabalho após o término do curso superior, as vezes acontece em consequência de uma desconexão do PPC com a sociedade, ...

(...) e na medida em que a definição da identidade social tende a ser feita, de forma cada vez mais completa, pela instituição escolar; e mais total, na média em que uma parte cada vez maior de postos no mercado de trabalho está reservada, por direito, e ocupada, de fato, pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma (o que explicita que fracasso escolar seja vivido,

cada vez mais acentuadamente, como uma catástrofe, até nos meios populares). Assim, a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como engodo, fonte de uma imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, ao horizonte, que recua na medida em que se avança em sua direção. (BOURDIEU, 2015, p. 248)

Outro fator importante para que a atenção a ser dispensada aos egressos seja urgente, é que a Lei de 13.409/2016 que modificou a lei 12.711/2012 traz em seu texto que a mesma será avaliada ao final de 10 anos de sua promulgação, assim em 2026 ela será revista e para tal é primordial que as IES's façam o seu papel de acompanhar os egressos, pois sem eles não há como avaliar a eficácia ou não desta política pública de ação afirmativa. Um dos pontos mais fortes e importantes no processo de consolidação de uma política pública é o momento da avaliação desta, que pode se dar em diferentes viesses, mas no caso da política de cotas entendo que o melhor caminho para a avaliação desta política pública seja a combinação dos diferentes tipos de avaliação, como apresentado por Brancalion et al (2015 p.6): avaliação de esforços, de desempenho, de processos, de eficiência, de adequação de desempenho e por fim avaliação política.

Cabe ressaltar que os NEAB's e NEABI's espalhados pelas cinco regiões do país e com atuação em várias IFES's, podem desempenhar um papel importante auxiliando e estreitando o relacionamento dos egressos com a universidade, ajudando assim o processo de avaliação desta política pública. Neste sentido foi perguntado aos coordenadores sobre seu conhecimento da existência e atuação dos núcleos em suas instituições e dois deles responderam desconhecer a existência destes núcleos de estudos, sendo que somente um(a) tem conhecimento e que vez por outra atua como docente em cursos oferecidos pelo núcleo.

— Entrevistada (Manoel): mais diretamente não. Diretamente não. A gente as vezes quando a gente tá em uma reunião ou outra, eu participo de vários conselhos e tal, sempre se toca em alguma coisa, mais pra você ter ideia eu nunca tinha escutado antes de você falar, eu tô sendo sincero né

Entendendo que o perfil étnico-racial de um docente pode influenciar a sua prática pedagógica, pois seus valores pessoais construídos a partir de sua experiência de vida, são indissociáveis desta prática. Em duas das instituições os respondentes informaram não ter nenhum docente específico do curso que seja preto(a), já na terceira a informação foi positiva. É

interessante verificar que nas mesmas duas IES que não têm docentes pretos, os respondentes declararam desconhecer a existência de um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na instituição e mais uma vez a única que tem docentes pretos manifestou conhecimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros em sua instituição.

— Entrevistador (Ricardo):você não têm nenhum professor negro?

— Entrevistada (Maria):no turismo não. A gente tá dentro do departamento de geografia né, eu não conheço todos os professores da geografia, não sei se na geografia tem, mais no turismo não. Não tem e então assim é... isso me chamou atenção porque tava bem escancarado né, cadê o professor negro então você via que tinha, mais é os alunos de turismo de modo geral eles não são porque meu marido é professor do curso de sociologia, a sociologia é tensão, é a questão racial e a questão é... da liberdade de escolha, de né

— Entrevistada (Manoel):é que se declarem... tô tentando lembrar (incompreensível). Não, não que eu me eu digo não porque eu tô tentando lembrar aqui, mais não. Não declaradamente, mas...

A despeito de que os dois colegiados que não têm docentes pretos tenham envolvimento com as questões étnico-raciais, isto não é fator impeditivos para que em seus PPC's esta discussão não seja contemplada.

Cabe destacar, que com o intuito de melhor qualificar a visão das instituições sobre o tema, apresento a fala de um/a gestor/a que no período da entrevista tinha deixado a função havia pouco tempo e que viveu todo o processo de consolidação da Lei de Cotas em sua instituição. Este discurso não inviabiliza o exposto pelo/a pró-reitor/a que foi entrevistado, mas sim traz uma visão diferente do momento.

Perguntado(a) sobre a importância da política de ação afirmativa e especificamente sobre a Lei Federal 12.711/2012 respondeu ser um bom instrumento de inclusão social e que possibilita a uma parcela da população acesso a instituições de ensino superior públicas, mas que não deve ficar só nisto. Neste ponto há a concordância com os teóricos abordados nesta tese, a exemplo do que defende Gomes, N. (2005) quando diz que as políticas de ação afirmativa não devem se restringir à iniciativa pública, mas também à privada.

Estando na instituição desde 2008 participou como gestor(a) da recepção aos primeiros beneficiados desta PAA em 2013.

No tocante a políticas de acesso em período anterior à Lei de Cotas, informou que a instituição já praticava a concessão de bônus para estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escola pública, mas que mesmo assim não houve por parte da instituição nenhuma preparação com os docentes, discentes e técnicos para o recebimento destes estudantes cotistas. Foi destacado o empenho dos técnicos no exercício de suas funções, bem como a atuação de alguns professores/as ligados/as a grupos de pesquisas sobre a temática, o que possibilitou ao gestor participar de fóruns de discussão sobre a temática e implementar a oferta de disciplinas obrigatórias na Licenciatura sobre Cultura Africana e Afro-brasileira, apesar disto entende que a discussão avançou pouco na universidade, muito por falta de “pernas” por parte da gestão da instituição. Neste momento aproveitou para informar que foi criada uma comissão para acompanhamento dos cotistas, que apesar de criada pouco atuou.

Perguntado sobre se a universidade tinha algum projeto ou atividade voltada para o acompanhamento dos/as Egressos/as, como preconiza o SINAES, foi respondido que esta foi uma das metas não atingida. Uma das justificativas para o não atingimento desta meta foi o problema que a instituição tem com a estrutura tecnológica que é deficitária. Esta resposta pode sinalizar que a instituição além de não cumprir a determinação do SINAES, também não está cumprindo o seu processo de avaliação exigido na avaliação do acompanhamento dos egressos nos relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA

Sobre a disponibilidade de verba para atendimento específico aos estudantes cotistas, informou que a universidade não destacou nada específico para este segmento, até mesmo em função do contingenciamento de verbas que começou em 2013.

Sobre a questão de a instituição constituir a sua comissão de heteroidentificação, informou não ter opinião formada, mas citou que em sua gestão houve um processo movido por uma aluna da graduação pelo fato dos seus colegas questionarem por ela ter entrado na universidade por intermédio das cotas e seu fenótipo não justificar o direito a aquela PAA.

Por fim informou que estava elaborando material relativo ao ingresso dos beneficiados pela Lei Federal 12.711/2012 e aproveitou para destacar que mais de sessenta por cento dos estudantes matriculados/as na instituição são mulheres.

Egressos/estudantes

Esta etapa da pesquisa deveria ter sido composta pelos nove respondentes divididos entre egressos e estudantes concluintes das três instituições, mas no dia da entrevista um dos egressos informou que tinha acessado a universidade antes do ano de 2012. Em função deste fato teve que ser excluído a bem do rigor acadêmico da pesquisa, que tem seu foco nos afro-brasileiros que acessaram a universidade por intermédio da Lei Federal 12.711 de 29 de agosto de 2012, não tendo sido substituído em função da escassez de tempo.

No desenvolvimento da pesquisa foram tomados como referência três respondentes de cada IES, pois entrevistar somente um não seria uma amostra representativa do universo de pesquisa, dois poderiam gerar uma polarização das percepções, assim optou-se por três, além de ser um meio termo, é um número que facilita a interpretação dos dados, além de possibilitar um melhor aproveitamento das falas, buscando entender os diferentes pontos de vistas.

É no confronto de informações que se originam em diferentes lugares, por intermédio dos relatos de sujeitos diversos e diferentes, informantes pontuados por práticas sociais e experiências diversas, que se busca traçar um quadro referente à identificação de quais foram os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das universidades em estudo para consolidação da lei cotas. A opção numérica da amostra está amparada em Fraser e Gondim (2004),

Em pesquisas qualitativas, o fundamental é que a seleção seja feita de forma que consiga ampliar a compreensão do tema e explorar as variadas representações sobre determinado objeto de estudo. O critério mais importante a ser considerado neste processo de escolha não é numérico, já que a finalidade não é apenas quantificar opiniões e sim explorar e compreender os diferentes pontos de vista que se encontram demarcados em um contexto. (FRASER E GONDIM, 2004, p. 17)

De acordo com Fraser e Gondim (2004), algumas das várias vantagens de uma entrevista referem-se ao fato dela favorecer a capacidade de inter-relacionamento entre o pesquisador e o entrevistado, permitindo assim, por meio de trocas verbais e não verbais, uma maior compreensão da opinião de pessoas sobre situações sociais e vivências pessoais. Outra vantagem é o fato do entrevistado ter um papel ativo na construção da interpretação do entrevistador, já que é concedido pelo segundo ao primeiro a oportunidade de legitimar a entrevista. No que diz respeito ao número de entrevistas necessárias em uma pesquisa, Fraser e Gondim (2004, p. 147)

defendem que “o que importa não são quantos foram entrevistados, mas se os entrevistados foram capazes de trazer conteúdos significativos para a compreensão do tema em questão”.

Marconi e Lakatos (1999, p.33) apresentam que “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queria confirmar, e ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato”.

Da mesma forma que foi feito na análise das entrevistas com os gestores, o anonimato dos egressos/estudantes também vai ser respeitado, assim eles tiveram seus nomes verdadeiros substituídos por pseudônimos.

Este grupo além de participar das entrevistas respondeu também a um questionário que teve a função de ajudar a conhecer um pouco do perfil dos respondentes. Dentre os entrevistados, de um total de oito, tinham quatro mulheres e quatro homens, respeitando assim uma pluralidade de olhares.

Tendo em vista o problema que esta tese deseja responder, foi perguntado aos estudantes e Turismólogos sobre as dificuldades para permanecer na universidade as respostas foram muito diferentes:

Renata da IES B, que se autodeclarou parda, destacou não ter tido dificuldades para se manter na universidade em função da ajuda da família,

— Entrevistada Renata: na verdade não porque eu sou daqui e tudo que eu precisava eu achava muito mais fácil porque eu tive muito amigo que não era daqui então eu via eles passando mais dificuldade do que eu então eu achei que se eu fosse reclamar eu olhava muito assim, mais eu tô reclamando de barriga cheia porque eu tinha tudo aqui, a “xxx” era na minha cidade, meu pai, minha mãe, tudo que eu precisava era muito mais fácil de conseguir do que outras pessoas por exemplo

Patrícia da IES A, autodeclarada preta, informou que a dificuldade estava em ela se ver em um meio tão diferente do seu de origem

— Entrevistada Fernanda: pra mim foi eu mesma na verdade porque a gente entra no curso, o curso de turismo na época que eu entrei aqui na UFMG você pensa assim, ah a UFMG já é muito elitista, meu curso era mais elitista ainda, eu sei que na época... agora com o SISU eu não sei como é que tá mais na época que eu entrei era vestibular ainda então da minha turma assim de trinta pessoas vinte já tinha viajado para o exterior, não sei quantos eram bilíngues não sei o que e isso assusta a gente. Quando a gente vai procurar estágio chega no sexto período tinha

estágio obrigatório e eu não encontrava tinha lá pré-requisito que parecia mais cargo coisa de emprego aí eu olhava e falava assim, eu não vou conseguir nada porque compara quem tá aqui do meu lado quem tava estudando no exterior fez não sei quantos intercâmbios... tinha uma menina da minha turma que acho que ela fez três intercâmbios durante a faculdade

Clara da IES C, que curiosamente informou ser filha de pai e mãe brancos, e Regina da IES B, autodeclaradas pretas, informaram que a maior dificuldade para se manterem na universidade foi a financeira, como pode ser visto em suas declarações,

— Entrevistada Clara: acho que financeiro porque na minha casa só meu pai que trabalha e meu pai não tem muita... não tem como me ajudar assim pra eu poder me manter na universidade. O fato de morar perto até me ajudou porque passei os quatro anos da graduação indo e voltando a pé

—Entrevistada Regina: bom, primeiro problemas psicológicos né porque primeiro que tipo assim é outro mundo, você tá junto com outras pessoas de vários né meios assim então sempre tem aquela pessoa ali né que não bate com você [risos], aí a gente fica né meio assim então o primeiro foi psicológico, depois um pouco de questão financeira porque é... eu entrei na universidade, mais eu não entrei com bolsa né, eu entrei só a partir de cota racial mesmo então assim, eu não consegui bolsa permanência, nada disso então é... a única vantagem minha é que eu moro aqui na cidade então assim, facilita um pouco pra mim se eu morasse em um outro lugar aí ficava mais difícil, mais mesmo assim né é... dificulta um pouco só que aí dentro da universidade mesmo tem vários projetos de você conseguir bolsas então eu acabei entrando em um né, o projeto chama Casa de Hóspedes da XXX aqui, aí a gente trabalha lá, eu tenho que cumprir vinte por semana aí eu cumprindo vinte horas por semana eu ganho uma bolsa, aí já facilitou pro meu lado

Márcia da IES A, autodeclarada preta, informou que uma das dificuldades foi o fato da universidade ser muito elitista e ainda com poucos pretos, como pode ser constatado em sua fala,

— Entrevistada Márcia: sim, sim eu tive no segundo semestre e... quando eu tava indo pro quarto que foi que mais pesou pra mim porque até então igual em falei pra você quando eu entrei na UFMG ainda tava na transição então eu tive a última etapa, então era a primeira etapa através do ENEM e a segunda era vestibular então é... eu peguei a última fase do vestibular, foi o último vestibular em dois mil e treze barra dois, aí eu entrei e tal só que quando fui entrar aí todo mundo então tinha pouca participação dos negros aqui então ainda era mais elitizado, hoje já está mais misturadinho assim [risos]

Ronaldo e Carlos, ambos da IES C e Miguel da IES B, autodeclarados pardos e preto respectivamente, diferentes dos demais informaram que seus problemas de permanência na universidade foram em função da idade e pelo fato de terem que conciliar trabalho e estudo,

— Entrevistado Ronaldo: durante o curso acho que a questão da minha idade e essa cobrança do mercado de trabalho referente a minha idade, eu já tinha trinta e três anos, tinham alunos que tinham dezesseis anos na minha turma então eu era na maioria das vezes quando o professor utilizava algum exemplo todos olhavam pra mim porque era compatível né ao meu conhecimento né [risos], então assim mais eu não falo nem só referente a minha idade mais a cobrança que tinha para com o mercado de trabalho. Eu tinha que me sustentar, eu morava sozinho né então eu tinha que trabalhar então trabalhar e estudar pra mim foi um grande desafio, eu falava pra todo mundo gente se vocês tem a oportunidade de estarem em casa e de serem amparados ou por pai ou por mãe, estude porque acho que só depois que eles vão entender, ver o peso disso né porque é muito difícil trabalhar e estudar. Eu não tinha tempo, eu saía de casa as sete horas da manhã ou antes disso e as vezes vinha direto pra cá então assim eu tinha que firmar toda aquela tensão da sala de aula porque eu não tinha mais tempo de estudar em casa, chegar em casa era pra descansar e dormir pro dia seguinte continuar e seguir a mesma coisa

— Entrevistado Carlos: é eu sou militar né então eu não tenho um cronograma de trabalho que as pessoas comuns tem de trabalhar de segunda a sexta, eu trabalho pro Estado então assim é... depende muito da flexibilidade tanto do meu chefe quanto dos professores né porque as vezes a gente falta as aulas além do que deveria falta carga horária e também as vezes eu dependo de uma liberação pra assistir uma aula específica, fazer uma prova então esses quatros anos dependeu muito de conversa tanto aqui na universidade quanto no trabalho

— Entrevistado Miguel: é... uma coisa que observei, a primeira coisa que observei foi que quando a gente entra a cota é um facilitador né, ela te favorece na média de notas então você consegue entrar só que durante o curso a competição entre os alunos é a mesma pro aluno branco e pro aluno negro então você tem que se esforçar e eu que tive uma educação precária de escola pública e muitos anos sem estudar tive que me esforçar dobrado né além de trabalhar, eu trabalhava a noite e estudava a tarde né aí eu tinha que estudar de madrugada e de manhã. Eu acho que a grande dificuldade foi essa de correr atrás do prejuízo pra começar a dar conta de acompanhar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese traz elementos de estudo a partir do lugar de fala das IES's, aqui representadas por seus gestores, egressos ex-cotistas e estudantes concluintes sobre como se deu o processo de consolidação da Lei de Cotas em suas instituições. É no processo de avaliação desta política que novos caminhos podem ser traçados na busca do efetivo sucesso de sua implantação. A alteração temporária do processo de acesso de pretos e pardos a universidade e a sua permanência com sucesso são hoje objetos de estudo de vários pesquisadores. Isso indica a relevância desta temática. A Lei 12.711/2012 tem um caráter pedagógico, quando mostra à sociedade que a situações como a da afroconveniência está fraudando não só a política de cotas, mas uma política pública nacional, assim as bancas de heteroidentificação cumprem um papel de efetivação de política pública e não atuam como um tribunal racial.

O problema que norteou esta pesquisa foi saber se dentro do contexto das políticas de ação afirmativa, Lei Federal 12.711/2012, podemos identificar quais foram os desafios enfrentados pelos cursos de Turismo das Universidades Federal de Minas Gerais (UFMG), de Ouro Preto (UFOP) e Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no processo de consolidação da Lei de Cotas?

Para dar respostas ao problema desta pesquisa foram construídas as seguintes questões de estudo que fornecem sustentação teórica a esta tese e que estão intrinsecamente ligadas ao tema, quais sejam:

- a) Quais são as relações existentes entre Turismo, Educação e relações étnico-raciais?
- b) O que são políticas públicas de ação afirmativa?
- c) Como se dá o processo de consolidação das políticas públicas?
- d) As universidades que integram o recorte amostral desta pesquisa possuem políticas institucionais efetivas de acompanhamento profissional de seus egressos?
- e) Quais são as categorias de avaliação de políticas públicas são intervenientes no processo de avaliação da política pública em tela?

O processo de investigação teve início com o levantamento bibliográfico importante para a temática desta tese acerca dos conceitos de Turismo, formação acadêmica na área, ação afirmativa, relações étnico-raciais e as políticas públicas e seus processos de consolidação.

O fato de ser Turismólogo me permitiu transitar pelos diferentes enfoques conceituais que são dados ao desenvolvimento da atividade turística. A definição de turismo adotado pela OMT em 1994 e que é a mesma que o Brasil adota oficialmente é o de que “O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes o seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros”.

A importância da conceituação do fenômeno turismo reside na necessidade da criação de um marco legal, que atue como referência para elaboração e análise de dados estatísticos internacionais.

A complexidade que envolve a atividade turística compreende um conjunto de inter-relações de diferentes fatores que não podem ser considerados isoladamente, mas sim dentro de um sistema dinâmico.

Não custa lembrar que como já citado nessa tese este sistema é composto por:

- Demanda – conjunto de consumidores de bens e serviços;
- Oferta – conjunto de produtos serviços e organizações envolvidas na atividade turística;
- Espaço geográfico – local onde a demanda e a oferta se encontram e interagem;
- Operadores de mercado. – são as empresas e organismos que têm como principal função propiciar e facilitar a inter-relação entre a oferta e a demanda (agentes de turismo, companhias de transporte, hotéis, organismos públicos de turismo, dentre outros),

É na conformação econômica deste mercado que as relações comerciais acontecem surgindo assim dois tipos de turismo: o exportativo e o receptivo, sendo que o segundo é o mais importante para qualquer região onde a atividade se desenvolva, pois é ele que vai gerar emprego e renda no núcleo receptor. É essa geração de emprego e renda que é o principal objetivo

econômico da atividade e consiste na oferta de um produto turístico que é composto pelos atrativos, bem como pelos serviços turísticos necessários para usufruir de um atrativo. Estes serviços têm características específicas, quais sejam: intangibilidade, inseparabilidade ou simultaneidade, variabilidade e perecibilidade.

O resultado da análise dos dados coletados e interpretados à luz do referencial que confere suporte teórico a este estudo indicou que é na interação entre a demanda e a oferta que acontecem as relações pessoais, que se caracterizam por relações de poder. Neste intrincado relacional estão os residentes do núcleo receptor, os turistas e os profissionais envolvidos na atividade. É neste momento que as manifestações de racismo e/ou discriminação racial podem acontecer. Foi demonstrado que atualmente a balança comercial do Brasil tem o peso maior no turismo emissor, o quer dizer, que enviamos mais turistas para fora do que recebemos, o turismo sendo que o ideal seria termos um peso maior no turismo receptor, justamente o de ser esta atividade geradora de emprego e renda nos núcleos receptores.

Julgo importante ressaltar que enquanto o turismo nascia e crescia na Europa, no Brasil se desenvolvia um dos piores momentos da nossa história, o período da escravização de negros trazidos da África. A pesquisa demonstrou que há uma relação entre diáspora e turismo e ela se dá quando os expatriados viajam para as localidades de seus antepassados e o mesmo acontece quando os residentes nas localidades de origem viajam para onde se deslocaram seus descendentes.

Considero importante esta abordagem pelo fato de que a partir da Família Real ao Brasil teve início um processo de internacionalização do país que influenciou o desenvolvimento urbano brasileiro, principalmente para a cidade do Rio de Janeiro, sede da residência da família Real.

O desenvolvimento da atividade no Brasil exigiu que o setor se profissionalizasse cada vez mais, fato este que culminou com o surgimento de pesquisadores interessados em estudar o fenômeno turismo de maneira aprofundada, assim foram criados os primeiros cursos superiores de Turismo. Três fatores contribuíram favoravelmente com a criação destes cursos: a criação da EMBRATUR, o investimento na melhoria da infraestrutura turística e a criação do fundo de investimento voltado para a formação de mão de obra qualificada e a expansão do ensino superior privado e a valorização do lazer. Dentre os diversos pesquisadores que se destacam na área posso

citar Mário Carlos Beni (2012), Miguel Bahl (2005), Guilherme Lohmann e Alexandre Panosso Netto (2012).

Desta feita, a formação acadêmica compatível com as atividades a serem desenvolvidas pelos egressos destes cursos deve vir acompanhada de um suporte pedagógico por parte da universidade e mais, por um projeto político de curso inclusivo, que abarque em sua estrutura a discussão étnico-racial.

Todos os cursos envolvidos nesta pesquisa têm seus currículos voltados para as realidades socioeconômicas da região onde estão inseridos, mas nenhum deles contempla especificamente em sua composição a discussão étnico-racial. A discussão deste tema além de ser socialmente correta, pois visa abranger a diversidade étnica do corpo discente e docente, propicia a abertura de um espaço para a discussão do processo de consolidação da Lei de Cotas no processo de acesso à universidade.

Após este estudo sobre as questões relativas ao turismo nesta tese, procurei abordar as questões relacionadas a ações afirmativas no mundo e no Brasil que explicassem a sua necessidade e dinâmica. Este tipo de política pública tem sido adotada em vários países como resposta às demandas da sociedade, que neste sentido se fazem representar pelos movimentos sociais, visando melhoria na qualidade de vida, na realidade do mercado de trabalho e no acesso à educação formal. A pesquisa apontou que apesar do conceito ter surgido na Índia, os Estados Unidos da América foi o primeiro país que incorporou o conceito de políticas públicas de ações afirmativas às suas práticas sociais. Dentro deste contexto dois nomes se destacaram na luta pelas ações afirmativas na Índia, Bhimrao Ramji Ambedkar e Mahatma Mohandas Ghandi. O primeiro propôs a representação diferenciada dos segmentos populacionais designados e considerados inferiores, tendo sido redator da parte da constituição de 1950 que se referia a esse assunto e o segundo, membro das castas superiores um dos maiores opositores das ações afirmativas.

Os movimentos sociais negros não tiveram protagonismo só no Brasil, nos Estados Unidos da América também e a história referencia alguns responsáveis pela mobilização destes movimentos: reverendo Marthin Luther King, Al Haij Al-Shabazz (mais conhecido como Malcom X) e o grupo Panteras Negras).

Conhecer a trajetória dos movimentos sociais negros no Brasil e estudar a adoção de políticas públicas de ação afirmativa ao redor do mundo me deu subsídios para entender as

diferentes vertentes de um mesmo assunto visto sob o prisma de diversas realidades sociais e de pontos de vista de autores de diferentes áreas do conhecimento acadêmico.

Os relatos dos diferentes processos de implantação e consolidação de políticas públicas de ação afirmativa adotados em diversos países, tais como Índia, EUA, África do Sul Malásia, dentre outros, possibilitaram conhecer suas experiências.

Diferentemente da realidade brasileira, nos Estados Unidos da América o preconceito tem características e conceitos diferentes. O preconceito é de raça (Brasil) quando se baseia na aparência, isto é, tem características fenotípicas (os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque) e de origem (EUA) quando para tal basta a suposição de que a pessoa descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito.

Os conceitos de igualdade e equidade também foram pesquisados e constituem pilares para a implantação de políticas públicas de ações afirmativas que tiveram os movimentos sociais negros como protagonistas dessa luta. Cabe pontuar que entendo que a Lei Federal 12.711/2012 foi um avanço no sentido de aumentar o acesso de negros e negras à educação de ensino técnico de nível médio e superior, mesmo tendo sido modificada pela Lei Federal 13.409/2016. Apesar disto, considero que houve um retrocesso nas conquistas de políticas racialmente referenciadas de acesso às IFE's já existentes em algumas instituições.

Como qualquer política pública que vai ser implantada gera críticas no seu ciclo de desenvolvimento, no caso da Lei de Cotas não foi diferente. Vários argumentos foram apresentados pelos que eram contra esta Lei, tais como a violação do princípio da meritocracia, a dificuldade de definição racial no Brasil, preponderância das políticas universalistas dentre outras.

A principal categoria de análise que orientou esta pesquisa foi política pública em seu processo de consolidação. Estas políticas são postas em prática quando o Estado assume sua responsabilidade de promover políticas públicas de ação afirmativas voltadas para grupos específicos da sociedade.

As políticas de ação afirmativa, estudadas aqui como política pública de característica social, tiveram um campo fértil para sua implantação principalmente depois da Conferência de Durban. O marco histórico desta política foi o processo desencadeado no Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de uma Ação de Descumprimento do Preceito Fundamental 186 (ADPF)

impetrada pelo partido político Democratas (DEM) contra o programa de cotas raciais no processo seletivo instituído pela Universidade de Brasília (UNB).

As lutas históricas dos movimentos negros brasileiros pela ampliação do processo de acesso ao ensino superior de pretos e pardos em instituições federais de ensino sempre pautaram pelo diferencial racial como fator de seleção dos beneficiários das políticas de ação afirmativa. Cabe destacar que várias iniciativas Os estudos sobre a temática das políticas públicas possibilitou compreender a importância da *policy science* como área do conhecimento, de maneira que as mesmas sejam elaboradas de acordo com as demandas da sociedade, especificamente para cada segmento ou grupo de usuário o que foi alcançado com a promulgação da Lei Federal 12.71/2012.

Tomando o ciclo de políticas públicas Ball (1992) e os estudos de Mainardes (2006) como referência, pude entender como foram adotadas as comissões de heteroidentificação nos processos seletivos para acesso ao ensino superior nas IFE's. Elas surgiram na fase de contexto das estratégias com o intuito de reduzir, senão acabar com as manifestações de afro conveniência que propiciaram as fraudes acadêmicas, quando candidatos não no grupo de beneficiários da Lei de Cotas tentavam se valer dela se passando por pretos ou pardos.

A pesquisa de campo foi muito facilitada pelo fato deste pesquisador ser professor do curso de Turismo de uma das IES pesquisada. Todos os gestores foram muito solícitos ao atender o convite para participação na pesquisa. Por parte dos egressos e estudantes concluintes houve muita dificuldade em conseguir os entrevistados, tanto que uma das IES inicialmente participante da pesquisa teve que ser eliminada em função da dificuldade em conseguir participantes.

Ao realizar as entrevistas com os gestores das IES descobri que houve pouco ou quase nenhum planejamento no contexto da prática da política em tela e que os gestores tinham informações e conhecimentos diferentes, mas não conflitantes, sobre a Lei de Cotas.

Uma das ponderações dos entrevistados gestores, com a qual concordo, é que com a adoção do SISU os estudantes dispõem de mais opções de escolha de instituições fazendo com que haja uma redução na opção por uma instituição específica. Ademais a realidade social de cada uma, apesar de serem instituições federais, está muito voltada para o seu entorno regional. Este fato pode ser comprovado pelas diferentes modalidades de políticas de democratização de acesso em período anterior a Lei de Cotas adotadas por elas.

Outra constatação trazida pela pesquisa está ligada à total falta de preparação da comunidade acadêmica das instituições para receberem os cotistas, bem como também ausência da discussão da temática nos PPC's dos cursos em tela. A inclusão dessa discussão no PPC tem muito a ver com nível de percepção sobre a importância do assunto pelos docentes, como a presença de docentes negros na composição dos colegiados dos cursos é muito pequena pode ser esta uma das motivações para a não abordagem desta temática nos PPC's.

Tendo em vista o que é contemplado na Constituição Federal do Brasil em seu Artigo 205 que diz: A educação é direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desta feita a permanência com sucesso do estudante cotista na universidade não se traduz somente nas desenvolvidas em sala de aula, mas também nas visitas técnicas, participação em congressos, feiras, seminários, palestras, atividades extraclasse, participação em grupos de pesquisa, iniciação científica, dentre outras atividades acadêmicas.

As dificuldades financeiras informadas por alguns egressos e estudantes corroboram a necessidade de programas de bolsas específicas para os cotistas para que possam fazer frente à necessidade de participação em atividades acadêmicas extraclasse.

Entendo ser importante destacar que, como informado anteriormente, de uma forma geral foi grande a dificuldade em conseguir egressos e estudantes concluintes que aceitassem participar da pesquisa. Atribuo esta dificuldade à percepção que tive durante as entrevistas, de que os convidados, mesmo os já formados, não queriam assumir a condição de terem acessado a universidade por intermédio da Lei de Cotas.

Sob a ótica dos gestores não tem havido nenhum obstáculo no processo de reinterpretação da Lei de Cotas, pois tanto eles como os egressos e estudantes entendem que é normal que as cotas sejam somente para acessar a universidade e que depois todos são iguais. Neste sentido entendo que por não participarem de discussões sobre as questões raciais e desigualdades sociais não percebiam a fragilidade do processo, mesmo com os casos de afroconveniência e fraudes no processo. Apesar disso, as informações sobre manifestações de preconceito ou racismo foram pouco pontuadas tanto pelos gestores quanto pelos egressos e estudantes.

Detectei que existe uma grande lacuna a ser preenchida no processo de consolidação da Lei de Cotas nos cursos pesquisados, e que se aplica aos demais cursos por elas oferecidos, a inoperância do processo de acompanhamento de egressos. Apesar das justificativas apresentadas pelos gestores para esta lacuna, pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de melhorar este processo.

Apesar das diferenças regionais e das características da área de atuação profissional dos Turismólogos, há muita similitude nos desafios enfrentados pelos cursos de Turismo da UFMG, UFOP e UFRRJ no contexto das práticas para consolidação da Lei de Cotas, a saber:

- Despreparo do corpo docente e discente sobre no tocante a temática;
- Falta de planejamento para recepção dos ingressantes cotistas;
- Falta de suporte financeiro específico para os cotistas;
- PPC's desarticulados com a temática;
- Instalação de comissões de heteroidentificação, que visam coibir os casos de fraude acadêmica (casos de afroconveniência);
- Falta de ferramentas, que forneçam igualmente informações mínimas, adequadas para acompanhamento dos egressos.

O último desafio citado se apresenta como condição *si ne qua non* para obtenção de informações dos egressos, de maneira que estas tragam dados para avaliação da eficácia (grau de alcance dos objetivos e metas) ou não desta política pública e/ou possam subsidiar novos caminhos a serem percorridos, assim faz-se necessário a exigência de procedimentos minimamente comuns à todas IES's, desde que estas não firam a autonomia das instituições.

Esta pesquisa não se fecha em si mesma, mas sim abre e indica caminhos outros que podem ser seguidos para a realização de novas pesquisas. Analisar as diferentes estratégias de consolidação da Lei de Cotas em outras IES, aprofundar o estudo dos deslocamentos causados na vida profissional e pessoal dos ex-cotistas, avaliar o resultado desta política pública sob diferentes primas são algumas das possibilidades de objetos de pesquisa que se apresentam.

Portanto, a título de conclusão, face ao material bibliográfico consultado e à análise do discurso dos entrevistados, o problema futuro que advirá desta lacuna precisa ser resolvido pelo

poder público, responsável que é pela implantação da lei. Assim, o ciclo desta política pública se fechará de maneira a dar as respostas que a sociedade demandante e principalmente os beneficiários da Lei de Cotas esperam. A pesquisa não se fecha em si mesma, mas em seu fazer abre indicações de caminhos para novas pesquisas. Aprofundar os estudos sobre cotistas egressos, levantar indicadores de avaliação da política de cotas étnico-raciais, analisar as estratégias de resistência na permanência dos estudantes cotistas, analisar a o nível e as causas de evasão de cotistas, o papel que o movimento estudantil e os coletivos estudantis têm na permanência dos cotistas, a produção do conhecimento ligada à realidade afro-brasileira, as trajetórias de intelectuais afro-brasileiras, analisar as cotas étnico-raciais na pós-graduação, bem como a reserva de vagas no mercado de trabalho são algumas das demandas que emergem para novas pesquisas. Avançar é preciso!

REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Agenda Política, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ANSARAH, M. G. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

AUGUSTO, Natália. ROSELINO, José Eduardo. FERRO, Andrea Rodrigues. **A Evolução recente da desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho das regiões metropolitanas do Brasil**. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 26. Número 2 (48). pp. 105 - 127 Set 2015

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como Política Pública – Polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Editora Autores Associados. 1997

BAHL, Miguel; MARTINS, Rosângela. C. R; MARTINS, Sérgio F. **O Turismo como força transformadora do mundo contemporâneo**. São Paulo: Ed. Roca, 2005.

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994a.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2002.

BARRETO, M. A. SC.; SISS, AHYAS. **Formação de professores com foco na educação das relações étnico-raciais com vista à justiça social**. In GONÇALVES, Maria Alice Rezende.; RIBEIRO, Ana Paula Alves (Orgs.) **Diversidade e sistema de ensino brasileiro**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012

BASTIDE, Roger. **A imprensa negra do estado de São Paulo**. Ipg. 50. In: FERRARA, Miriam Nicolau. Op. Cit., p. 39

BENI, Mário Carlos (Org.). **Turismo Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Taubaté. Ed. Manole. 2012

_____, **Análise Estrutural do Turismo**. 5ª ed.. São Paulo: SENAC , 2001

BOANAFINA, Anderson; COSTA, Ricardo Dias da. **A construção do estigma da formação profissional associada à escravidão no brasil** – um olhar entre a colônia e o império. IN: **REPECULT** - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura (ISSN 2526-2742). Rio de Janeiro. Vol. 1. Edur, 2017, p. (42-58)

BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e d´ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. (Orgs.) São Paulo: Atual, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122 - 155.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

_____, **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

_____, **Escritos da Educação**. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) 16ª. ed.- Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2015, 279p.

BRANCALEON, Brigida Batista YAMANAKA, Jessica Suzuki. CASTRO, José Marcelo de. CUOGHI, Kaio Guilherme. PASCHOALOTTO, Marco Antônio. **Políticas públicas: conceitos**

básicos – grupo 2. Ribeirão Preto: Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Disciplina de Didática, USP, 2015

BRANDÃO, André A., OLIVEIRA, Iolanda. **Avaliação da política de ação afirmativa na permanência de estudantes negros na UFF**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Centro de documentação e Biblioteca em Educação, 2005. p. 289-310.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 13: **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. 24 de novembro de 2006

_____, Ministério da Justiça. Lei Federal 12.288. **Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, 20 de junho de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acessado em [03/05/2018](#)

_____, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil: ação municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007

_____, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. As comissões de heteroidentificação étnico-racial de autodeclaração no sistema de cotas no acesso às instituições de ensino superior públicas federais: implementação e atuação. Chamada – Universal 2018.

BRASIL – LEI N 12.711 de 29 de agosto 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acessado em 18 jun. 2016

BRASIL – LEI N° 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acessado em 17 jul 2017.

BRASIL – LEI N° 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm Acessado em 18 jul 2017

BURKART, A. J., MEDLIK, S. *Tourism: Past, Presents and Future*. Heinemann, London, 1981

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política**. Campinas, Papirus, 1986

_____, e LEVIN, H. **Escola e Trabalho no Estado Capitalista**, São Paulo, Cortez, 1987

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A imprensa negra paulista entre 1955-1937** – características, mudanças permanências. Dissertação de Mestrado em História Econômica – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009

CASHMORE, Ellis et al. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Summus, 2000

CASTELLI, Geraldo. **Turismo e Marketing: uma abordagem hoteleira**. Porto Alegre: Sulina, 1986

CATRAMBY, Teresa Cristina Viveiros(org.). **Bacharelado em turismo: Teoria, prática e expectativas**. 1.ed. – Curitiba, Appris, 2016

CAVALCANTI, José Euclides A., VIEIRA FILHO, Nelson Antônio Quadros., GURGEL, Ângelo Costa., SILVA, Jersone Tasso Moreira. **Perfil do mercado de trabalho formal no setor de Turismo e Lazer em Minas Gerais**. Reuna, volume 9, nº 3, setembro/dezembro, 2004

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CLIFFORD, James. (1997), “**Diasporas**”. In: CLIFFORD, James. *Routes: travel and translation in the late Twentieth Century*. Cambridge, Harvard University Press, pp. 244-277

COLLETA, N. (1996). **Formal, Non-Formal and Informal Education**. (A. Tuijnman, Ed.) *International Encyclopedia of Adult Education and Training*, pp. 22-27. Oxford: Pergamon Press.

COMPARATO, Fábio Konder. **O Princípio da igualdade na escola**. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Acessível em <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/textos#Educa%C3%A7%C3%A3o> . Por IEA USP – publicado 13/05/2013 17:10 - última modificação 01/08/2017 14:54

CONTINS, Márcia; SANT’ANA, Luiz Carlos. **Movimento Negro e a Questão da Ação Afirmativa**. In: Estudos Feministas. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, 1996, vol 4, nº 1

CORDEIRO, Ana Luiza Alves. **Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas Egressos/as da UEMS (2007-2014)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2017

DAHL, R. **A preface to democratic theory**. Chicago, \university of Chicago Press, 1956

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo\; Futura, 2001.

DESLAURIERS J-P. *Recherche qualitative. Guide pratique*. Québec (Ca): McGraw-Hill, Éditeurs, 1991

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego - Sistema PED – Os negros nos mercados de trabalho metropolitano**, 2015

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007

DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris, PUF, 1960

_____, Émile. **Educação e sociedade**. Tradução de Stephania Matouesk. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 – Coleção Textos Fundantes de Educação.

DYE, Thomas D. *Understanding public policy*. Englewood Cliffs, NJ.: Prentice Hall, 1984.

FALCÃO, Alexandre. **História da hotelaria no Brasil**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia de Comunicação: ABIH Nacional, 2007

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1

_____, **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. Revista – São Paulo: Global, 2007

FERNANDES, Otair; COSTA, Ricardo Dias da. **Ação afirmativa, educação superior e Lei de Cotas no Brasil**: reflexões sobre Lei 12.711/2012 e o OPAA. In: Revista Ensaio e Pesquisas em Educação e Cultura – Repecult (p. 119-128)

_____; COSTA, Ricardo Dias da. Produção de conhecimentos, formação política e enfrentamento ao racismo na educação brasileira (Dossiê LEAFRO 10 anos – volume 1), 2018-2019.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A Imprensa negra paulista**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 5, nº 10, PP. 197-207, 1985

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendentes**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2000

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Tradução Maria Lúcia Salles Boudet; Organização de Celso do Prado Ferraz de Carvalho e Miguel Henrique Russo. RECIFE: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. 148P

FIRST DEBATE: OTTAWA, ILLINOIS. AUGUST 21, 1858 Disponível em: <https://www.nps.gov/liho/learn/historyculture/debate1.htm> ACESSADO EM 13/04/2018

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Ribeirão Preto: Paidéia, v. 14, nº 28, Maio/Agosto 2004. (Versão eletrônica)

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo, Abril Cultural, 1984

Fundação SEADE/DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**: Inserção da População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos, 2014

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Inserção da População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos**, 2015

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Inserção da População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos**, 2016

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego: Inserção da População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos**, 2017

Gohn, Maria da Gloria. - **Movimentos sociais na contemporaneidade**- Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, 2011

_____, Maria da glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. Ed. São Paulo; Cortez, 2008

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. As experiências dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALLAL, Dalila Rosa; MULLER, Dalila; GARCIA, Tânia Elisa Morales; RAMOS, Maria da Graça Gomes. **O contexto de criação dos cursos de bacharelado em turismo no Brasil**. X *Coloquio internacional sobre gestión Universitaria em América Del Sur – Balance y prospectiva*

de La educación superior em el marco de los bicentenarios de America Del Sur. Mar Del Plata:
dezembro de 2010

HARKOT-DE-LA TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. **Sobre escravos e escravizados:** percursos discursivos da conquista da liberdade. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade e I Simpósio Internacional, Identidade e Sociedade – Dilemas e desafios na contemporaneidade. UNICAMP, 2012

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Trad. Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979

HAYEK, F. **Os Fundamentos da Liberdade.** Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983

HEYWOOD, Linda M.(org.) **Diáspora negra no Brasil.** (Tradução: Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Cristina Casson, Vera Lúcia Benedito). São Paulo: Contexto, 2008.

HINTZE, H.; ALMEIDA JUNIOR, A.R. **Estudos críticos do turismo:** a comunicação turística e o mito da democracia racial no Brasil. Universidade de Aveiro: Revista Turismo e Desenvolvimento. 2012.

HIRSCH, J. **Observações teóricas sobre o Estado Burguês e suas crises.** In: N. Poulantzas, (org.)A crise do Estado. Lisboa, Moraes Editor, 1978

_____, J. **Elementos para uma teoria materialista do Estado.** In: Críticos de La Economía Política. México, Ediciones El Caballito, ns. 12/13, 1979.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultado do Universo. Rio de Janeiro: 2011

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acessado em 27/04/2018

IÑIGNEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. São Paulo: Vozes, 2004.

JACCOUD, Luciana; THEODORO, Mário. Raça e Educação: os limites das políticas públicas universalistas. In SALES, Augusto dos Santos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, pp. (103-119)

JODELET, D. *Représentations sociales: un domaine en expansion*, In: D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris, PUF, 1989.

LASSWELL, H. D. Politics: **Who Gets What, When, How**. Cleveland: Meridian Books, [1936]1956.

LEWANDOWSKI, Ricardo Evandro. **Teor do voto do Ministro relator** [não revisado], DPF 186 – Superior Tribunal de Justiça (STF). Julgamento em 26/04/2012 – Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=374437>. Acessado em 22/04/2018.

LINCOLN, Abraham. Collected Works of Abraham Lincoln. **Fourth Debate with Stephen A. Douglas at Charleston, Illinois, Vol 3**, 1858

LINDBLOM, Charles E. “*The Science of Muddling Through*”, *Public Administration Review* 19: 78-88. 1959

LYNN, Lawrence. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

LÓPEZ, Laura Cecília. *The conceptt of institucional racism: applications within the healthcare Field*. Interface – Comunic., Saúde, Educ., v. 16, n.40, p121-134, jan./mar. 2012

MACEDO, Márcio; GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 143 a 182

MACAMBIRA, Dalton Melo. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as transformações no mundo do trabalho**. Revista Conjuntura Política Ano VIII, nº 17 de novembro de 1998.

MACHADO, Elielma; FERNANDES, Otair. **Políticas de ação afirmativa e educação no Brasil: para além da cor e da raça**. In: FARIAS, Patrícia, PINHEIRO, Márcia (Org.) *Novos Estudos em relações étnico-raciais sociabilidades e políticas públicas*. Rio de Janeiro: contra Capa Faperj, 2014. p. 157-172

MAGGIE, Yvonne. FRY, Peter. **A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras**. Estudos avançados: revista do IEA da USP, São Paulo, v. 18, nº 50, 2004, p. 67-80

MAIA, J. A. F. **Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 38, p. 35-56, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/38/3_metodologia_para_avaliacao_ex_ante_e_ex_post.pdf Acessado em: 26 out. 2019.

MAINARDES, Jefferson. (2006). **Policy cycle approach: A contribution to the analysis of educational policies**. Educação & Sociedade, São Paulo, v. 27, nº.94, 2006, p. 47-69.

MARSHALL, T.H. *Citizenship and social Class*, Cambridge: Cambridge, University Press.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**; Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012.

MATIAS, M. **Turismo**: Formação e Profissionalização (30 anos de história). Barueri, Manole, 2002.

MATHIESON, R., WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**, Longman, London, 1982

MEAD, L. M. "**Public Policy: Vision, Potential, Limits**", *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (*affirmative action*) no direito norte-americano**. São Paulo: Revista dos tribunais, 2001. Apud MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. In SALES, Augusto dos Santos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 (pp. 121-140).

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa**: história e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, n117, p. 197-217, novembro 2002

MOORE, Carlos. **Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa**. In SALES, Augusto dos Santos (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 (pp. 313-342)

MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing turístico**: promovendo uma atividade sazonal. São Paulo: Atlas, 2001

MOTTA, U. D. da. **Jornegro**: um projeto de comunicação afro-brasileira. São Bernardo do Campo. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Metodista de Ensino Superior, 1986. mimeo

MOWLI, V. Chandra. B.R. Ambedkar – *Man and his vision*. New Delhi: Serling Publishers Pvt., 1990

Observatorio de la Paridad entre las mujeres y los hombres – Francia. In: www.democraciaparitaria.com/article.php3?id_artcle=42 2/07/2004

MUNANGA, kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil**: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha B. G., SILVÉRIO, Valter R. (Orgs.) Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP/MEC, 2003, p. 115-128

_____, kabengele. **Teoria social e relações raciais I**. In OLIVEIRA, Iolanda, PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (Orgs.) Educação e relações raciais. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD UFF, 2016, p. 205-229

_____, Kabengele. “**Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**”. In BRANDÃO, A. A. P. (Org.), Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira, Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. Caderno Penesb5

PINTO, Regina Pahim. **Movimento negro em São Paulo**: Luta de identidade. Tese de doutorado apresentada ao departamentode Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1993. mimeo

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor**. Identidade, Raça e Gênero no Brasil. São Paulo: Editora: Summus, 2003

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". *Revista Anhembi*, abril. São Paulo. (Republicado em Tanto preto, quanto branco, em 1985).

OFFE, Claus.; RONGE, Volker. **Teses sobre a Fundamentação do Conceito de Estado Capitalista e sobre a Pesquisa Política de Orientação Materialista**. In; Claus Offe, Problemas estruturais do Estado, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 3 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 2001

OLIVEIRA, Iolanda; SACRAMENTO, Mônica. **Raça, currículo e práxis pedagógica: relações raciais e educação** – O diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In: OLIVEIRA, Iolanda. GONÇALVES, Maria das Graças. MÜLLER, Tânia (Org.). Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF. Rio de Janeiro/Niterói. Ed. Alternativa/EdUFF, 2010. P. 205-284

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração e programa de ação**. Conferência Mundial de Combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Durban, África do Sul, 2001

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009

PACE, Ângela Ferreira. **O papel das comissões de heteroidentificação como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das universidades públicas federais.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/Nova Iguaçu : UFRRJ, 2019

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro.** Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2008

PETERS, B. G. *American Public Policy.* Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas sob as perspectivas dos direitos humanos.** In SALES, Augusto dos Santos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005 (pp. 33-43)

PINHO, Patrícia Santana de. **Turismos diaspóricos: mapeando conceitos e questões.** In: *Dossiê mobilidades.* Tempo soc. vol.30 no.2 São Paulo May/Aug. 2018

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil – Hóspedes, hospedeiros e viajantes no Século XIX.** Barueri: Editora Manole, 2001

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais.** São Paulo, Martins Fontes, 1977

_____, N. **Estado, poder e socialismo.** Rio de Janeiro, Graal, 1980

RATTS, Alex. **Corpos negros educados: Notas acerca do movimento negro de base acadêmica.** Nguzu – Ano 1, n. 1, março/julho de 2011. Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos (NEAA) da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

RIBEIRO, Marlene. **Educação para a cidadania**: questão colocada pelos movimentos sociais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas**. Unidade IX - Implementação de políticas públicas. [2013?]. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_09.pdf
Acessado em 10 de janeiro de 2018.

SABBAGH, Daniel. **Discriminação Positiva**. In: ZANTEN VAN, Agnès (Coord.). Dicionário de educação. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANCHO, Amparo (Org.). **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001, 371p.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro**: dos ecos à Lei de Cotas. Revista de Ciências Humanas, v. 12, n. 2, p. 289-317, ju/dez, 2012

_____. **Implementação da Lei de Cotas em três universidades federais mineiras**. Tese de Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2018

SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Políticas Públicas e Raça**: avanços e perspectivas. Brasília – DF. Universidade de Brasília – UNB, 2016.

SANTOS, F. J.; GAMBOA (org) S.; S. **Pesquisa Educacional**: quantidade – qualidade. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 42).

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Economia do Turismo**. São Paulo: Ed. Aleph, 2012

SANTOS, H. **Negro não é problema, é solução**. Caros amigos, v. 6, n. 69, p.29-37, dez. 2002.

SANTOS, José Antônio dos. **Diáspora africana**: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., (org.) Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 181-194.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível**: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas para os Negros Ingressarem nos Cursos de Graduação da UnB. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: ANPEd/ 2º Concurso Negro e Educação, Mimeo, 2002.

_____. **O sistema de cotas para Negros da UNB** – um balanço da primeira geração. Jundiaí: Paco Editorial, 2015

SARAVIA, Henrique. **Introdução à Teoria da Política Pública**. In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (Orgs.). Políticas públicas - coletânea volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

SILVA, Cidinha da. **Ações Afirmativas em Educação** – Experiências Brasileiras. São Paulo: Edições Selo Negro, 2003, 255p.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares**. *Educ. rev.* [online]. 2018, vol.34, n.69, pp.123-150. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.58097>.

SILVEIRA, C.E; MEDAGLIA, J; GÂNDARA, J.M.G. **Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil**: dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Revista Turismo Visão e Ação – eletrônica*. V. 14, n. 1, 2012

SILVÉRIO, Valter R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.**

Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 219-246, São Paulo. novembro de 2002

_____.Tempo soc. vol.18 no.2 São Paulo Nov. 2006

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200017>

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros e ação afirmativa:** relações instituintes de práticas político-ético-pedagógicas. Tese de Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2001

_____. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa:** razões históricas. Rio de Janeiro: Quarter; Niterói: PENESB, 2003

_____. **Raça, classe, cotas étnicas, sociais e educação superior.** Educação e etnicidade: diálogos e ressignificações. Rio de Janeiro: Quarter: Leafro, 2011

_____. **Afro-brasileiros e Educação Superior:** notas para debate. In COSTA, Hilton PINHEL, André e SILVEIRA, Marcos Silva (Orgs.) Uma década das políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: editora UEPG, 2012

_____. **Historical Inequalities And Challenges Of The Brazilian Educational Policy.** IN: BACKES, José Licínio e PAVAN, Ruth (Orgs). Relações Étnico-Raciais, Gênero e Desigualdade Social na Educação Básica. Campinas, Mercado das Letras, 2016.

_____; FERNANDES, Otair; COSTA, Ricardo Dias da. **O LEAFRO e as ações afirmativas na UFRRJ:** dilemas e perspectivas. In: MARQUES, Eugênia Portela Siqueira, SILVA, Wilker Solidade da. MARQUES, Eugênicia Portela Siqueira. (Orgs.). Educação, Relações Étnico-raciais e Resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no Brasil. Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2016. P. 125-140

_____; FERNANDES, Ana Paula Cerqueira . “**A experiência da UFRRJ com a implementação do curso de aperfeiçoamento em educação das relações étnico-raciais: em favor de um protagonismo afro-brasileiro na educação básica**”. IN: **REPECULT** - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura (ISSN 2526-2742). Rio de Janeiro. Vol. 1. Edur, 2016

_____; ALMEIDA, Viviane da Silva. **O Poder da branquidade e racismo institucional: percepções sobre o acesso à diplomacia brasileira**. IN: Série Estudos. ISSN online: **2318-1982** Campo Grande (MS), 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v24i50.1172>

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

_____ **Ação afirmativa no Brasil?** Reflexões de um brasilianista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 127-136.

SKLIAR, C. B. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse lá?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SNODGRASS, Donald R., *Inequality and Economic Development in Malaysia* (Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1980), p. 10.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, n.16, p.20-45, jun/dez. 2006.

SOWELL, Thomas. **Affirmative action around the world – An empirical study**. New Haven: Yale University Press, 2004

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. In: VERAS, M.P.B. (Ed.) **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: Educa, 1999

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003a

THEOBALD, Willian F. (org). **Turismo Global**. 2. Ed. [trad. Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteadó]. São Paulo: SENAC, 2002.

THEODORO, Mário. **Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo**, Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, V.8, N.1, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TIMOTHY, Dallen J., COLES, Tim.(Orgs). **Tourism, Diasporas and Space**. Routledge 11 New Fetter Lane, London,, 2004

TITMUSS, R. *Essays on the welfare state*. London, Allen & Unwin, 1963

_____, R. *Commitment to welfare*. London, Allen & Uwin, 1968

_____, R. *The gif Relationship*. London, Allen & Unwin, 1974

TRILLA, J. *La educación fuera de la escuela. Ambitos no formales y educación social*. Ariel: Barcelona, 1993.

TURA, Sueli Ferreira. **A construção de um projeto interdisciplinar de escola de ciranda à esperança**. Dissertação de Mestrado em Educação – MESTRADO. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Educação. São Paulo: PUC, 2003

VÁZQUEZ, Sánches Adolfo. **Filosofia das práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990 (p. 3-50, 185- 208).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível. 16^a Ed. Cortez, 2001

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44>>. Acesso em 25 mar. 2017.

WALTERS, Ronald,. **Racismo e ação afirmativa.** In: SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 105-123

WEISSKOPF, Thomas E. *Affirmative action in the United States and India: a comparative perspective.* Nova York, Routledge, 2004, 304 pp.

Apêndices

Apêndice 1 - Cronologia do desenvolvimento do turismo no Brasil

Período/ano	Características
1900/1959	Turismo antes da EMBRATUR
1919	Surgimento das primeiras cias. aéreas comerciais (Ex.: KLM, Avianca)
1923	Inauguração do Copacabana Palace hotel na cidade do Rio de Janeiro
1927	Criação da Varig – primeira Cia. Aérea brasileira
1929	Sobre voo do dirigível Zeppelin na cidade do Rio de Janeiro
1931	Inauguração da estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro
1938	Decreto lei 406 – 13/05/1938 - Previa a necessidade de autorização estatal para a exploração da atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias.
1940	Decreto-Lei 2440 – 23/07/1940 – Tratou das empresas e agências de viagens e turismo, como estabelecimento de assistências remuneradas aos viajantes, exigindo-lhes registro prévio junto a órgãos do governo para o pleno funcionamento.
1939	Início da 2ª Guerra Mundial – paralisação mundial da atividade turística
1942	Surgimento do personagem Zé Carioca da Disney
1947	Brasil lidera aviação comercial na América Latina
1950	Inauguração do estádio de futebol Maracanã na cidade do Rio de Janeiro
1953	Criação da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV
1959	Surgimento da ponte-aérea Rio – São Paulo – VARIG, VASP e Cruzeiro
1960/1969	Criação de políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo
1960	Inauguração de Brasília
1966	A atriz Brigitte Bardot visita a cidade de Búzios
1966	Decreto-Lei 55, de 18/11/1966 cria a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), além de definir uma política nacional para o setor.
1970/1979	Consolidação da atividade turística no Brasil
1971	Ministério da Educação e Cultura – MEC institui a formação profissional em Turismo. Criação do primeiro curso superior de Turismo pela faculdade Anhembí-Morumbi na cidade de São Paulo
1971	Inauguração do primeiro hotel de rede internacional no Brasil – Hilton São Paulo
1972	Realização da primeira reunião oficial de Turismo em Brasília
1973	Decreto-Lei 71.791/73 cria as zonas prioritárias para desenvolvimento do Turismo. VARIG obtém exclusividade para exploração de voos internacionais
1976	Primeiro registro de aumento de entrada de turistas em relação à saída de turistas brasileiros.
1977	Inauguração em 20 de janeiro do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão, que

	posteriormente foi rebatizado como Antônio Carlos Jobim
1980/1989	
1984	Criação da primeira central telefônica de informação turística
1986	Regulamentação da profissão de guia de Turismo
1991	Transformação da EMBRATUR de empresa pública para autarquia, com a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República
1992	Criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e da Secretaria Nacional de Turismo e Serviços. A EMBRATUR é vinculada ao novo Ministério
1994	Criação do Programa de Desenvolvimento Turístico (Prodetur).
1995	Criação da Câmara Setorial de Turismo com o objetivo de discutir as metas para o setor no período de 1995 a 1999. O turismo é incluído no plano de governo pela primeira vez no Brasil.
1999	Criação do Ministério do Esporte e Turismo, com a função de elaborar e executar a Política Nacional de Turismo.
2003	Criação em 1º de janeiro, do Ministério do Turismo fazendo assim com que o Brasil tenha pela primeira vez, um ministério voltado exclusivamente para a área
2005	Criação da Marca Brasil, símbolo que passa a representar a imagem do turismo brasileiro no mundo.
2007	Lançamento do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 com políticas públicas para o setor, tendo como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda e a geração de empregos e divisas para o País.
2010/2016	O Brasil na era dos grandes eventos
2010	Inauguração da “Casa Brasil 2014” em Johannesburgo para promover o País durante a Copa do Mundo da África do Sul
2011	O Brasil sedia grande evento esportivo, os Jogos Mundiais Militares, no Rio de Janeiro
2012	O Rio de Janeiro sedia a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e em Florianópolis acontece a Convenção Anual da <i>International Gay and Lesbian Tourism Association (IGLTA)</i> , considerada um dos maiores eventos do mundo do turismo LGBT.
2013	O Rio de Janeiro sedia a XXVIII Jornada Mundial da Juventude, entre 23 e 28 de julho
2014	O Brasil sedia a Copa do Mundo de Futebol e atrai 1 milhão de turistas estrangeiros, de 202 países.
2016	A cidade do Rio de Janeiro sedia os 31º Jogos Olímpicos da era moderna e as Paralimpíadas, concomitantemente a Embratur apoia o lançamento do guia Turismo Acessível, do Ministério do Turismo, que tem versões em português, inglês e espanhol e 35 mil exemplares da publicação.

Elaboração própria - Fonte –EMBRATUR 50 anos – Uma trajetória do Turismo no Brasil

Apêndice 2- Atividades permitidas a um Turismólogo

	Lei Federal 12.591/2012	Complexidade do Mercado Turístico
I	Planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;	Agenciamento turístico: Agência de turismo, Empresas de representações de serviços turísticos em geral, Agências segmentadas por produtos (Intercambio massa, lazer, corporativo, turismo de experiência, ecoturismo, aventura, etc.)
II	Coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;	Meios de hospedagens: Hotéis, Resorts, Hotéis Fazenda, Pousadas, Cama e café, Hotel histórico, Flats/Apart Hotel, entre outras tipologias ainda não classificadas oficialmente como <i>Hostels</i> , Albergues da juventude, SPA's, Ecohotéis, <i>Lodges</i> ⁷⁵ , Motéis, <i>Time shares</i> , Pensões, Colônias de férias, <i>Hotel Residence</i> , Acampamento de férias, <i>Campings</i> , Hospedagens de Turismo Rural, Hospedaria, Estalagens, entre outros
III	Atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;	Transportes: Cias aéreas, Empresas de Transporte de passageiros por fretamento de passageiros, Locadoras de automóveis, Empresa de Transporte Marítimo ou representante das mesmas;
IV	Diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;	Eventos: empresas organizadoras, Centro de Convenções, Gestão pública e privada, Centro de exposições e feiras comerciais e industriais, Bureau de eventos, Espaços de eventos em meios de hospedagens e centros culturais, Eventos esportivos, culturais, etc.
V	Formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;	Entretenimento: recreação e lazer, Empresas de recreação, Centros Culturais, Casas de espetáculos e shows, Parques de Diversões (Temáticos, entretenimento, aquáticos e parques de animais);
VI	Criar e implantar roteiros e rotas turísticas;	Alimentos e bebidas: Restaurantes, bares, cervejarias, cafés, padarias, setor de A&B em meios de hospedagens, Empresas de Eventos, <i>Buffets</i> ,

⁷⁵ É um alojamento em área selvagem para quem se aventura a conhecer lugares remotos, como florestas, desertos e montanhas.

		Eventos sociais, serviços de A&B, boates e demais prestadores de serviços de A&B;
VII	Desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;	Órgãos públicos do setor de turismo: Ministério de Turismo, EMBRATUR, Secretarias Estaduais e municipais de Turismo, órgãos oficiais de Turismo Federal, Estadual e Municipal;
VIII	Analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;	Órgãos públicos ligados indiretamente ao turismo: Secretarias Estaduais ou Municipais de Cultura, Planejamento e do Meio Ambiente, Institutos de Pesquisa, etc.
IX	Pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;	Organismos de representações diplomáticas: Consulados ou Embaixadas em atividades ligadas ao Turismo, Departamento de Turismo de Consulados e Embaixadas e Conselhos internacionais de Turismo;
X	Coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico;	Empresas de assessoria e consultoria de Turismo: atuar na área de planejamento e organização do Turismo
XI	Identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;	Empresas de Assessoria e Consultoria de turismo: Atuar na área de planejamento e organização do Turismo, inventários de localidades diversas, elaboração de planos, programas e projetos de Turismo, análise de estudos de viabilidade para implantação de novos empreendimentos turísticos, orientação para projetos de captação de investimentos para empreendimentos turísticos novos ou para manutenção, reformas, modernização;
XII	Formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;	ONGs – Organizações não governamentais, Organizações de informação, documentação, estudos e pesquisas em turismo: em centros de estudos e pesquisas sobre turismo, pesquisando o setor e divulgando dados específicos do setor, nos moldes da FIPE, Observatórios de Turismo;

XIII	Organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;	Entidades representativas do setor de turismo: ABAV, ABBTUR, ABEOC, ABIH, ABLA, ABREDI, ABRESI, AHT, AMT, BRAZTOA, SINDETUR - entre outras.
XIV	Planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;	Empresas privadas e/ou públicas que embora não exerçam atividades diretas ligadas a turismo, exerçam atividades ligadas à área, tais como: departamentos de viagens, departamentos de lazer, etc.
XV	Planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;	Parques Nacionais e áreas de preservação: Planejamento de atividades de turismo, com recepção, informações, inventários, promoção, recreação, assessoria na abertura de trilhas, assessoria na visitação das áreas, divulgação da área, reservas e acompanhamento de visitas guiadas, formação e treinamento de monitores.
XVI	Emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;	Imprensa especializada: Cadernos especializados de turismo, periódicos informativos voltados ao Turismo tais como: Caminhos da Terra, Viagem, Próxima viagem, Revistas de Bordo e outras.
XVII	Lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;	Periódicos Acadêmicos, Editoras que publicam ou traduzem obras de Turismo;
XVIII	Coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico.	No Magistério, atuar como docentes em salas de aulas, laboratórios em cursos de graduação, ministrar aulas em cursos livres e cursos técnicos profissionalizantes, obedecendo à legislação de educação.

Elaboração do autor – fonte site da ABBTUR – <http://www.abbtur.com.br/abbtur/default.asp> Acessado em 17/09/2018

Apêndice 3- Questões norteadoras da pesquisa – Coordenação

- a) Obter informação sobre a formação acadêmica do/a coordenado/a;
- b) Solicitar cópia do PPC vigente;
- c) Saber qual é o grau e conhecimento da coordenação sobre a Lei 12.711/2012
- d) Saber se o curso tem algum sistema de acompanhamento de egressos
- e) Quais as repercussões e/ou deslocamentos que a implementação dessa Lei provocou no Curso de Turismo dessa universidade?
- f) Solicitar a indicação de egressos para participarem da pesquisa (03 de cada IFE)
- g) Saber se há ou houve alguma preparação dos docentes do curso para receber os estudantes cotistas
- h) Saber quais foram os desafios enfrentados pela coordenação para implementação da Lei de Cotas

Apêndice 4- Questões norteadoras da pesquisa - Egressos

- a) Fale sobre o porquê da sua escolha pelo curso de Turismo.
- b) Você reconhece a política de cotas como ação afirmativa?
- c) Tem conhecimento da Lei de Cotas?
- d) Quais foram os seus desafios durante o curso para permanecer na universidade?
- e) Você sofreu algum tipo de discriminação durante o curso pelo fato de ser cotista?
- f) Se sim, comunicou à instituição? Porque?
- g) Você sofreu algum tipo de discriminação durante o curso pelo fato de ser negro/a?
- h) Você presenciou ou teve notícias de algum caso de discriminação durante o curso pelo fato da pessoa ser cotista ou negra?
- i) Você pretende dar continuidade aos seus estudos em sua área de formação?
- j) Hoje você está trabalhando na área de Turismo? Se sim, em que área?
- k) Você acha que a sua característica étnico-racial pode lhe causar dificuldades no acesso ao mercado formal de trabalho?
- l) Se sim, porque?
- m) Você acha que há racismo no *trade* turístico?
- n) Você acha que há racismo por parte dos turistas brasileiros/estrangeiros?
- o) Você já sofreu ou conhece alguém quem sofreu racismo, preconceito ou discriminação no mercado de trabalho?
- p) Você usufruiu de algum tipo de bolsa durante o curso?
- q) Você acha que as PAA's de acesso ao ensino superior foram o bastante para a sua inserção no mercado de trabalho, ou há a necessidade de outras políticas? Se não, dê um exemplo.
- r) Durante a sua graduação houve por parte da instituição algum apoio para a inserção no mercado formal de trabalho dos estudantes cotistas?
- s) Durante a sua graduação houve por parte da instituição alguma assistência estudantil específica para os/as estudantes/s cotistas?
- t) Durante o seu curso houve uma abordagem étnico-racial em alguma de suas matérias?
- u) Você conhece algum instrumento da universidade sobre acompanhamento de egressos?
- v) Como você avalia o tratamento que a universidade dá aos cotistas?

Apêndice 5- Questionário orientador para entrevista com Egressos dos cursos de Turismo

1. Escolha a faixa etária na qual se situava à época da conclusão do curso:
 - () entre 15 e 20 anos
 - () entre 21 e 25 anos
 - () entre 26 e 30 anos
 - () acima de 30 anos

2. Como você se autodeclara quanto a sua característica étnico-racial?
 - () Preto
 - () Pardo
 - () Branco

3. Em qual das situações abaixo você se coloca?
 - () Pai e mãe pretos
 - () Pai e mãe brancos
 - () Pai preto e mãe branca
 - () Pai branco e mãe preta

4. Escolaridade da mãe:

5. Escolaridade do pai:

6. Em qual situação profissional você se encontra no momento?
 - () Estagiário
 - () Empregado formal em empresa de Turismo
 - () Empregado formal em empresa fora da área de Turismo
 - () Empresário na área de Turismo
 - () Empresário fora da área de Turismo
 - () Funcionário público
 - () Desempregado

7. Qual era a sua renda mensal no último semestre de graduação:
 - () Salário mínimo
 - () Entre 1 e 3 salários mínimos
 - () Entre 3 e 5 salários mínimos
 - () Acima de 5 salários mínimos

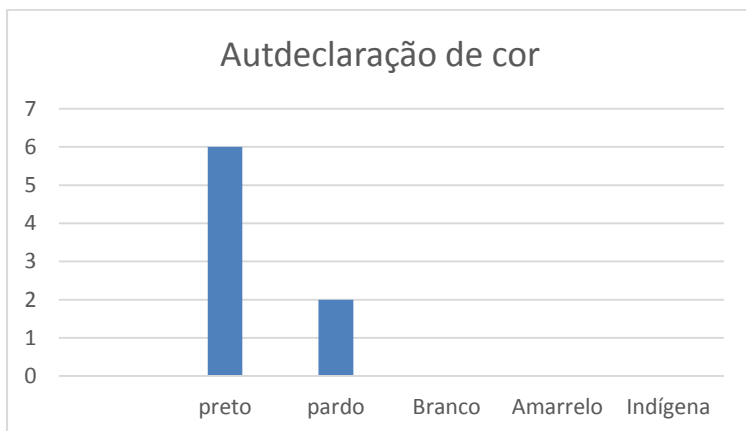
8. Houve aumento em sua renda pessoal após a conclusão do curso de graduação?
 - () Sim
 - () Não

Apêndice 6 - Respostas do questionário aplicado aos ex-cotistas e estudantes

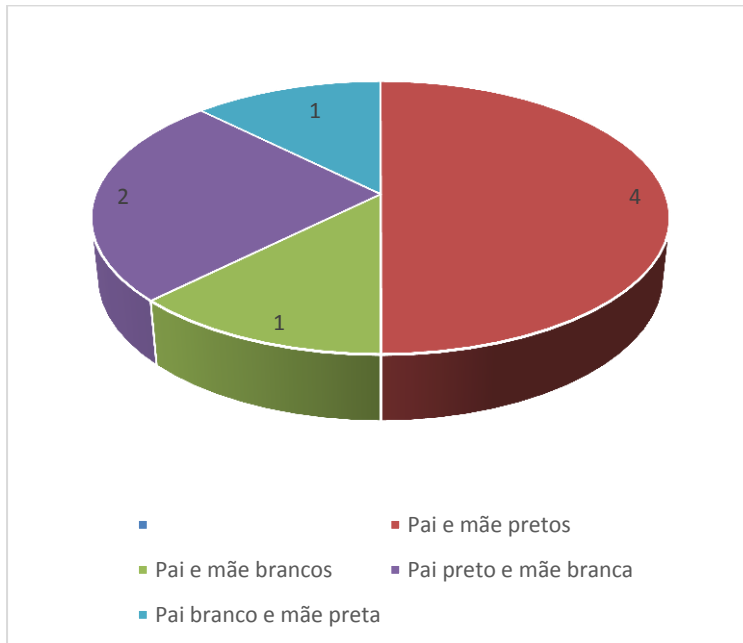
1. Escolha a faixa etária na qual se situava à época da conclusão do curso:



2. Como você se autodeclara quanto a sua característica étnico-racial?

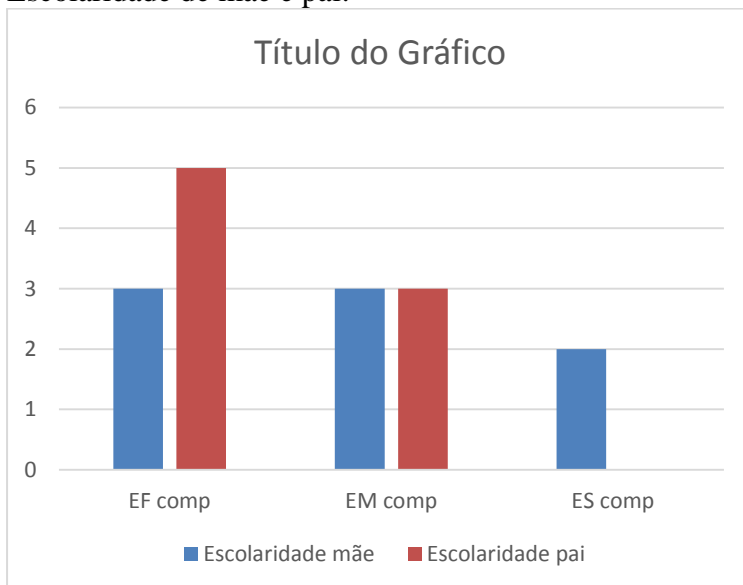


3. Em qual das situações abaixo você se coloca?



4. A afroconveniência, já citada nesta tese, se apresenta na análise dos itens 2 e 3 do questionário, pois um respondente, dos dois que se autodeclararam pardos, informou ter pai e mãe pretos apesar de aos olhos deste pesquisador não se adequar às características fenotípicas dos beneficiados pela Lei de Cotas

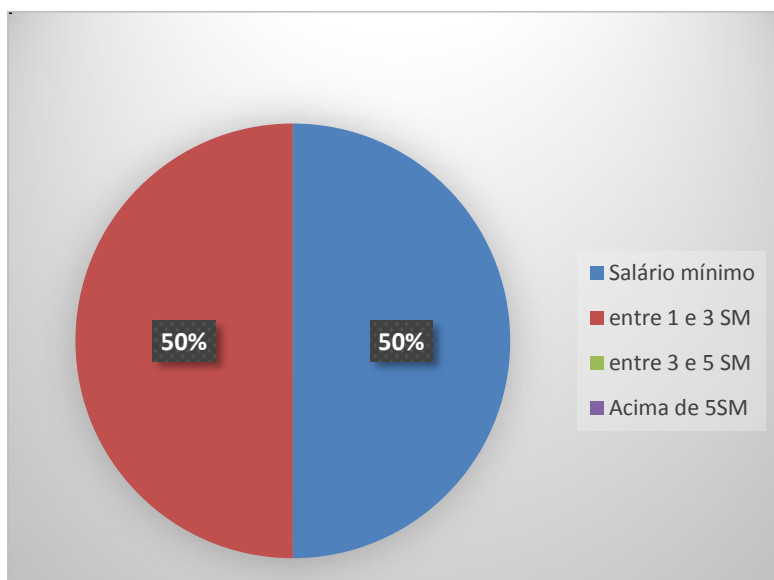
5. Escolaridade de mãe e pai:



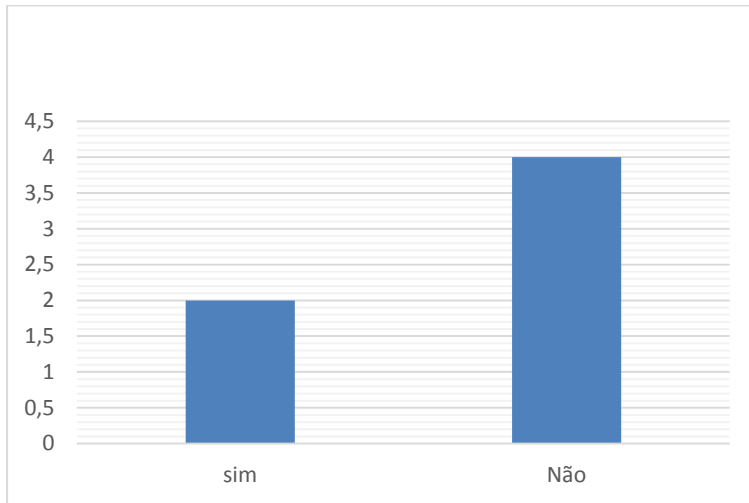
6. Em qual situação profissional você se encontra no momento?



7. Qual era a sua renda mensal no último semestre de graduação:



8. Houve aumento em sua renda pessoal após a conclusão do curso de graduação?



Apêndice 7- Questões norteadoras da entrevista com Pró-reitores

Questões norteadoras da pesquisa – Pró-reitorias

- a) A UFF, UFMG, UFOP e UFRRJ possuíam alguma política de democratização de acesso e de permanência em seus cursos em período anterior à Lei 12.711/2012?
- b) Como está o processo de consolidação da lei em cada instituição?
- c) Como essas universidades se organizaram para receber os alunos que as acessam através dessa Lei?
- d) Quais foram as repercussões e/ou deslocamentos que o processo de consolidação dessa Lei provocou nas universidades?
- e) Tomando por base o SINAES/CONAES/ 2004 como essas universidades cumprem o que nele está prescrito, no que diz respeito aos seus egressos?
- f) Como as comissões permanentes de avaliação estão atuando na instituição?
- g) A instituição tem algum sistema de acompanhamento de egressos?

Anexos

Anexo 1- Componentes curriculares UFRRJ

NÚCLEO DE FORMAÇÃO BÁSICA

Disciplinas curriculares obrigatórias	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Geografia aplicada ao Turismo	60	-	60
Tópicos em História	60	-	60
Ética e Turismo	60	-	60
Turismo e Patrimônio	60	-	60
Turismo e Meio ambiente	60	-	60
Turismo e Sociedade	60	-	60
Antropologia e Turismo	60	-	60
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo (MTPT)	60	-	60
Psicologia e Turismo	60	-	60
Cartografia e Geoprocessamento	45	15	60

NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Disciplinas curriculares obrigatórias	Carga Horária		
	T	P	Total
Teoria Geral do Turismo (TGT) I	60	-	60
Economia aplicada ao Turismo	60	-	60
Teoria Geral do Turismo (TGT) II	60	-	60
Empreendimentos Turísticos	60	-	60
Política Pública de Turismo (PPT)	60	-	60
Agenciamento e Operacionalização de Roteiros	60	-	60
Meios de Hospedagem (MH)	60	-	60
Planejamento e Organização do Turismo (POT) I	60	-	60
Ecoturismo	60	-	60
Planejamento e Produção de Eventos I	45	-	45
Planejamento e Organização do Turismo (POT) II	60	-	60
Estatística aplicada ao Turismo	60	-	60
Alimentos e Bebidas (A & B) I	45	15	60
Legislação Turística	60	-	60
Planejamento e Produção de Eventos II	45	-	45
Planejamento Urbano	60	-	60

Gestão Financeira	60	-	60
Alimentos e Bebidas (A & B) II	45	15	60
Turismo em Áreas Rurais	60	-	60
Projetos Turísticos	60	-	60
Transportes Turísticos	60	-	60
Língua Estrangeira I	60	-	60
Marketing Turístico	60	-	60
Desenvolvimento e Sustentabilidade	60	-	60
Língua Estrangeira II	45	-	45
Hospitalidade	45	-	45

NÚCLEO DE FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA


Componentes curriculares obrigatórios	Carga Horária		
	Teórico	Prático	Total
AA Trabalho de Campo	-	30	30
AA de Meios de Hospedagem	-	30	30
AA de Planejamento e Produção de Eventos I	-	15	15
Estágio Supervisionado	15	-	15
AA de Planejamento e Produção de Eventos II	-	15	15
AA de Estágio Supervisionado	-	300	300
Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30	-	30
Trabalho de Campo Integrado (TCI)	30	-	30
AA Trabalho de Campo Integrado (TCI)	-	30	30
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30	-	30
AA de TCC	-	15	15

Fonte – PPC do curso de Turismo da UFRRJ de 2009

Anexo 2- Componentes curriculares UFOP

Disciplinas obrigatórias da grade do curso de Turismo da UFOP							
1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Teoria Geral do Turismo I TUR301 sem pré-requisito	Teoria Geral do Turismo II TUR302 TUR301	Hospitalidade TUR304 TUR302	Evolução Urbana TUR146 sem pré-requisito	Turismo e produção do espaço TUR149 sem pré-requisito	Planejamento e organização do Turismo I TUR310 TUR302	Planejamento e organização do Turismo II TUR311 TUR310	Estudo de viabilidade de projetos turísticos TUR162 sem pré-requisito
Geografia Geral I: Turismo e espaço mundial TUR142 sem pré-requisito		Cultura e arte barroca TUR300 sem pré-requisito		Políticas públicas para turismo TUR404 sem pré-requisito	Projeto de pesquisa TUR154 EDU303	Monografia I TUR312 TUR154	Monografia II TUR313 TUR312
Percepção e interpretação do patrimônio ambiental urbano TUR303 sem pré-requisito	Introdução ao estudo do lazer EFD310 sem pré-requisito	Organização de eventos TUR306 sem pré-requisito	Prática de eventos TUR424 TUR306	Marketing I TUR307 sem pré-requisito	Agenciamento e elaboração de roteiros turísticos TUR429 TUR307	Turismo e meio ambiente TUR425 sem pré-requisito	
História da Cultura TUR114 sem pré-requisito	Língua Inglesa I LET114 sem pré-requisito	Lazer e animação turística EFD311 sem pré-requisito	Museologia TUR309 sem pré-requisito	Patrimônio histórico e cultural TUR305 sem pré-requisito	Gestão de transportes em turismo TUR153 sem pré-requisito		
Teoria Geral da Administração PRO400 sem pré-requisito	Introdução a história econômica do Brasil HIS117 sem pré-requisito	Economia I PRO241 sem pré-requisito	Economia II PRO242 PRO241	Gerência de recursos humanos PRO314 sem pré-requisito	Administração Financeira PRO231 sem pré-requisito		
Introdução a Sociologia HIS300 sem pré-requisito	Antropologia Cultural HIS301 sem pré-requisito	História de Minas Gerais HIS236 sem pré-requisito	Ética FIL108 sem pré-requisito				
Metodologia Científica EDU303 sem pré-requisito	Psicologia Geral EDU106 sem pré-requisito	Introdução ao estudo do direito DIR301 sem pré-requisito					Direito do consumidor DIR300 DIR301
Noções de estatística MTM152 sem pré-requisito	Cálculo Financeiro MTM140 sem pré-requisito						

■ 22 disciplinas do Turismo - TUR	■ 2 disciplinas de Educação - EDU
■ 5 disciplinas da Engenharia de Produção - PRO	■ 2 disciplinas de Educação Física - EFD
■ 4 disciplinas da História - HIS	■ 1 disciplina de Letras - LET
■ 2 disciplinas da Matemática - MTM	■ 1 disciplina de Filosofia - FIL
■ 2 disciplinas da Direto - DIR	



Fonte -DETUR – UFOP – disponível em

http://www.turismo.ufop.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102&Itemid=91. Acessado 10/01/2017

Anexo 3- Componentes curriculares UFMG

Economia	Geografia de Minas Gerais
Introdução ao fenômeno turístico	Geografia e Turismo
Geografia geral	Interpretação geo-ambiental
História econômica geral e do Brasil	Administração de agências e operadoras de viagem
Introdução à administração	Administração de serviços de hotelaria
Geografia do Brasil	Culinária e Turismo
Teoria geral do Turismo	Ecoturismo
História da arte brasileira	Produtos turísticos: conceitos e formatação
Francês	Serviços de restaurante
Administração e instrumentos gerenciais	Tendências do turismo contemporâneo
Comunicação e cultura	Tópicos em gerenciamento turístico I
Elementos de cartografia	Tópicos em gerenciamento turístico II
Planejamento da indústria do Turismo	Tópicos em planejamento do Turismo I
Planejamento em comunicação	Tópicos em planejamento do Turismo II
Teoria do lazer	Turismo cultural
Fundamentos mercadológicos do Turismo	Turismo de convenções e eventos
Espanhol para Turismo	Turismo e meio ambiente
Estágio curricular de pesquisa	Turismo rural
Estágio supervisionado	Moderna museologia
Monografia	Vivência profissional complementar
Planejamento estratégico do Turismo	Discussões temáticas
Cartografia multimídia	Geologia como atrativo turístico
Introdução ao pensamento clássico	Desenvolvimento regional da atividade turística
Conteúdos culturais do lazer	Geologia e mineração no potencial turístico de Minas Gerais
Interpretação geo-ambiental	Formação/atuação profissional no lazer

Fonte –

http://www.igc.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=131:disciplinas&catid=46:graduacao&Itemid=289#programas-das-disciplinas-do-curso-de-turismo. Acessado em 10/01/2017

Anexo 4 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado/a participante,

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “ _____ ”, desenvolvida por _____, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - , sob orientação do **Professor Dr. Ahyas Siss** (UFRRJ). O objetivo central do estudo é: (Objetivo Geral da pesquisa)_____. A atividade investigativa tem seu foco voltado para

Especificamente, essa pesquisa pretende (transcrever os objetivos específicos da pesquisa)

O convite para sua participação neste estudo se deve ao fato de você **(motivo da escolha do entrevistado)** Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se deseja ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado/a de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para execução da pesquisa.

Da Confidencialidade e Privacidade de Informações

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identifica-lo/a será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou

posteriormente, você poderá solicitar da(o) pesquisadora(o)r informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Do detalhamento da pesquisa

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada ao pesquisador do projeto. Você terá sua entrevista gravada. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente duas horas.

Da guarda dos dados e material coletados na pesquisa

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o(a) pesquisador(a) e seu orientador. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos.

Dos benefícios diretos e/ou indiretos aos/às participantes da pesquisa

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir com a produção de conhecimentos científicos voltados para -

Da previsão de riscos ou desconfortos

Toda pesquisa possui riscos potenciais. Maiores ou menores, de acordo com o objeto de pesquisa, seus objetivos e a metodologia escolhida. Durante a entrevista semiestruturada deste estudo há o risco de constrangimento ou observação, de expor vivências de preconceito e discriminação racial que podem gerar abalos emocionais.

Da divulgação dos resultados da pesquisa

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, eventos, cursos, capacitações, aulas, entrevistas, relatórios individuais para os/as entrevistados, artigos científicos, capítulos de livro e na tese.

Das observações finais

Este termo é redigido em duas vias (não sendo fornecida cópia ao sujeito, mas sim outra via de igual teor), sendo uma para o/a participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo/a participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

As páginas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estão numeradas possibilitando a integridade das informações contidas no documento. Ao final constam informações que possibilitam o contato com o pesquisador responsável, como e-mail, telefone e endereço institucional e também espaço para data, assinaturas do/a participante da pesquisa e do pesquisador responsável.

_____, ____/____/2018

LOCAL E DATA

**CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA
PESQUISA**

Eu,, inscrito(a) sob o RG/CPF/n.º de prontuário/n.º de matrícula, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “.....”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelo pesquisador(a) responsável, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Nova Iguaçu, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

(EXEMPLO): Ricardo Dias da Costa
riccosta@gmail.com (21) 980938545

Em caso de sujeito da pesquisa sem letramento.

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



(EXEMPLO): Ricardo Dias da Costa

riccosta@gmail.com (21) 980938545

Anexo 5 - Tela inicial do Portal do egresso UFRRJ

The screenshot shows a web browser window with the URL <http://r1.ufrj.br/egressos/cadastre-se/>. The page title is "Egressos" and it features a search bar with the text "Pesquisar...". The main heading is "Cadastre-se", followed by a paragraph explaining the registration process: "Para efetuar o seu cadastro no Portal Egresso da UFRRJ, é necessário o preenchimento do formulário em cinco passos. Em cada passo você poderá informar alguns dados referentes à formação acadêmica, a sua percepção sobre as condições de oferta do seu curso de graduação e as contribuições na sua formação. Solicitamos, ainda, algumas informações sobre seu percurso profissional ou mesmo sobre a continuidade dos seus estudos." Below this is a thank-you message: "Obrigado por sua contribuição para o aprimoramento dos cursos de graduação da UFRRJ!". The section "Cadastro" is active, showing "Cadastro Egresso" and "Passo 1 de 5 - Dados Pessoais". A progress bar indicates 0% completion. The form includes a "Nome Completo *" field, a "Sexo *" field with radio buttons for "Masculino" and "Feminino", and a "Masculino" radio button is selected. The Windows taskbar at the bottom shows the date and time as 06:27 on 26/10/2019.

Egressos

Não seguro | r1.ufrj.br/egressos/cadastre-se/

Pesquisar...

Cadastre-se

Para efetuar o seu cadastro no **Portal Egresso da UFRRJ**, é necessário o preenchimento do formulário em cinco passos. Em cada passo você poderá informar alguns dados referentes à formação acadêmica, a sua percepção sobre as condições de oferta do seu curso de graduação e as contribuições na sua formação. Solicitamos, ainda, algumas informações sobre seu percurso profissional ou mesmo sobre a continuidade dos seus estudos.

Obrigado por sua contribuição para o **aprimoramento dos cursos** de graduação da UFRRJ!

Cadastro

Cadastro Egresso

Passo 1 de 5 - Dados Pessoais

0%

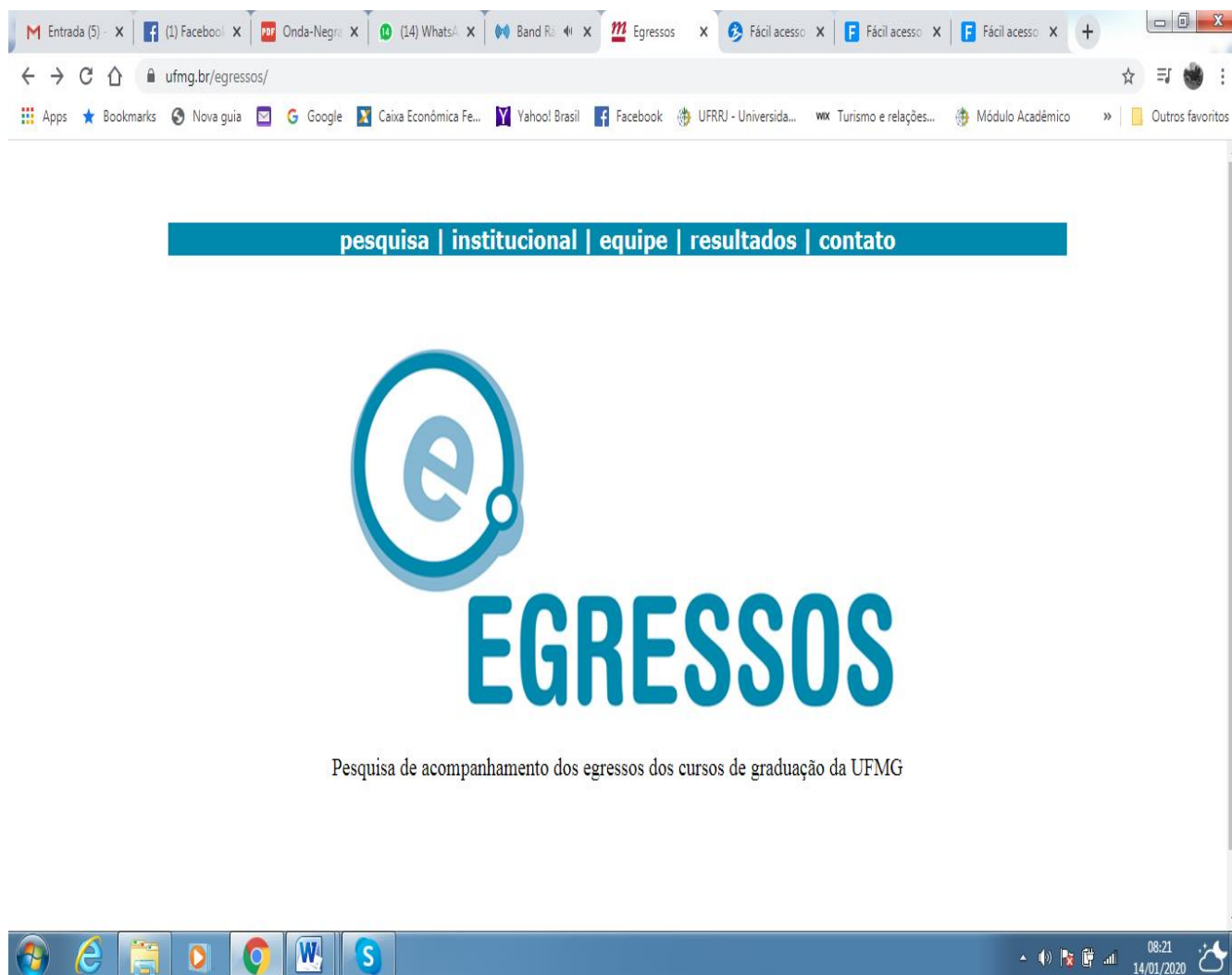
Nome Completo *

Sexo *

Masculino Feminino

Fonte - <http://r1.ufrj.br/egressos/>

Anexo 6 - Portal do egresso UFMG



Fonte - <https://www.ufmg.br/egresso>